



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MARIA ADELANE MOURA DA SILVEIRA PINHEIRO

**O EMPREGO DOS VERBOS MODAIS *PODER* E *DEVER* NA CONSTRUÇÃO DA
ARGUMENTAÇÃO EM REDAÇÕES NOTA MIL DO EXAME NACIONAL DO
ENSINO MÉDIO (ENEM)**

Acarape

2022

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MARIA ADELANE MOURA DA SILVEIRA PINHEIRO

**O EMPREGO DOS VERBOS MODAIS *PODER* E *DEVER* NA CONSTRUÇÃO DA
ARGUMENTAÇÃO EM REDAÇÕES NOTA MIL DO EXAME NACIONAL DO
ENSINO MÉDIO (ENEM)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para aquisição do título de mestre em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Estudos da Linguagem.
Linha de Pesquisa: Linguagem: diversidade e políticas linguísticas.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva

Acarape

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Pinheiro, Maria Adelane Moura da Silveira.

P719e

O emprego dos verbos modais poder e dever na construção da argumentação em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio ENEM / Maria Adelane Moura da Silveira Pinheiro. - Redenção, 2023. 168f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva.

1. Produção de textos. 2. Língua portuguesa - Verbos. 3. Redação - Avaliação. 4. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil).
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 410

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

**O EMPREGO DOS VERBOS MODAIS *PODER* E *DEVER* NA CONSTRUÇÃO DA
ARGUMENTAÇÃO EM REDAÇÕES NOTA MIL DO EXAME NACIONAL DO
ENSINO MÉDIO (ENEM)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para aquisição do título de mestre em Estudos da Linguagem

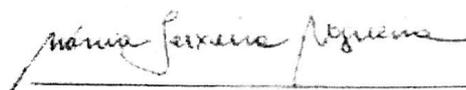
Área de concentração: Estudos da Linguagem.
Linha de Pesquisa: Linguagem, diversidade e políticas linguísticas

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva (UNILAB/ PPGLin) - Orientadora



Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (UFC/ PPGL) - 1ª examinadora



Prof. Dr. Fábio Fernandes Torres (UNILAB/ PPGLin) - 2ª examinador

À Santa Rita de Cássia

Agradecimentos

À Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva, uma referência como pessoa e como profissional em minha vida. Sempre muito empática, dedicada e responsável, auxiliou-me durante todas as etapas desta pesquisa. Agradeço pelo carinho, pela atenção, pela excelente orientação e, principalmente, por ter acreditado e depositado confiança em mim. MUITÍSSIMO obrigada!

Aos professores que compuseram esta banca examinadora Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira e Prof. Dr. Fábio Fernandes Torres. Agradeço pelas valiosíssimas contribuições para o enriquecimento e o aprimoramento desta pesquisa. Meu muito obrigada!

Aos professores do mestrado, pela minha formação em Linguística. Aos colegas da turma do mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas durante as disciplinas e fora dela. Em especial, ao meu amigo, Eugenio Ramos, pelo seu apoio, sua amizade, seu carinho e, sobretudo, pela forte parceria desde a seleção desse mestrado.

Aos profissionais que compõem a Direção e a Secretaria do Instituto de Linguagens e Literatura da Unilab pela solicitude diária durante todo mestrado.

Aos meus alunos e às minhas alunas por me inspirarem a sempre evoluir, inclusive, por e para eles e elas.

À minha amiga Delmirinha, meu presente “das Letras”, que desde a graduação, tem me apoiado e me ajudado com seus conselhos, conversas, sugestões, crises de risos e apoio constante.

Às minhas amadas tias: Babá e Babei pela presença e torcida em cada fase da minha vida e por todo amor desde o meu nascimento.

À Marluce, pelo apoio e cuidado com meu lar e com minha filha.

À minha sogra-mãe Anália e ao meu sogro-pai Airton, pelo apoio, pela torcida e, principalmente, pelas orações.

Às minhas primas e amigas, aos meus primos e amigos, pelas palavras de confiança e por entenderem minha ausência física e virtual durante esse processo de pesquisa.

Aos meus cunhados, Luís Emerson, Jackson, Mário Júnior, Airton Júnior, Jonas Othon (no coração) e minhas cunhadas, Ana e Nárgila, pela torcida e palavras de incentivo.

Às minhas irmãs, Adelaide e Adelise, minhas inspirações e saudades diárias, agradeço por serem barco e porto em minha vida! Amo-as demasiadamente!

Aos meus pais, meus eternos amores, que nunca mediram esforços para dar o melhor para mim e para minhas irmãs, por sempre terem priorizado nossos estudos, pelo apoio incondicional em todas as etapas de minha vida, por todos os ensinamentos e por todo amor!

À minha amada filha, Maria Olga, por preencher minha alma com esperança, por transbordar meu coração de amor e por me ajudar a ser uma mulher forte e corajosa diariamente.

Ao meu amado esposo, Olegário Neto, pelo apoio desde a seleção do mestrado, por sonhar com mestrado junto comigo, pelas renúncias, pela companhia constante, pelas palavras de incentivo, pela conexão profunda e pelo apoio incondicional. Amo-te!

A Deus, que me concedeu o Dom de viver.

“É justo que muito custe o que muito vale.”

Santa Teresa de Jesus

RESUMO

A presente pesquisa está situada no campo da descrição e análise funcionalista e no campo dos estudos sobre os processos de ensino e aprendizagem de línguas, no âmbito da produção de texto, desde sua dimensão subjetiva até sua dimensão social, à medida que se propõe a investigar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego dos verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem. Nesse sentido, este trabalho assume os postulados do paradigma funcionalista, que dá grande atenção aos aspectos funcionais, situacionais, contextuais e comunicacionais envolvidos no uso da língua; em particular, segue as lições do suporte teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF - HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que estabelece uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura linguística (o gramatical). Propõe-se despertar no professor um olhar analítico-descritivo através de uma proposta de abordagem de tais elementos com o objetivo de promover a formação de produtores de texto mais conscientes do valor dessa estratégia linguística, especialmente quando atualizada em Redações do Enem, conforme o foco deste estudo. Analisamos de maneira qualitativo-quantitativa um *corpus* com 60 redações nota 1000 do Enem, 20 de cada um dos seguintes anos: 2018, 2019 e 2020. Formulamos cinco grupos de categorias de análise, a saber: (i) *categorias contextuais* (tipo de informação mobilizada e temática proposta para redação), (ii) *categorias do Nível Retórico-Textual* (estratégias argumentativas e estrutura do texto argumentativo), (iii) *categorias do Nível Interpessoal* (tipo de ilocução), (iv) *categorias do Nível Representacional* (domínio semântico da marca modalizadora e alvo do modalizador) e (v) *categorias do Nível Morfossintático* (formas de expressão, modo verbal e tempo verbal). Em relação à análise quantitativa dos dados, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science, versão 7.5 para Windows*). Com relação às categorias contextuais, observamos que o repertório baseado no senso comum constitui o tipo de repertório contextual mais frequente. Isso demonstra que o enunciado modalizado tende a ocorrer no contexto de informações adquiridas nas relações interpessoais ou textuais do candidato do Enem. Quanto às categorias retórico-textuais, verificamos que a proposta de intervenção constitui a estratégia argumentativa do nível retórico mais frequente. Quanto à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, constatamos que a conclusão é a parte do texto em que

mais ocorrem os verbos modais analisados. No Nível Interpessoal, constatamos que a Ilocução Declarativa ocorre em 100% das ocorrências. No Nível Representacional, notamos que a modalidade deôntica constitui o domínio modal mais frequente; e o Evento constitui alvo do modalizador mais recorrente. Esse fato que está associado à proposta de intervenção que é solicitada no Exame, conduzindo à manifestação de significados deônticos ligados às obrigações. No Nível Morfossintático, os resultados apontam que o verbo *dever* constitui a forma de expressão mais frequente; bem como o modo indicativo e o presente representam as propriedades formais mais fortemente ligadas aos verbos analisados. Esse resultado é motivado pelo significado contextualizado do verbo, que, na proposta de intervenção do texto, assume uma interpretação deôntica.

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional. Verbos modais. Redações do Enem.

ABSTRACT

This research is located in the field of functionalist description and analysis and in the field of language teaching and learning processes, in the context of text production, from its subjective dimension to its social dimension, as it proposes to investigate the formal and functional aspects that characterize the use of the modal verbs "can" and "must" in the construction of arguments in the Enem's "nota mil" (maximum score) compositions. In this sense, this work assumes the postulates of the functionalist paradigm, which gives great attention to the functional, situational, contextual, and communicative aspects involved in the use of language; in particular, it follows the lessons of the Discourse-Functional Grammar (DFG) theoretical-methodological support (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), which establishes a non-arbitrary relationship between the instrumentality of language use (the functional) and the systematicity of the linguistic structure (the grammatical). The goal is to awaken in the teacher an analytical-descriptive outlook through a proposal for approaching these elements with the aim of promoting the formation of more conscious text producers of the value of this linguistic strategy, especially when updated in Enem compositions, as the focus of this study. We analyzed in a qualitative-quantitative manner a corpus with 60 Enem "nota 1000" compositions, 20 from each of the following years: 2018, 2019 and 2020. We formulated five groups of analysis categories, namely: (i) contextual categories (type of information mobilized and theme proposed for the composition), (ii) Rhetorical-Textual Level categories (argumentative strategies and structure of the argumentative text), (iii) Interpersonal Level categories (type of illocution), (iv) Representational Level categories (semantic domain of the modalizing marker and target of the modalizer), and (v) Morphosyntactic Level categories (ways of expression, verbal mood, verbal tense). With regard to the quantitative analysis of the data, we used the SPSS program (Statistical Package for Social Science, version 7.5 for Windows). With regard to contextual categories, we observed that the repertoire based on common sense constitutes the most frequent type of contextual repertoire. This demonstrates that the modalized statement tends to occur in the context of information acquired in the candidate's interpersonal or textual relationships in the Enem. Regarding rhetorical-textual categories, we verified that the intervention proposal constitutes the most frequent argumentative strategy at the rhetorical level. Regarding the structure of the argumentative essay, we found that the conclusion is the part of the text in which the analyzed modal verbs occur the most.

At the Interpersonal Level, we found that the Declarative Illocution occurs in 100% of the occurrences. At the Representational Level, we noticed that the deontic modality constitutes the most frequent modal domain; and the Event constitutes the most recurrent target of the modalizer. This fact is associated with the intervention proposal that is requested in the Exam, leading to the manifestation of deontic meanings linked to obligations. At the Morphosyntactic Level, the results indicate that the verb "must" constitutes the most frequent form of expression; as well as the indicative mood and the present tense represent the formal properties most strongly linked to the analyzed verbs. This result is motivated by the contextualized meaning of the verb, which, in the text's intervention proposal, assumes the nature of obligation, as observed in the Enem's composition.

Keywords: Discursive-Functional Grammar. Modal verbs. Enem essays.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistema esboçado pelos usos de [disk ⁱ] no português do Brasil.....	25
Quadro 2 - Tipos modais a partir do cruzamento dos parâmetros alvo e domínio da avaliação de uma distinção modal	37
Quadro 3 - Áreas dos verbos modais.....	40
Quadro 4 – Significados que podem ser atribuídos aos verbos modais	41
Quadro 5 – Quadro síntese com os parâmetros de análise	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema geral da GDF	17
Figura 2 - Organização do Nível Interpessoal na GDF	20
Figura 3 - Organização do Nível Representacional na GDF	23
Figura 4 - A estrutura das camadas no Nível Morfossintático	24
Figura 5 - Critérios de avaliação da Redação do ENEM.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de informação	65
Tabela 2 - Temática	68
Tabela 3 - Estratégias argumentativas	68
Tabela 4 - Estrutura do texto argumentativo	75
Tabela 5 - Tipo de ilocução	79
Tabela 6 - Domínio semântico.....	81
Tabela 7 - Alvo do Modalizador	81
Tabela 8 - Relação entre Domínio semântico e Estrutura do texto argumentativo	85
Tabela 9 - Relação entre Domínio semântico e Estratégias argumentativas	85
Tabela 10 - Formas de expressão	86
Tabela 11 - Relação entre Domínio semântico e Formas de expressão	89
Tabela 12 - Relação entre Alvo do Modalizador e Formas de expressão	90
Tabela 13 - Modo verbal	90
Tabela 14 - Tempo verbal.....	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	14
2.1 Breve apresentação da arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional	15
2.2 Síntese do capítulo	26
3 MODALIDADE	28
3.1 Modalidade na Linguística	28
3.2 Modalidade na perspectiva da GDF	34
3.3 Verbos modais	39
3.4 Síntese do capítulo	46
4 METODOLOGIA	47
4.1 Seleção, constituição e delimitação do <i>corpus</i>	49
4.1.1 <i>Características da redação nota mil do Enem</i>	50
4.2 Procedimentos metodológicos gerais da pesquisa	55
4.3 Categorias de análise	56
4.4 Síntese do capítulo	61
5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS VERBOS MODAIS <i>PODER E DEVER</i> EM REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM: RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
5.1. Categorias do Componente Contextual	64
5.2. Categorias do Nível Retórico	68
5.2.1 <i>Estratégias argumentativas</i>	68
5.2.2 <i>Estrutura do texto argumentativo</i>	74
5.3. Categorias do Nível Interpessoal	77
5.4. Categorias do Nível Representacional	79
5.4.1 <i>Relação entre Domínio Semântico e Estrutura do texto argumentativo</i>	83
5.4.2 <i>Relação entre Domínio Semântico e Estratégia argumentativa</i>	84
5.5. Categorias do Nível Morfossintático	85
5.5.1 <i>Formas de expressão</i>	85
5.5.1.1 <i>Relação entre Formas de Expressão e Domínio Semântico</i>	87
5.5.1.2 <i>Relação entre Formas de Expressão e Alvo do Modalizador</i>	88
5.5.2 <i>Modo Verbal</i>	89
5.5.2.1 <i>Relação entre o Domínio Semântico e o Modo verbal</i>	91
5.5.3 <i>Tempo Verbal</i>	91
6. CONCLUSÃO	96

7. REFERÊNCIAS	101
8. ANEXO.....	107

INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma avaliação em larga escala, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para autoavaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o exame. O modelo de avaliação adotado pelo Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, mesmo tendo importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo (INEP, 2005).

Diferentemente dos modelos e processos avaliativos tradicionais, a prova do Enem é interdisciplinar e contextualizada. Enquanto os vestibulares promovem uma excessiva valorização da memória e dos conteúdos em si, o Enem coloca o estudante diante de situações-problemas que exigem, para além do conhecimento de conceitos, sua aplicação tendo em vista uma dada realidade. O Enem não mede a capacidade do estudante de assimilar e acumular informações, e, sim, o incentiva a aprender a pensar, a refletir e a “saber como fazer”. Valoriza, portanto, a autonomia do candidato na hora de fazer escolhas e tomar decisões.

Na produção do texto dissertativo-argumentativo, tipologia textual exigida na prova de Redação do Enem, é esperado que o candidato opine em defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto; a opinião deve ser fundamentada com explicações e argumentos. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: o texto é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião; e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la, tendo em vista a bagagem científica e cultural construída pelo candidato em sua formação escolar.

Levando-se em consideração a importância da escrita na sociedade atual, bem como a relevância da capacidade argumentativa para o exercício da cidadania crítica e consciente, este estudo pretende investigar o uso de verbos modais nas redações nota 1000 do Exame Nacional do Ensino Médio dos anos 2018, 2019 e 2020. O nosso propósito é descrever e analisar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego dos verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional.

Na redação do Enem, é importante o uso de estratégias modalizadoras que têm por objetivo revelar os propósitos e as intenções comunicativas do falante por meio da introdução de atenuações, e ressalvas no texto, bem como marcar o grau de comprometimento, de engajamento do candidato com o seu dizer e o grau de certeza com relação ao dito. Ao fazer o uso de um ou outro tipo de modalidade, o candidato imprime sua opinião, sua crença em relação ao que é veiculado na proposição e evidencia seu nível de comprometimento com a verdade enunciada. A modalidade é um exemplo de como as formas linguísticas adquirem valor dentro da situação de uso.

Como desdobramento do nosso objetivo geral, é nosso propósito também descrever e analisar, integradamente, as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas que caracterizam emprego dos verbos modais *poder e dever*, como também verificar os subtipos modais mais frequentemente distinguidos por tais verbos, identificar e investigar os sentidos e os efeitos de sentido, além de averiguar o uso dos verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem.

Para fundamentar a análise, realizada a partir de uma perspectiva sincrônica da linguagem, considera-se o contexto de ocorrência do verbo para avaliar os efeitos de sentidos associados a seu emprego, conforme a proposta de Hengeveld (2004), que embasa a caracterização dos verbos modais feita dentro da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008); além de considerar o alvo da avaliação modal e o domínio semântico dessa avaliação como parâmetros de análise, considera-se as informações contextuais necessárias à descrição e à análise dos verbos. Essa escolha se justifica pelo fato de que o estudo dos verbos modais necessita de um aparato que lide com as estruturas linguísticas inseridas em situações comunicativas reais da língua.

A opção pela Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) neste trabalho também se justifica porque esse suporte teórico permite a descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de modo uno e integrado, além de possibilitar uma análise em que as unidades linguísticas sobre as quais um verbo modal incide são descritas/ estratificadas em níveis e camadas, conforme o alvo e o domínio semântico a que se relacionam. A GDF teve origem no modelo funcionalista da Gramática Funcional (doravante GF), proposta por Dik (1997 [1989]). Esses dois modelos apresentam relação no que diz respeito à visão de língua e linguagem, uma vez que ambos, por serem de cunho funcionalista, consideram a língua como um instrumento

de interação social cuja principal função é o estabelecimento da comunicação entre os interlocutores (DIK, 1997 [1989]; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A predileção desse tema teve como ponto de partida a preocupação da pesquisadora, ao longo de quinze anos de experiência como professora de Língua Portuguesa nos cursos de Ensino Fundamental e Médio, com o desempenho dos alunos na produção textual, sobretudo, quanto à construção do gênero dissertativo-argumentativo escrito na modalidade formal da Língua Portuguesa. Verificamos, então, a necessidade de descrever e analisar, integradamente, as propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas que categorizam o emprego de verbos modais na construção da argumentação em redações nota mil do Enem, uma vez que a modalidade constitui um dos principais meios linguísticos de manifestação de efeitos comunicativos ligados à argumentação do texto. Entendemos que, durante a construção do texto dissertativo-argumentativo, o candidato pode recorrer a articuladores para avaliar o que foi dito como verdadeiro, obrigatório ou duvidoso. Dessa forma, esses articuladores assumem a função de modalizadores para avaliar um enunciado como verdadeiro ou então assinalar o grau de certeza com relação aos fatos enunciados, para avaliar como obrigatório ou necessário o que foi dito e para exprimir uma avaliação subjetiva dos eventos, ações, situações a que o enunciado faz menção (KOCH, 2018).

Assim, com o intuito de descrever e analisar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego dos verbos modais poder e dever na construção da argumentação em redações nota mil do Enem, a partir dessa categoria, estabelecemos o seguinte problema central: Que propriedades pragmáticas, semânticas e morfosintáticas categorizam o emprego dos verbos modais poder e dever na construção da argumentação em redações nota mil do Enem? Formulamos, ainda, os seguintes problemas específicos a fim de nortear a análise e o estabelecimento das categorias de análise: a) Quais subtipos modais são mais frequentemente distinguidos pelos verbos modais poder e dever na construção da argumentação?; b) Quais são os sentidos e os efeitos de sentido desses verbos e como tais verbos modais são usados na construção das estratégias argumentativas do texto dissertativo-argumentativo em redações nota mil do Enem?; c) Como os verbos modais poder e dever são usados na construção das estratégias argumentativas do texto dissertativo-argumentativo em redações nota mil do Enem?

Acreditamos que a observação e a análise desses modalizadores linguísticos expressos por meio dos verbos modais *poder* e *dever* disponibilizam um conjunto de informações sobre as habilidades que os candidatos do Enem possuem ou que necessitam construir para a produção

textual escrita do gênero dissertativo-argumentativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam uma argumentação bem-sucedida.

Vale ressaltar que a redação dissertativa-argumentativa, em virtude das suas peculiaridades estruturais e discursivas, merece e deve ser discutida com mais profundidade. É importante salientar que a redação dissertativa-argumentativa apresenta uma estruturação com propósitos e recursos expressivos próprios, conforme padronização estipulada pelos livros didáticos e pelos manuais e cartilhas de redação do Enem disponibilizados pelo Ministério de Educação (MEC).

Não poderíamos, nos limites deste trabalho, realizar um levantamento de toda produção acadêmica sobre as provas do Enem nem se nos limitássemos somente à prova de redação. Apenas a título de ilustração, retomaremos um grupo pequeno de trabalhos que discutem alguns dos muitos aspectos do vasto universo que é a redação do Enem.

Reinaldo (2002) aborda a questão de a prova de redação solicitar exclusivamente a escrita de um texto dissertativo-argumentativo; assim, a autora defende a ideia de que a solicitação de um único gênero se afasta das propostas de trabalho com a linguagem como articulação social do sujeito. Mendes (2013) explana sobre a complexidade em relação à subjetividade na avaliação das redações do Enem. A autora afirma que a evidência dessa subjetividade é percebida na descrição dos níveis das cinco competências cobradas no Enem. Oliveira (2016) investiga as características do gênero redação do ENEM em seus aspectos externos e internos, descrevendo o entorno social em que a redação ocorre e analisando sua estrutura composicional – a sequência argumentativa e o plano de texto – e a construção retórica regularmente utilizada nos exemplares examinados.

No que diz respeito aos estudos sobre as expressões linguísticas modalizadoras deônticas na construção da argumentação, nosso levantamento bibliográfico aponta para pesquisas que se ocupam em estudar a modalização em discursos políticos, como o de Menezes (2011) e a análise da modalidade deôntica no discurso midiático, de acordo com a pesquisa de Pessoa (2011). Assim, apesar da relevância que tais investigações agregam à discussão empreendida neste projeto, elas se preocupam em examinar gêneros diferentes ao que este projeto propõe investigar.

Em relação aos **verbos modais**, ou, mais propriamente, **modalizadores** como uma classe de verbos que não constituem núcleo de predicado; infelizmente, são verbos muito pouco abordados nas lições tradicionais de gramática portuguesa, entretanto altamente importantes

pelo que representam como expressão da atitude do falante em relação ao que é dito. A literatura sobre o português é consensual no reconhecimento de *poder*, *dever* e *ter que/de* como auxiliares modais; cada um deles está associado a um subconjunto de interpretações. Resende (2021), em sua pesquisa, discute problemas e comportamentos morfológicos dos verbos modais do português brasileiro *dever*, *poder* e *ter que/de*. O autor visa a contribuir com os estudos sobre modalidade no português, que abordam questões semânticas e sintáticas, discutindo propriedades especificamente morfológicas dos verbos modais, como a ausência de certas formas flexionais. Cária (2021), em seu trabalho, analisa como o uso dos verbos modalizadores epistêmicos, deônticos e dinâmicos opera na construção da linha argumentativa de notícias, gênero textual jornalístico.

Vale ainda destacar que outro aspecto que também motiva esta pesquisa é a observação de que poucos estudos têm sido propostos considerando textos de gêneros escolares, especialmente no que se refere a trabalhos que tomam como foco de análise a modalidade na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Apesar de ser uma questão já bastante debatida do ponto de vista científico, a relação entre modalidade e argumentação ainda é pouco explorada no que tange à produção do texto ambientada em sala de aula, para fins de aprovação em exames nacionais, como é o caso do Enem.

Nesta pesquisa, intenta-se colaborar com a prática do professor do Ensino Básico que carece ainda de um olhar analítico-descritivo em relação ao texto do estudante com vistas a compreender as manobras textual-discursivas realizadas quando do uso de modalizadores. Propõe-se despertar no professor esse olhar através de uma proposta de abordagem de tais elementos com o objetivo de promover a formação de produtores de texto mais conscientes do valor dessa estratégia linguística, especialmente quando atualizada em Redações do Enem, conforme o foco deste estudo.

No tocante à estruturação das informações nesta dissertação, ela está organizada nos seguintes capítulos:

O capítulo 1, esta Introdução, tem como finalidade apresentar uma visão geral do tema investigado nesta pesquisa, ressaltando-se o objeto de estudo, a perspectiva teórica adotada, a justificativa que explica a relevância da pesquisa, seu problema geral e seus objetivos.

O capítulo 2 trata do suporte teórico funcionalista, ressaltando os pressupostos desse modelo de análise e a importância da Gramática Funcional, de Dik (1997), e da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), para os estudos linguísticos, uma vez

que essas teorias funcionalistas consideram o estudo da expressão linguística em correlação aos fatores pragmáticos que governam o uso da língua, ou seja, considera-se que há uma relação motivada, não arbitrária, entre as unidades estruturais da língua e o uso que se faz delas.

O capítulo 3 versa sobre a modalidade, apresentando, inicialmente, uma discussão em torno do conceito de modalidade na Linguística. Em seguida, tratamos da Modalidade sob o ponto de vista da GDF. Depois, abordamos a definição e classificação dos verbos modais, tomando como base alguns estudos de orientação funcionalista.

O capítulo 4 estabelece as bases metodológicas utilizadas na presente investigação, atentando-se para a constituição e delimitação do *corpus* de análise e os parâmetros para a descrição e análise dos verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação da redação nota mil do Enem.

O capítulo 5 discute os resultados relativos à descrição e análise dos verbos modais *poder* e *dever* em redações nota mil do Enem nos anos 2018, 2019 e 2020, tendo como base os pressupostos teóricos funcionalistas, as categorias de análise definidas a partir dos objetivos do trabalho e as ocorrências coletadas do *corpus* da pesquisa.

Por fim, no Capítulo 6, apresentamos a conclusão dessa Dissertação.

CAPÍTULO 2

A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Numa concepção geral, desprendida de propostas de escolas particulares, o funcionalismo é uma teoria que se relaciona aos fins que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se propõe, exatamente, descrever e analisar as funções dos meios linguísticos de expressão. De acordo com Neves (2013), é necessário destacar que, na tradição desse modo de analisar a linguagem, aponta-se um centro condutor de reflexão que é a noção de “função”, entendida não apenas como entidade sintática, mas como a união do estrutural com o funcional.

De acordo com Neves (1997), a gramática funcional é uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social, apoiando-se na ideia de que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e entendendo a gramática como sensível às pressões do uso.

A gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008) trata-se de um modelo de gramática funcional que pretende explicar, de maneira tipológica, o funcionamento da gramática das línguas naturais, fundamentando-se, para isso, na relação entre a estrutura linguística e o uso, analisando o caráter formal e funcional das expressões linguísticas nos mais variados contextos. Assim, tem-se que o componente gramatical é formado por níveis linguísticos que estão integrados, numa relação de integração hierárquica, em que o nível pragmático comanda o semântico, o pragmático e o semântico governam o morfossintático e o pragmático, o semântico e o morfossintático determinam o fonológico.

O presente estudo adota como suporte teórico para investigar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego de verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008). Com o objetivo de expor os aspectos teóricos e metodológicos da GDF que são mais pertinentes aos objetivos de nossa pesquisa, apresentamos, na seção 2.1, uma breve resenha da arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional, para, em seguida, no capítulo 3, tratarmos da Modalidade sob o ponto de vista da GDF.

2.1 Breve apresentação da arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a Gramática Discursivo-Funcional, ocupa uma posição intermediária entre o funcionalismo radical e o formalismo radical. De acordo com os autores (2008, p. 26), o funcionalismo radical nega a existência de uma estrutura linguística, entendendo a forma linguística como uma manifestação efêmera da tentativa do usuário da língua de alcançar seus propósitos comunicativos; acentuando as restrições funcionais sobre a forma gramatical, o ‘ajuste’ natural entre a estrutura de superfície do enunciado e a função de comunicação para a qual a gramática está destinada. O formalismo radical, por outro lado, é fortemente comprometido com a existência de uma estrutura mental, cujas fundações são vistas como inatas ao usuário da língua e independentes de seu uso, sugerindo que as línguas somente podem ser aprendidas porque as crianças têm algum tipo de conhecimento apriorístico a respeito da estrutura e do conteúdo de um componente gramatical autônomo e abstrato.

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), como também a Gramática Funcional (GF), aproxima-se dos modelos formalistas ao propor a descrição do conhecimento subjacente ao uso da língua de forma explícita e altamente formalizada, mas aproxima-se dos modelos funcionalistas ao entender que esse conhecimento é instrumental na comunicação interpessoal e tem como origem diversos processos históricos; assim, as línguas podem ser aprendidas porque as crianças estão resolvendo o problema da comunicação e descobrindo por si mesmas as restrições que determinam a forma da gramática.

A Gramática Funcional, desenvolvida por Simon Dik (1997), é uma teoria geral acerca da capacidade comunicativa dos usuários, o que implica em considerar, em linhas gerais e com certa abstração, uma organização gramatical das línguas naturais. Sendo assim, ela pretende descrever e explicar, de um ponto de vista tipológico, pragmático e psicologicamente adequado, as línguas naturais. A GF é para Dik uma teoria de componentes integrados. A própria função referencial da linguagem é considerada como uma ação pragmática, cooperativa: um falante quer levar um destinatário a captar uma mensagem coerente, a partir do conhecimento dos significados codificados nos signos, bem como do conhecimento da situação e do conhecimento de mundo posto sob consideração, isto é, a partir da informação pragmática (DIK, 1978, p.128).

Assim, a linguagem é concebida como aquele componente da competência comunicativa do usuário que o habilita a estabelecer relações comunicativas por meio das expressões linguísticas. Dik (1997) afirma que uma teoria da gramática não deve conformar-se

em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar, o quanto possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como elas são usadas e em relação aos propósitos desses usos.

De acordo com Neves (2018), como a GF, a GDF é uma proposta que, à parte a formalização precisa e rigorosa – embora assumidamente tentativa provisória – que faz do modelo *top-down*, mantém pressupostos básicos que sempre estiveram em Dik (1997). Como mostra Hengeveld (2004), a GDF se apresenta como expansão de uma gramática da frase para uma gramática do discurso, o que justifica por duas razões principais: primeiro, por haver muitos fenômenos linguísticos que só podem ser compreendidos em termos de unidades maiores do que a frase individual, como partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas de verbos da narrativa e muitos outros fatos de gramática que necessitam de análise que tome um contexto linguístico mais amplo em consideração; segundo, por haver muitas expressões linguísticas que são menores do que a frase individual, embora funcionem como enunciados completos e independentes dentro do discurso, como as holofrases.

Ambas as abordagens compartilham uma orientação tipológico-funcional, opondo-se, porém, em orientações bem determinadamente marcadas: (i) a organização da GDF é *top-down*, a da GF é *bottom-up*; (ii) a unidade básica de análise da GDF é o ato discursivo, o da GF é a oração.

A GDF é concebida como um Componente Gramatical de um modelo de interação verbal em que esse componente se liga a um Componente Conceitual, um Componente Contextual e um Componente de Saída. A teoria apresenta uma estrutura rigorosamente *top-down*, iniciando com a intenção do falante (no Componente Conceitual), passando pelo Componente Gramatical e interagindo com o Componente Contextual, até a articulação (Componente de Saída). Trata-se, pois, de um modelo a tal ponto orientado para o discurso que tem como pré-condição essa organização descendente (*top-down*) da formulação em direção à codificação, em que a frase/oração é uma das opções de codificação.

Segundo os autores da GDF (2008, p. 24), esse modo de organização se parece mais com o processamento da língua no indivíduo. Assume-se, pois, na GDF, que um modelo de gramática será mais efetivo quanto mais sua organização refletir o real processamento linguístico individual (com relevo do suporte psicolinguístico da teoria). Isso também se reflete na estrutura do Componente Gramatical, na qual as escolhas pragmáticas determinam as

No Componente Gramatical, distinguem-se os níveis Interpessoal (Pragmático), Representacional (Semântico), Morfossintático e Fonológico, nesta ordem hierárquica. A estratificação descendente e a separação desses níveis são diferenças importantes com relação à proposta de Dik.

A estrutura da GDF é dividida em níveis e camadas. Cada nível é estruturado de maneira diferente, com suas próprias camadas, sempre organizadas hierarquicamente. Isso não significa dizer que eles sejam autônomos; ao contrário, regras de mapeamento ligam o Nível Interpessoal ao Representacional nos casos em que um conteúdo semântico é necessário para transmitir uma intenção comunicativa. Nos casos em que só um conteúdo pragmático tem que ser transmitido, regras de expressão ligam diretamente o Nível Interpessoal ao Morfossintático.

Tendo em vista os objetivos desse trabalho, tratamos a descrição dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático. Por hora, é importante destacar que os Níveis Morfossintático e Fonológico se encarregam da codificação do conteúdo gerado nos Níveis Interpessoal e Representacional e que esses dois níveis de codificação também apresentam sua própria estrutura em camadas.

O **Nível Interpessoal**, que é de natureza acional, captura todas as distinções que se referem à interação entre o Falante e o Ouvinte. A camada mais alta deste nível é o Move (M), que pode ser definido como uma contribuição autônoma para a interação em curso. Pode tanto pedir uma reação, quanto ser a própria reação a um pedido. Um Move pode ser composto de um ou mais Atos Discursivos (A), que constituem a camada hierarquicamente abaixo do Move e são definidos como a menor unidade identificável de comportamento comunicativo. Segundo os autores da GDF, a relação entre dois Atos Discursivos pode ser de equipolência, quando dois Atos têm o mesmo estatuto comunicativo, ou de dependência, quando dois Atos têm estatuto comunicativo desigual. As relações de dependência podem ser indicadas como uma função retórica no Ato Discursivo dependente. Tais funções podem ser de Motivação, de Concessão, de Orientação e de Correção. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 53-54) exemplificam a distinção entre Move e Ato Discursivo conforme ilustrações a seguir:

(1) A: O que aconteceu ontem no Scottish Premier League? (M1, A1)

B: O Celtic ganhou. (A1) E o Rangers perdeu. (A2) (M2)¹

¹ A: What happened yesterday in the Scottish Premier League?

B: Celtic won. And Rangers lost (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53).

(2) Tome cuidado, pois haverá perguntas capciosas no exame.²

Em (1), há um único Move de Reação B que apresenta dois Atos Discursivos que estão em relação de equipolência. Em (2), por outro lado, há um único Move constituído por dois Atos Discursivos, em que o Ato “pois haverá perguntas capciosas no exame” representa a motivação interpessoal do primeiro Ato que está no imperativo.

O *Conteúdo Comunicado* contém a totalidade do que o Falante almeja evocar na sua comunicação com o Ouvinte. Cada Conteúdo Comunicado pode mostrar um ou mais Subatos, os quais, por sua vez, podem ser de dois tipos: *Subatos Atributivos* (T) e *Subatos Referenciais* (R). É através dos Subatos Atributivos que o Falante evoca propriedades ou relações e através dos Subatos Referenciais que o Falante evoca referentes. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 117) exemplificam:

(3) Jonh estava na festa.³

Em (3), há um Move que contém um Ato discursivo com uma força ilocucionária Declarativa. O Conteúdo Comunicado (C) é constituído por dois Subatos: um Subato Atributivo (T1), expresso pelo verbo *estar*, preenchido por meio da seleção de um item lexical no Nível Representacional; e um Subato Referencial (R1 – *Jonh*), que é preenchido apenas no Nível Interpessoal (e não no Representacional), visto que constitui um nome próprio, sem conteúdo semântico. Os participantes P1 e P2, embora não sejam especificados por meio de elementos gramaticais (como pronomes de 1ª e 2ª pessoas), estão presentes na situação, já que o Ato Discursivo em (3) contém uma Ilocução Declarativa, que é comunicativa; diferentemente do que ocorre em Atos Discursivos expressivos, como “ai!”, que não se dirigem a um destinatário.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a camada da Ilocução é responsável por capturar propriedades formais e lexicais de um Ato Discursivo, de acordo com usos interpessoais convencionados na realização de uma intenção comunicativa (p. 68). Há uma variedade de forças ilocucionárias, tais como: Declarativa, Interrogativa, Imperativa, Proibitiva, Optativa, Imprecativa, Exortativa, Comissiva, Admoestativa, Suplicativa, Mirativa (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71-72). Ressaltamos que as camadas da Ilocução e do Conteúdo Comunicado interessam mais de perto nossa pesquisa; visto que a Ilocução é uma categoria de análise e o Conteúdo Comunicado tem relação com a categoria “tipo de repertório”,

² Watch out, because there will be trick questions in the exam (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 53 -54).

³ Jonh was at the party (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 117).

que pode, como veremos mais adiante no capítulo de metodologia, apresentar-se no formato de um Conteúdo Comunicado.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p.49) esquematizam as relações hierárquicas que se aplicam ao Nível Interpessoal da seguinte forma:

Figura 2: Organização do Nível Interpessoal na GDF

(π M1: [Movimento
(π A1: [Ato Discursivo
(π F1: ILL (F1): Σ (F1))	Ilocução
(π P1: ... (P1): Σ (P1))S	Falante
(π P2: ... (P2): Σ (P2))A	Ouvinte
(π C1: [Conteúdo Comunicado
(π T1: [...] (T1): Σ (T1)) Φ	Subato Atributivo
(π R1: [...] (R1): Σ (R1)) Φ	Subato Referencial
] (C1): Σ (C1)) Φ	Conteúdo Comunicado
] (A1): Σ (A1)) Φ	Ato Discursivo
] (M1): Σ (M1))	Movimento

Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 49).

O **Nível Representacional** lida com o aspecto semântico das unidades linguísticas. O termo *semântico* assume duas acepções. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 128-129), *semântico* diz respeito: (i) “aos modos pelos quais uma língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve”; (ii) “aos significados das unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional) isoladas dos modos como elas são usadas na comunicação”.⁴

Enquanto no Nível Interpessoal é realizada a evocação, no Nível Representacional, é realizada a designação. O Nível Representacional é responsável pela descrição da natureza ontológica das unidades linguísticas, independentemente da função comunicativa que essas unidades desempenham. A descrição da função comunicativa das unidades cabe ao Nível Interpessoal.

⁴ (i) The term ‘semantics’ is limited to the ways in which language relates to the extra-linguistic world it describes.
(ii) The term ‘semantics’ is restricted to the meanings of lexical units (lexical semantics) and complex units (compositional semantics) in isolation from the ways these are used in communication. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 128-129)

Dentro do Nível Representacional da GDF, os fenômenos linguísticos de uma língua são estudados como entidades de diferentes ordens, sendo categorizadas em: Conteúdo Proposicional (p); Episódio (ep); Estado de Coisas (e); Propriedade Configuracional (f); e Indivíduo (x). Além dessas categorias semânticas básicas, são previstas pela GDF outras categorias relevantes para a gramática de uma língua, que se configuram como independentes, tais como: a Localização (l), o Modo (m), a Razão (l) e a Quantidade (q), sendo que essas categorias são constituintes de uma Propriedade.

O Nível Representacional inicia com a camada do Conteúdo Proposicional (p) que se refere a crenças, esperanças, e outros tipos de construções mentais. Os Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), conjuntos de Estados de Coisas (e) tematicamente coerentes, que mostram continuidade de tempo (t), local (l) e indivíduos (x). Os Estados de Coisas incluem eventos e estados que são caracterizados pelo fato de poderem ser localizados no tempo e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. Pode-se dizer, então, que Estados de Coisas “(não)ocorrem”, “(não) acontecem” ou “(não) são o caso” em algum ponto ou intervalo de tempo. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.56), o tempo absoluto, uma característica dos Episódios, pode combinar-se muito bem com o tempo relativo, uma característica dos Estados de Coisas, como mostra o exemplo (4) a seguir, retirado dos autores:

(4) *Ontem* Sheila saiu antes de jantar.⁵

A indicação de tempo absoluto dada pelo advérbio *ontem* contribui para os dois Estados de Coisas contidos em (4), na medida em que fazem parte do mesmo episódio. A locução conjuntiva *antes de* especifica a relação temporal relativa entre os dois Estados de Coisas.

O Estado de Coisas é marcado por uma Propriedade Configuracional (f), que, sendo de natureza composicional, constitui o inventário dos moldes de predicação relevantes para uma língua. As línguas podem diferenciar bastante na natureza e no número de moldes de predicação que são permitidos com relação à sua valência quantitativa e qualitativa.

Essa divisão em Níveis e Camadas postulada pela GDF permite uma série de predições a respeito do funcionamento da língua. Um exemplo é a ordenação de modificadores e operadores codificados no Nível Morfossintático. Segundo os autores da GDF, a relação de escopo desses modificadores e operadores reflete a organização hierárquica da língua.

⁵ Sheila went out before dinner (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171).

Esse princípio norteador se reflete na classificação proposta por Hengeveld (1988) para o estudo dos modalizadores – a consideração do tipo de unidade semântica que é qualificado, o **alvo modal** - é mantido na classificação apresentada em Hengeveld (2004) e é integralmente incorporada na GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). As modalidades continuam a ser classificadas segundo o escopo semântico, identificadas sob os rótulos de **modalidade orientada para o participante**, **modalidade orientada para o evento** e **modalidade orientada para a proposição**. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), na GDF, a modalidade é expressa por meio de operadores e modificadores no Nível Representacional, responsável por descrever as unidades linguísticas em termos de categorias semânticas que elas caracterizam.

Na figura (3) a seguir, pode-se observar a organização hierárquica das camadas no Nível Representacional:

Figura 3: A estrutura das camadas no Nível Representacional

$(\pi p_1:$	Conteúdo Proposicional
$(\pi ep_1:$	Episódio
$(\pi e_1:$	Estado-de-Coisas
$([\pi f_1: [$	Propriedade Configuracional
$(\pi f_1: \blacklozenge (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade Lexical
$(\pi x_1: \blacklozenge (x_1): [\sigma (x_1)_\Phi])_\Phi$	Indivíduo
...	
$] (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade Configuracional
$(e_1)_\Phi]: [\sigma (e_1)_\Phi])$	Estado-de-Coisas
$(ep_1): [\sigma (ep_1)_\Phi])$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)_\Phi])$	Conteúdo Proposicional

Fonte: Adaptada de HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 142.

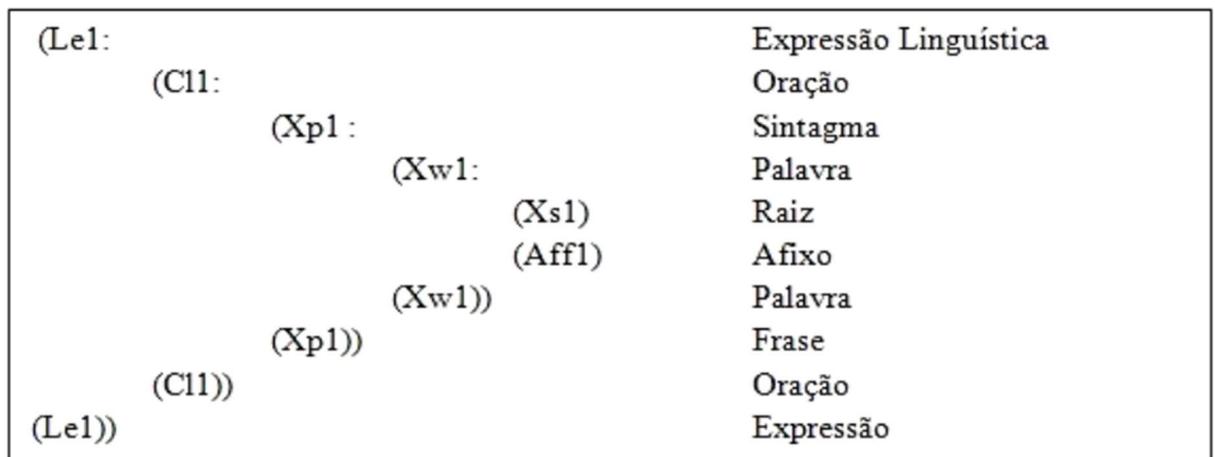
Cada Conteúdo Proposicional (p) pode conter um Episódio (ep), o qual pode conter um conjunto de Estado de Coisas (e), que pode conter um ou mais Indivíduos. O Estado de Coisas, por sua vez, é caracterizado por conter uma Propriedade Configuracional (f), que é de natureza composicional e que contém outras unidades semânticas cuja organização entre si não precisa ser necessariamente hierárquica. O Conteúdo Proposicional (p) descreve as unidades da camada

mais alta do Nível Representacional, referindo-se, como já dissemos, a construtos mentais, como crenças, conhecimentos, desejos e esperanças.

Como já explicamos, os níveis Interpessoal e Representacional têm relação com a operação de Formulação, que diz respeito às configurações pragmáticas e semânticas relevantes nas línguas. Os níveis Morfossintático e Fonológico, por sua vez, têm relação com a operação de codificação, que diz respeito às formas morfossintáticas e fonológicas que as configurações pragmáticas e semânticas realizam nas línguas. O **Nível Morfossintático** é, portanto, “alimentado” por informações pragmáticas e semânticas disponíveis nos níveis Interpessoal e Representacional e é responsável por organizar essas informações em uma única representação estrutural morfossintática, que é, em seguida, convertida em uma estrutura fonológica no Nível Fonológico, que, por sua vez, fornece *input* para o Componente de Saída.

Com relação à representação estrutural em camadas do Nível Morfossintático, temos o seguinte esquema:

Figura 4: A estrutura das camadas no Nível Morfossintático



Fonte: Adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 219).

No Nível Morfossintático, a descrição linguística é feita com base nas seguintes unidades hierarquicamente ordenadas: Expressão Linguística (Le), Oração (Cl)⁶, Sintagma (Xp) e Palavra (Xw). Ainda, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 291 - 292), podemos distinguir, dentro de cada Palavra, Morfemas (Xs) e Afixos (Aff).

⁶ Ou Cláusula (*Clause*).

Uma *Expressão Linguística* (Le) é conceituada como qualquer conjunto de, pelo menos, uma unidade morfossintática, podendo ser composta por Orações, Sintagmas e Palavras. Ao introduzir a Expressão Linguística como a categoria hierarquicamente mais alta no Nível Morfossintático, a GDF cria a possibilidade de lidar com expressões linguísticas não apenas oracionais, mas também não oracionais, sem um núcleo verbal.

A *Oração* (Cl) é apontada pelos autores como uma categoria universal no que diz respeito à estrutura morfossintática. É entendida como um agrupamento de um ou mais Sintagmas, e possivelmente Palavras, caracterizado por um padrão para a ordenação dos Sintagmas (ordenação Sujeito-Verbo-Objeto, ou Sujeito-Objeto-Verbo, ou Verbo-Sujeito-Objeto, por exemplo) e por expressões morfológicas de conexão (como concordância e regência, por exemplo).

O *Sintagma* (Xp) se configura por ter um núcleo (item lexical) que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional ao Nível Morfossintático. Entre os tipos de Sintagmas, os autores destacam: o Sintagma Verbal (Vp), o Sintagma Nominal (Np), o Sintagma Adjetival (Ap), o Sintagma Adverbial (Advp) e o Sintagma Adposicional (Adp). Ainda de acordo com os autores, não há uma correspondência biunívoca necessária entre os tipos de Sintagmas e as classes de lexemas correspondentes em uma dada língua. É possível que uma língua tenha uma classe de lexemas altamente flexível, podendo ter uma variedade de tipos de Sintagmas.

A *Palavra* (Xw) pode ter uma estrutura morfossintática altamente complexa, especialmente em línguas polissintéticas. Pode ser composta por Morfemas (Xm), como também pode, exatamente como qualquer outra camada de análise morfossintática, encaixar camadas superiores, como Sintagmas e Orações.

À organização hierárquica interna do Nível Morfossintático também é aplicada uma perspectiva *top-down*, mas Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 283) alertam que essa hierarquia está sujeita a fatores idiossincráticos, ou seja, fatores incomuns, particulares em cada situação comunicativa. As camadas são analisadas levando-se em consideração fatores como a ordenação linear dos constituintes, o alinhamento (seleção de argumentos privilegiados), a subordinação, a inserção de expletivos (*dummy*) e a concordância.

Como analisamos os verbos modais *poder* e *dever* na modalidade escrita da Língua Portuguesa, especificamente em redações nota mil do Enem, optamos por não nos determos ao

Nível Fonológico da GDF, uma vez que suas camadas e categorias não se fazem pertinentes aos objetivos da presente pesquisa.

Por fim, é importante fazermos algumas considerações ainda acerca da organização em níveis e camadas da GDF no que diz respeito às categorias de nível estritamente textual. Casseb-Galvão (2011), partindo da aplicação de pressupostos consagrados na Teoria da Gramaticalização, como o princípio de unidirecionalidade, e levando em conta o modelo *top-down* da GDF, que estabelece diferentes níveis e camadas de organização gramatical, reconhece a necessidade de o modelo da GDF acrescentar à sua organização *top-down* um nível de organização linguística que dê conta das funções exclusivamente textuais, o denominado Nível Retórico.

É a função de “token de narrativa” da expressão “dizque” que leva a autora a propor esta revisão do modelo estratificado da GDF, separando as unidades do Nível Textual (Retórico) do Nível Interpessoal. É neste nível denominado de Retórico que as funções específicas do texto se encontrariam, como é o caso do uso do termo [diskⁱ] para fins narrativos. Essa proposta de criar um Nível Retórico para descrever as funções textuais não é uma novidade nos estudos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Hengeveld (1997), ao investigar a coesão, sugere que as variáveis discursivas, o tipo de discurso e os movimentos que o compõem sejam alocados no Nível Retórico. Nesse nível, as unidades subjacentes seriam o Parágrafo, o *Frame* Discursivo e o Texto. Nesse sentido, optamos, em conformidade com a autora e com Hengeveld (1997), separar o Nível Retórico do Nível Interpessoal. Essa reorganização proposta pode ser esquematizada no quadro (1) a seguir, conforme Casseb-Galvão (2011):

Quadro 1 – Sistema esboçado pelos usos de [diskⁱ] no português do Brasil.

Nível	Uso	Função	Sistema	Estatuto Categorial
Retórico	Token de narrativa	Retórica	Construtor de frame de mundo narrado, de narrativa ficcional.	Categoria textual
Interpessoal	Verdade geral	Informacional	Evidencial de genericidade	Categoria – A

				(Mapeada em um único ato discursivo)
	Admirativo	Pragmática	Ilocucionário	Categoria – F
	Boato	Informacional	Evidencial Reportativo	Categoria – C

Fonte: CASSEB-GALVÃO (2011, p. 331)

No quadro (1), as funções retóricas estão separadas das funções pragmáticas. Essa opção teórica parece estar mais coerente com nossa proposta de análise, uma vez que trabalhamos com o gênero textual “redação modelo Enem”, que apresenta uma organização retórico-textual bastante padronizada no que se refere aos “movimentos” retóricos e à distribuição dos conteúdos ideacionais do texto.

2.2 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos os principais pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (GDF - 2008). De modo geral, sob tais perspectivas funcionalistas, a análise linguística é orientada para a correlação entre estrutura linguística e aspectos cognitivo-discursivos.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 02), “a GDF oferece uma descrição autônoma e equilibrada dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos para a forma linguística”. Para a teoria da GDF, constata-se que a pragmática governa a semântica, ambas regem a morfossintaxe, e as três agenciam a fonologia. Para a GDF, a pragmática, a semântica, a morfossintaxe e a fonologia dispõem-se, no Componente Gramatical, de forma hierárquica, distribuídas em níveis de análise linguística, em um modelo de gramática que é entendido como *top-down*, em que os elementos dos níveis e camadas superiores influenciam os níveis e as camadas inferiores.

Na exposição, pontuamos, também, que o Componente Gramatical se organiza em quatro níveis interdependentes (cada qual estruturado em suas próprias camadas de representação), a saber: o Nível Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico.

O Nível Interpessoal diz respeito aos aspectos formais de uma unidade linguística que refletem as intenções comunicativas do Falante. A unidade de análise hierarquicamente mais

alta no Nível Interpessoal é o *Move* (M), que pode conter um ou mais *Atos Discursivos* (A). Cada Ato Discursivo contém uma *Ilocução* (F), que especifica uma relação entre o ato de fala dos *Participantes* (P1 - falante; P2 – ouvinte) e o *Conteúdo Comunicado* (C). O Conteúdo Comunicado, por sua vez, contém um número variável de *Subatos Atributivos* (T) e *Subatos Referenciais* (R). O Nível Representacional está relacionado às categorias semânticas que as unidades linguísticas designam, tendo como camadas: Conteúdo Proposicional (p); Episódio (ep); Estado de Coisas (e); Propriedade Configuracional (f); e Indivíduo (x). O Nível Morfossintático, tendo como camadas: Expressão Linguística (Le), Oração (Cl)⁷, Sintagma (Xp) e Palavra (Xw); recebe, por sua vez, *input* dos níveis Interpessoal e Representacional, fazendo emergir, em sua estrutura, tais representações pragmáticas e semânticas.

Quanto ao Nível Retórico, Casseb-Galvão (2011) estabelece diferentes níveis e camadas de organização gramatical, reconhece a necessidade de acrescentar um novo nível de organização linguística à estrutura top-down da GDF. Esse novo nível teria a função de descrever as funções exclusivamente textuais da linguagem.

No capítulo seguinte, tratamos da categoria modalidade. Inicialmente, apresentamos o conceito de modalidade na Linguística. Em seguida, descrevemos a modalidade sob o ponto de vista da GDF e, por fim, discutimos os aspectos teóricos que caracterizam o estudo dos verbos modais.

⁷ Ou Cláusula (*Clause*).

CAPÍTULO 3

MODALIDADE

A categoria modalidade é um universo de muitas possibilidades de pesquisa, haja vista que é uma categoria da língua pertencente a várias disciplinas (Linguística, Semiótica e Lógica), o que lhe confere caráter multidisciplinar; dentre as quais, por sua vez, estão envolvidas em muitas ramificações teóricas (no caso da Linguística, a categoria modalidade pode ser abordada por um viés cognitivo, formal ou funcional).

Além disso, vale ressaltar a problemática relativa à delimitação desta categoria, uma vez que se trata de um campo de difícil apreensão, o que leva os estudiosos a fornecerem pontos de vista provisórios. É uma seara de notável diversidade, que varia quanto ao campo de estudo, às orientações teóricas e ao privilégio dado a um ou outro tipo de modalidade. Se há tamanha diversidade de conceituações é porque esse campo ainda carece de estudos que objetivem a elucidação do conceito, já que suscita a heterogeneidade de teorias e enfoques metodológicos.

Entendemos que a modalidade constitui uma categoria linguística por meio da qual o falante codifica conteúdos e intenções, ou melhor, interage com o ouvinte, ampliando, modificando ou substituindo sua informação pragmática, conforme discutimos no capítulo 2 desta dissertação, quando tratamos da Teoria da Gramática Funcional. Assim, é a partir dessa noção que tentamos analisar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego de verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem.

Este capítulo se organiza em três seções, em que apresentamos, na sequência, os seguintes subtemas: na seção 3.1, apresentamos o conceito de modalidade na Linguística. Na seção 3.2, tratamos da Modalidade sob o ponto de vista da GDF. Na seção 3.3, discutimos os aspectos teóricos que caracterizam o estudo dos verbos modais. E, finalmente, na seção 3.4, apresentamos a síntese conclusiva do capítulo.

3.1 Modalidade na Linguística

É uma tarefa difícil definir modalidade porque esse conceito está relacionado não apenas ao significado das expressões modalizadas, mas, ainda, à delimitação das noções inscritas no domínio conceptual implicado. Dois princípios básicos podem ser lembrados: primeiro, a existência ou não de modalidades em enunciados não marcados pela presença de

modalizadores; segundo, a determinação de fronteiras entre a Lógica e a Linguística, quando o assunto é modalidade (NEVES, 2013, p. 151).

Em relação ao primeiro aspecto, pode-se dizer que, se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o emissor, o enunciado e a realidade objetiva, é oportuno propor que não há enunciados não-modalizados. Neves (2013) afirma:

Do ponto de vista comunicativo-pragmático, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca. (NEVES, 2013, p. 152)

Dessa forma, em relação ao primeiro aspecto, é importante destacar que a cada enunciado necessariamente se atribui uma atitude modal, que pode ser explicitada como “o emissor afirma que...”, “o emissor quer saber se...”

Em relação ao segundo aspecto, as primeiras modalidades, as aléticas ou aristotélicas, foram determinadas no quadrado lógico apresentado por Aristóteles, no qual, a partir das modalidades fundamentais do possível e do necessário, definem-se, por negação, os contrários respectivos, o impossível e o contingente. Neves (2013) retoma Parret (1988) afirmando que, estabelecidas as modalidades aléticas, os lógicos definiram outros dois eixos conceituais, o do conhecimento e o da conduta, nomeando, então, as modalidades epistêmica e deôntica, a primeira ligada ao eixo da crença e a segunda, ao eixo da conduta. Dessa forma, falar de modalização, em princípio, é falar de conceitos lógicos, como *possibilidade* e *necessidade*. Assim, o conceito de modalidade tem sido muito influenciado pela visão lógica.

Ao tratar da diferença entre modalidades lógicas e modalidades linguísticas, Neves (2013) retoma Kiefer (1987) e explica que, enquanto aquelas implicam as noções de *necessidade* e *possibilidade*, estas concernem a qualificações que vão além dessas noções. Verbos que indicam opinião ou crença (saber, crer, acreditar...) marcam, sobretudo, a atitude do enunciador em relação ao conteúdo do enunciado.

Com base em Kiefer (1987), Nogueira (2011) destaca outra diferença entre modalidades lógicas e modalidades linguísticas, que diz respeito ao fato de que as modalidades lógicas se relacionam à avaliação de proposições, enquanto as modalidades linguísticas têm a ver com diferentes porções de conteúdo. Dessa forma, a autora exemplifica com o trecho abaixo em que o advérbio modalizador “talvez” em destaque não faz uma qualificação modal de toda a proposição, mas somente de parte dela.

(5) Inf. – o Secretário da Fazenda e o novo presidente...nos pediu...e eu digo nos pediu A MIM e aos outros diretores que ainda estou aqui...pra gente permanecer durante mais um tempo aí *talvez* até o final de fevereiro... (Porcultfort – DID-46)

Ainda em relação à distinção entre as investigações sobre modalidade no terreno da Lógica e da Linguística, Neves (2013) discorre, fundamentada em Givón (1984), acerca da Pragmática a partir da consideração das pressuposições dos indivíduos na avaliação da verdade de uma proposição no evento comunicativo. A modalidade linguística distancia-se, então, da modalidade lógica por criar no contexto um contrato epistêmico entre falante e ouvinte, o que implica a consideração do conhecimento compartilhado entre eles. Assim, a verdade de um conteúdo é analisada a partir das atitudes com que tal conteúdo é veiculado, e o estudo da modalidade linguística deve considerar parâmetros pragmáticos como crenças e expectativas dos participantes da comunicação.

Nogueira (2011) afirma que, no âmbito da ciência Linguística, a modalidade é definida como uma qualificação do enunciado relativa ao julgamento do falante sobre a verdade de uma proposição. Assim, ela enfatiza:

O que parece opor a modalidade tomada do ponto de vista da Lógica e a modalidade compreendida segundo o enfoque linguístico sugere uma distinção, avaliada em graus, entre objetividade (modalidade externa e autônoma em relação ao falante, ontológica) e subjetividade (modalidade interna, derivada de atitudes e opiniões, linguística). (NOGUEIRA, 2011, p. 62)

Ilari e Basso (2008) afirmam que os casos de modalidade encontrados nas línguas naturais precisam ser analisados tendo-se em vista seu vínculo com a realidade. Quer dizer que, ao modalizar, o falante considera um determinado estado de coisas, geralmente real, à luz de alternativas que têm seus limites fixados a partir de um fundo de conhecimentos, valores ou obrigações que se consideram estabelecidos e compartilhados entre o falante e seu interlocutor, num determinado momento. Assim, Ilari e Basso defendem que “modalizar é uma forma de evocar e reafirmar esses limites, e isso explica, ao menos em parte, a forte repercussão que a modalização tem nas relações interpessoais”. (2008, p. 320)

Palmer (1986) define modalidade como a gramaticalização das atitudes subjetivas e opiniões do falante, classificando a modalidade linguística em três subtipos: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica.

Para Palmer (1986), a modalidade epistêmica é um sistema modal que indica o grau de comprometimento do falante com seu enunciado; e subdivide esse sistema modal epistêmico em um sistema modal dos julgamentos e um sistema modal das evidências.

Enquanto os julgamentos anunciam proposições afirmadas com dúvidas, as evidências anunciam proposições afirmadas com relativa segurança, portanto abertas a questionamentos e a justificativas evidenciais. Como demonstração do sistema modal dos julgamentos e do sistema modal das evidências, Palmer aponta, respectivamente, os seguintes exemplos:

(6) *É possível que.../ Pode ser concluído que.../ Parece que*⁸...

(7) *Eu posso sentir o cheiro de algo queimado*⁹.

De acordo com Lyons (1977), a modalidade epistêmica está relacionada ao conhecimento, crença ou opinião, enquanto a modalidade deôntica refere-se à necessidade ou à possibilidade de atos performativos realizados por agentes moralmente responsáveis.

Por modalidade deôntica, Palmer entende o sistema modal que apresenta um elemento de vontade (*will*) e envolve a ação do falante ou de outra pessoa, ação essa orientada para um agente. O autor cita o exemplo a seguir:

(8) *Sente-se à mesa. – pai para uma criança.*¹⁰

Por modalidade dinâmica, o autor compreende o sistema modal relacionado ao significado de capacidade/ habilidade ou disposição do sujeito; dessa forma, não mantendo relação com a expressão de opinião ou atitude do falante. Palmer ilustra com o seguinte exemplo:

(9) *João pode falar italiano*¹¹.

É necessário pausar para uma consideração em relação à definição de modalidade dinâmica apresentada por Palmer. Segundo o teórico, a subjetividade pode ser considerada uma característica essencial da categoria modalidade, sendo a modalidade epistêmica sempre subjetiva. Entretanto, conforme Palmer, há problemas com essa assertiva na análise das modalidades dinâmica e deôntica porque, em alguns usos não epistêmicos de elementos modais,

⁸ It is possible that.../ It is to be concluded that... / It appears that...

⁹ I can smell something burning

¹⁰ Sit at the table – parent to child

¹¹ John can speak Italian

parece não existir elemento de subjetividade; enquanto em outros parece haver graus de envolvimento do falante.

Palmer (1986) considera a existência dos seguintes graus de envolvimento da parte do falante: ele pode estar totalmente envolvido [pessoalmente]; ele pode estar envolvido de algum modo [pessoalmente, mas não tão diretamente] ou envolvido como um membro da sociedade que instiga à ação [indiretamente]. Com o propósito de demonstrar como isso ocorre, o estudioso considera o modo de atuação de dois verbos modais da língua inglesa: *can* (poder) e *must* (dever).

O modal *can* é, às vezes, usado para expressar o que parece ser uma declaração factual não-modal, como em *John can speak italian* (João *pode* falar italiano). Palmer defende que essa expressão não envolve nem a opinião do falante, nem a atitude deste, simplesmente afirma que João tem habilidade de falar italiano. Mas *can*, salienta o autor, é, indubitavelmente, um verbo modal em inglês.

O modal *must*, por sua vez, pode ser usado para indicar o envolvimento do falante (se ele obriga alguém a realizar uma ação, podemos assumir que ele próprio *deseja* ver a ação levada a termo, destaca Palmer) ou ele pode ser usado quando o falante não está envolvido, não tendo assim interesse claro na realização da ação. Como exemplo de ambos os usos, Palmer cita, respectivamente:

(10) Você *deve* vir aqui de uma vez¹²

(11) Você *deve* ir agora se você deseja pegar o ônibus.¹³

Da mesma forma que Palmer, Sweetser (1990) também esquematiza uma separação entre a modalidade dinâmica e as modalidades epistêmica e deôntica. A autora defende que, por sua própria natureza, os significados de habilidade e disposição aos quais as expressões dinamicamente modalizadas se referem não podem ser impostas por alguém ou por uma instituição.

Por sua vez, Halliday (1985) demonstra concordância com o posicionamento de Palmer apenas em termos. Não considera a denominada – a modalidade dinâmica – como um tipo de modalidade, no entanto concorda com a interpretação dada ao significado do modal *poder* em expressões do tipo *João pode fazer isto*, ou seja, defende que, em situações como essa, não há

¹² You must come here at once.

¹³ You must go now if you wish to catch the bus.

como admitir o modal epistêmico ou deôntico por constituir apenas uma noção de capacidade/habilidade, sem relação direta quer com a avaliação do falante quer com seu julgamento. Daí Halliday chamar de *potencialidade* exemplos como o supracitado.

Já autoras como Silva-Corvalán (1995) e Ferreira (2000) optam por abrigar, em uma única categoria, as chamadas noções deônticas de *obrigação* e *permissão* e a noção de *capacidade*. As autoras esquematizam, assim, a distinção entre *modalidade de raiz* e modalidade epistêmica, abrigoando sob o rótulo *modalidade de raiz* todos os usos não epistêmicos dos verbos modais.

Assim, diante da importância da modalidade na construção de um ponto de vista do sujeito falante sobre o conteúdo proposicional de seu enunciado, verificamos, então, a necessidade de descrever e analisar, integradamente, as propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas que categorizam o emprego de verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem. Entendemos que, durante a construção do texto dissertativo-argumentativo, o candidato pode recorrer a articuladores para avaliar o que foi dito como verdadeiro, obrigatório ou duvidoso. Dessa forma, esses articuladores assumem a função de modalizadores para avaliar um enunciado como verdadeiro ou então assinalar o grau de certeza com relação aos fatos enunciados; para avaliar como obrigatório ou necessário o que é dito e para exprimir uma avaliação subjetiva dos eventos, ações, situações a que o enunciado faz menção (KOCH, 2018).

Durante o ensino médio, principalmente no último ano, a tipologia textual que é mais praticada por esses estudantes em sala de aula, em razão do Enem, é o dissertativo-argumentativo. É esperado que se opine em defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto; a opinião deve ser fundamentada com explicações e argumentos. Fiorin (2017) defende que é um lugar-comum na linguística atual a afirmação de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana e de que, portanto, todos os enunciados são argumentativos.

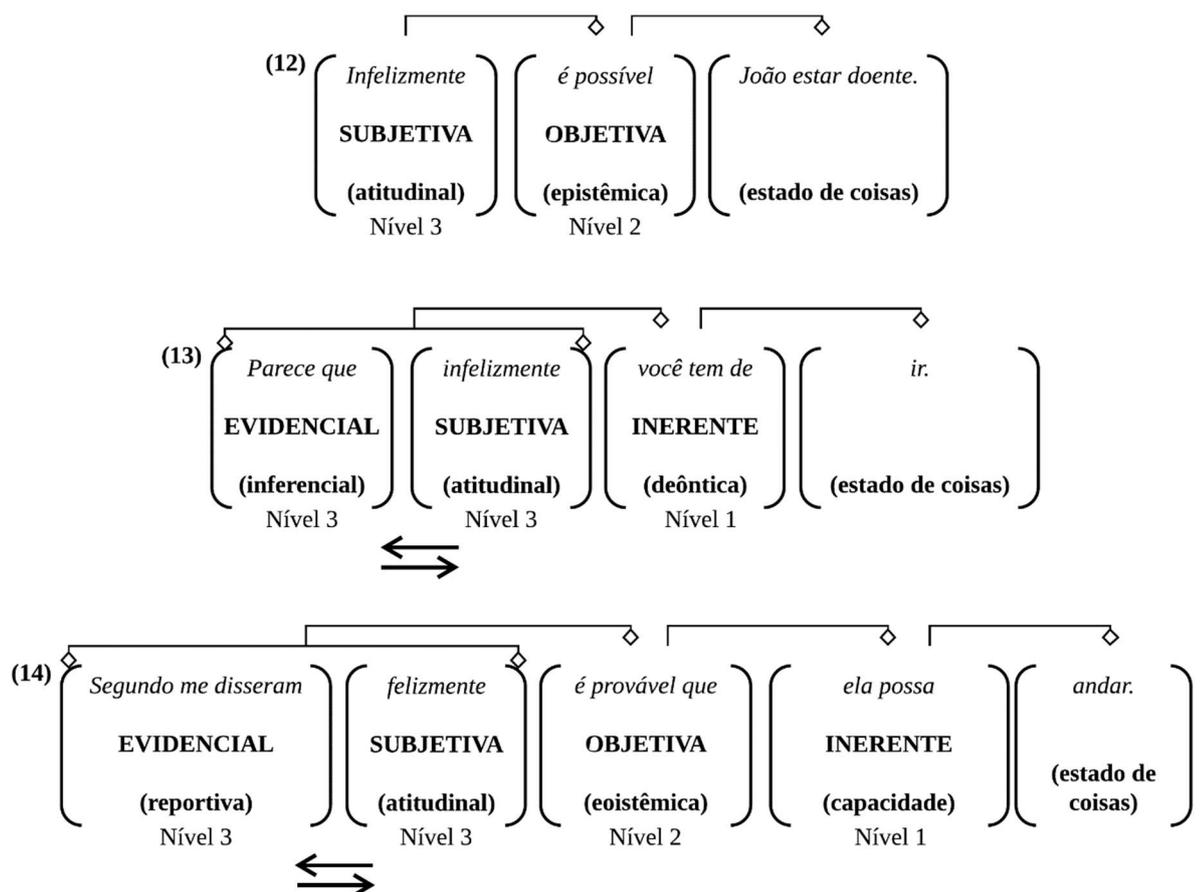
Logo, baseando-se nesse pensamento, pretendemos verificar a existência de um padrão argumentativo no uso dos modalizadores nos textos dissertativos-argumentativos produzidos pelos candidatos do Enem e, havendo, descrevê-los e analisá-los em conformidade com os pressupostos teórico-metodológicos da GDF.

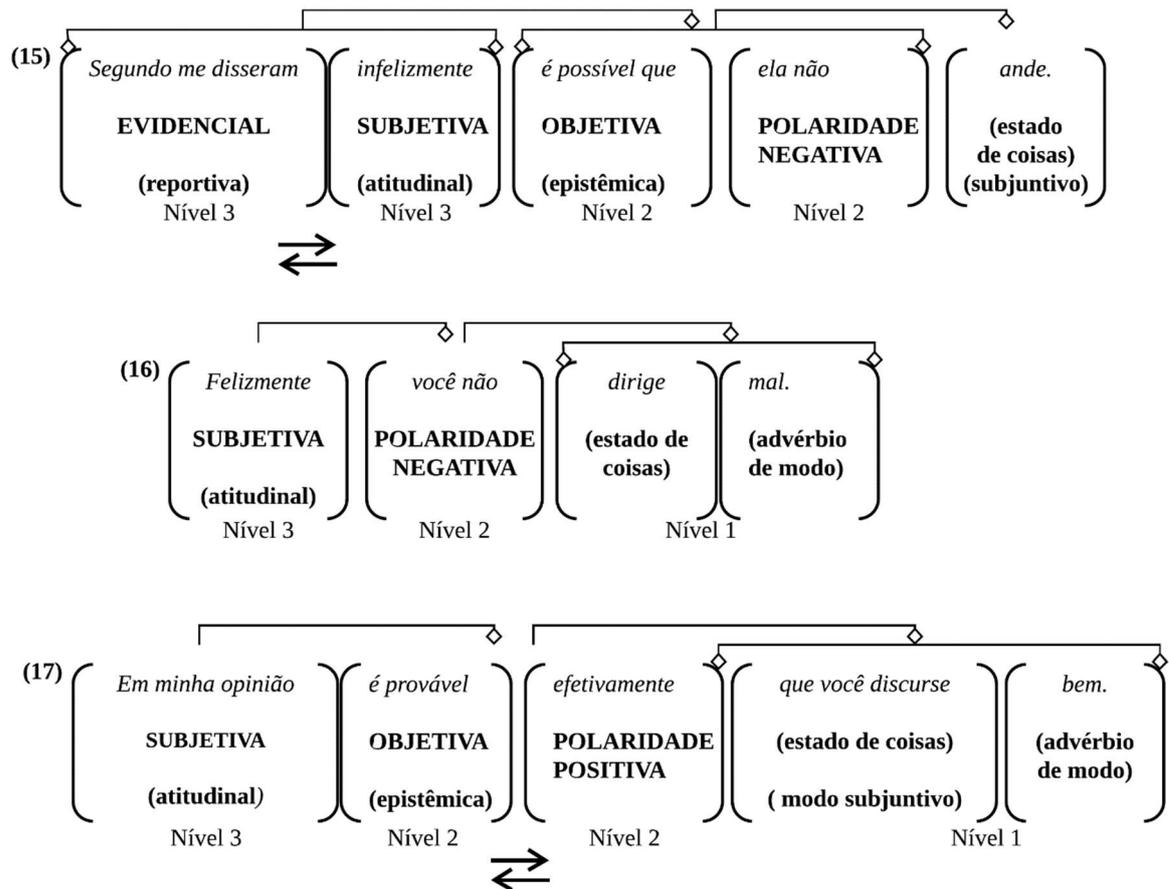
Na seção 3.2 a seguir, discorreremos sobre a Modalidade sob o ponto de vista da GDF, destacando os aspectos mais relevantes para os objetivos empreendidos nesta dissertação.

3.2 Modalidade na perspectiva da GDF

A Gramática Funcional define a categoria modalidade estabelecendo uma correlação entre camadas de constituição dos enunciados e instâncias de modalização. Ou seja, tais camadas são vistas como instâncias de modalização dos enunciados (DIK, 1989; HENGEVELD, 1988, 1989).

Ao final da década de 1980, Kees Hengeveld inicia seus trabalhos com modalidade, sob a ótica da Gramática Funcional (DIK, 1989), fazendo a distinção entre modalidades objetivas e subjetivas. O autor traz uma grande contribuição para o modelo de análise da oração em camadas, uma vez que a descrição que faz dessa categoria linguística permite compreender por que é possível que diferentes qualificações modais possam ser expressas em um mesmo enunciado. Assim, Neves (2013 p. 202) exemplifica:





Já em um de seus primeiros trabalhos sobre a modalidade, Hengeveld (1988) divide essa categoria em três subtipos, a saber, a modalidade inerente, a modalidade objetiva e a modalidade epistemológica. Essa classificação sofreu algumas alterações com o desenvolvimento da teoria, mas suas características fundamentais permanecem até suas obras mais recentes (HENGEVELD, 2004; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; HENGEVELD; HATTNER, 2015).

O primeiro nível, o da estrutura interna da predicação, diz respeito às **relações entre um participante e a realização do estado de coisas (EC) em que ele está envolvido**. Nele se configura a modalidade denominada **inerente**, indicando, em geral, uma capacitação. As distinções modais inerentes podem consistir na afirmação da habilidade ou disposição de um participante para realizar um estado de coisas (poder, estar habilitado para/ desejar, estar disposto a) ou no questionamento quanto a se o participante é obrigado a (deve, tem de) ou se a ele é permitido (pode, é permitido) realizar um estado de coisas. Por exemplo, em “você tem

que estar apto a nadar (para participar deste curso¹⁴)”, temos que o participante ‘você’ é o alvo da avaliação e o Falante toma a capacidade intrínseca desse participante como base para avaliar se esse evento é possível, ou não, de ocorrer.

No segundo nível, o da predicação, que representa um estado de coisas, manifesta-se a modalidade denominada **objetiva**, relacionada à **avaliação do falante sobre a probabilidade de ocorrência de um estado de coisas em termos do que sabemos sobre estados de coisas em geral**. Nesse nível de modalização, em que o falante parece isento da responsabilidade pelo que diz, expressam-se dois subtipos: (i) Modalidade objetiva epistêmica, por meio da qual o falante avalia a factualidade/realidade de um estado de coisas em termos do seu conhecimento dos estados de coisas em geral, (ii) Modalidade objetiva deôntica, por meio da qual o falante avalia a factualidade/realidade de um estado de coisas em termos de um sistema de normas moral, legal ou social. Os valores epistêmicos são: certo, provável, possível, improvável, impossível. Por sua vez, os valores deônticos são: obrigatório, aceito, permitido, inaceito, proibido.

No terceiro nível - o da proposição ou dos fatos possíveis - configura-se a modalidade chamada **epistemológica**, em que se observa **a atitude do falante em relação ao conteúdo da proposição**. A modalidade epistemológica subdivide-se em **modalidade subjetiva**, em que o falante assume a responsabilidade em relação ao conteúdo da proposição, especificando o grau de sua certeza em relação à verdade ou validação desse conteúdo, em “Provavelmente/ evidentemente/ indubitavelmente Sheila está doente¹⁵” temos que o conteúdo proposicional ‘Sheila está doente’ é modificado por um dos advérbios que o antecedem, podendo esse conteúdo ser avaliado quanto ao seu valor; e a **modalidade evidencial**, em que o falante não se apresenta como fonte da informação contida na proposição, mas dá uma indicação de como a obteve. Em “Certamente, ele deve ter esquecido”¹⁶, temos que a proposição ‘ele deve ter esquecido’ é modificada pela expressão modal orientada para a proposição, ‘certamente’. Além disso, o verbo modal orientado para o evento, ‘deve’, descreve a existência da possibilidade alta de ocorrência do EC, ‘ele esqueceu’. Ou seja, o Falante expressa sua certeza sobre a existência de uma possibilidade objetiva.

Dessa forma, se estabelece uma tipologia que aborda as seguintes modalidades: **modalidade inerente** (que contempla os usos modais dinâmicos e alguns usos modais

¹⁴ You have to be able to swim (to participate in this course). (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213)

¹⁵ Probably/ evidently/ undoubtedly Sheila is ill. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.151)

¹⁶ Certainly, he may have forgotten. (ibid., p.174)

deônticos), **modalidade objetiva** (que contempla todos os usos deônticos não inerentes e os usos epistêmicos objetivos), **modalidade subjetiva** (que contempla os usos epistêmicos subjetivos [que serão chamados de *epistemológicos* e *bulomaicos*] e os usos evidenciais [inferenciais, citativos, experienciais]).

Em 2004, Hengeveld propõe uma nova tipologia para as modalidades, tipologia esta adotada pela GDF (2008). Nessa nova perspectiva, o autor estabelece dois parâmetros de classificação para as modalidades: o *alvo de avaliação de uma distinção modal*, que é a parte do enunciado que é modalizada, e o *domínio de avaliação de uma distinção modal*, que é a perspectiva a partir da qual a avaliação é feita.

Assim, segundo o parâmetro *alvo da avaliação*, três subtipos podem ser identificados: sob o rótulo de **modalidade orientada para o participante**, que se refere à relação entre o participante em um evento e a possível realização desse evento; **modalidade orientada para o evento**, que diz respeito à avaliação do estatuto de realidade de um evento, sem que o falante tome responsabilidade por essa avaliação, e **modalidade orientada para a proposição**, que concerne à atitude subjetiva do falante com relação à proposição contida em seu enunciado.

Segundo o parâmetro *domínio da avaliação*, cinco subtipos podem ser identificados: **modalidade facultativa**, relacionada às habilidades intrínsecas ou adquiridas; **modalidade deôntica**, relacionada a avaliações morais ou legais; **modalidade volitiva**, relacionada ao desejo; **modalidade epistêmica**, relacionada ao conhecimento sobre o mundo real; e **modalidade evidencial**, que se relaciona com a fonte da informação apresentada. Nesse último parâmetro, os cinco subtipos podem ou não afetar o participante, o evento e a proposição.

A combinação dos três alvos da avaliação de uma distinção modal com os cinco domínios permite-nos conceder dez subtipos modais. Para melhor compreensão dos subtipos modais, vejamos o quadro (1) a seguir.

Quadro 2 – Tipos modais a partir do cruzamento dos parâmetros alvo e domínio da avaliação de uma distinção modal

Alvo da avaliação de uma distinção modal 	Participante do evento descrito no enunciado	Evento descrito no enunciado	Proposição: parte do enunciado que representa as visões e crenças do falante.
<i>Domínio</i> da avaliação de uma distinção modal	Objetivas: o falante emite julgamentos, sem assumir responsabilidade por eles.		Subjetiva: o falante compromete-se pessoalmente

↓			com os julgamentos enunciados.
<i>Facultativa</i>	Modalidade dinâmica orientada para o participante	Modalidade dinâmica orientada para o evento	_____
<i>Deôntica</i>	Modalidade deôntica orientada para o participante	Modalidade deôntica orientada para o evento	_____
<i>Volitiva</i>	Modalidade volitiva orientada para o participante	Modalidade volitiva orientada para o evento	Modalidade volitiva orientada para a proposição
<i>Epistêmica</i>	_____	Modalidade epistêmica orientada para o evento	Modalidade epistêmica orientada para a proposição
<i>Evidencial</i>	_____	_____	Modalidade evidencial orientada para a proposição

Fonte: Adaptado de Hengeveld (2004).

É importante destacar que, em estudo mais recente, Hengeveld e Hattnher (2015) dissociam os domínios da modalidade epistêmica e da evidencialidade. Nesta pesquisa realizada em línguas indígenas nativas do Brasil, os autores passam a considerar a evidencialidade como uma categoria independente da modalidade, subdividindo-a em quatro categorias evidenciais conforme o escopo de atuação semântica, a saber: Reportatividade, Inferência, Dedução e Percepção de Evento. Vale, ainda, ressaltar a pesquisa desenvolvida por Hengeveld e Fischer (2018) que reavaliam o estatuto funcional da evidencialidade reportativa, que passa a ser desmembrada em Reportatividade e citação. No português, essa diferença fica clara na separação dos casos de discurso direto, citativo, e discurso indireto, reportativo.

Nagamura (2016, p. 33), a partir dessas duas distinções (a do alvo e do domínio da avaliação), com as dez combinações possíveis (algumas combinações não são logicamente permitidas), ilustra essas categorias modais com os exemplos abaixo.

As modalidades orientadas para o participante podem ser facultativas (18), deônticas (19) ou volitivas (20):

(18) Acho que a gente *pode* melhorar bastante.

(19) As crianças não *devem* beber leite antes de dormir por causa das cáries dentárias.

(20) Eu *quero* sumir daqui.

As modalidades orientadas para o evento podem ser facultativas (21), deônticas (22), volitivas (23) e epistêmicas (24):

(21) Sua compra não *pôde* ser realizada neste momento.

(22) Duas coisas que não *se deve* divulgar por aí: seu relacionamento e seus sonhos.

(23) *É desejável que* Paulo Macedo fique no Ministério da Saúde.

(24) A Imagem de um suposto esqueleto na superfície de Marte *pode* ser a prova de que alienígenas viveram no planeta vermelho.

As modalidades orientadas para a proposição podem ser volitivas (25), epistêmicas (26) e evidenciais (27):

(25) *Devia* existir replay nos melhores momentos da vida.

(26) Dilma tenta se comunicar e negociar, mas *talvez* seja tarde.

(27) *Acredito* que tenha sido erroneamente interpretada.

Assim, a distinção entre modalidades subjetivas e objetivas, realizada por vários autores (LYONS, 1968; HALLIDAY, 1970; FOLEY; VAN VALIN, 1984), também é feita na GDF. Resumidamente, as modalidades objetivas se referem à avaliação do falante sobre um Estado de Coisas em termos de seu conhecimento, ao passo que as modalidades subjetivas se referem ao comprometimento do falante com relação à veracidade do conteúdo da Proposição. As modalidades objetivas incluem as modalidades orientadas para o participante e para o evento, ao passo que as modalidades subjetivas incluem a modalidade orientada para a proposição.

3.3 Verbos modais

Os **verbos modais** não constituem núcleo de predicado. São verbos pouco abordados nas lições tradicionais de gramática portuguesa, entretanto altamente importantes pelo que representam como expressão da atitude do falante em relação ao que é dito, e, por isso mesmo, pelo que representam em termos de cumprimento das funções da linguagem.

Via de regra, o conjunto de verbos modais é composto por auxiliares que veiculam leitura de possibilidade ou necessidade (STOWELL, 2004). A literatura sobre os verbos modais em português é consensual no reconhecimento de *poder*, *dever* e *ter que/de* como auxiliares modais; cada um deles está associado a um subconjunto de interpretações.

É importante destacar que não apenas os verbos fazem modalização dos enunciados, e os diversos modos de expressão da modalidade operam diferentemente no fazer do enunciado. De acordo com Neves (2013, p.65), de maneira bem simples, os verbos modais se distribuem, em duas grandes áreas:

Quadro 3 – Áreas dos verbos modais

<p>Modalidade Epistêmica</p>	<p>Implica uma avaliação que o falante faz de um estado de coisas ou de uma proposição, a partir do conjunto de conhecimentos e de crenças que possui. Avalia o estatuto de realidade de um estado de coisas como epistemicamente necessário ou possível.</p>
<p>Modalidade Deôntica</p>	<p>Relaciona-se a uma ação (do próprio falante ou não), mais do que a uma avaliação. Qualifica uma ação como deonticamente necessária ou possível (permitida, obrigatória, própria).</p>

Fonte: Adaptado de Neves (2013, p.65).

Uma relevante característica da modalidade que permite torná-la matéria de investigação privilegiada é a polissemia dos verbos modais. Segundo Neves (2000), a interpretação de cada modal só pode ser fornecida com base nos elementos que o envolvem. Mais especificamente no caso dos verbos modais, o valor da modalidade só é possível de ser alcançado pelo recurso a traços sintáticos, semânticos e discursivos que os caracterizam.

Como visto na primeira seção desse capítulo, o conceito de modalidade se refere ao tipo de relação expressa entre o locutor e o enunciado por ele produzido. A função própria da modalidade é restringir o campo de atuação da atitude do locutor, o que gera restrições quanto à utilização de certas modalidades devido às suas características semânticas. Por essa razão, a restrição de uso em determinados contextos perpassa os verbos modais do português a funções altamente especializadas, dificultando ou, até mesmo, impedindo o emprego indiscriminado de duas formas verbais que, fora de um contexto, aparentemente apresentam o mesmo significado.

Segundo Neves (2013), os significados que podem ser atribuídos às modalizações por meio dos verbos modais são basicamente três, já que ao significado epistêmico (impessoal) devem ser acrescentados dois significados abrangidos pela modalidade de raiz (pessoal):

Quadro 4 – Significados que podem ser atribuídos aos verbos modais

Poder	significado de raiz, ou pessoal	capacidade ou habilidade Permissão
	significado epistêmico, ou impessoal	simples possibilidade
Dever	significado de raiz, ou pessoal	Obrigaçã Ordem
	significado epistêmico, ou impessoal	simples necessidade

Fonte: Adaptado de Neves, 2013, p.177

Bechara (1999) expõe os verbos modais como unidades que se articulam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para indicar com mais exatidão o modo como ocorre ou deixa de ocorrer a ação verbal. O verbo *poder* aparece inserido entre os auxiliares de possibilidade ou capacidade. Outro autor que também faz referências aos verbos auxiliares modais é Kury (1999), inserindo entre eles os verbos que expressam possibilidade ou capacidade, como *poder*, sem nenhuma referência à ambiguidade desse verbo.

Fora da esfera das gramáticas normativas, que pouco esclarecem sobre as características dos auxiliares modais, Mira Mateus et al. (1983) julgam que os verbos modais integram por si só modalidades lexicalizadas e empregam o verbo *poder* para elucidar as modalidades epistêmica e deôntica.

A pesquisadora Souza (2017) pondera que fatores discursivos e semânticos interferem na estruturação morfossintática dos usos modais de *dar*. À proporção que os usos se fazem mais ligados ao funcionamento do nível discursivo, a estrutura se faz cada vez mais isolada, mais livre em termos morfossintáticos. Em sua pesquisa, Souza (2017, p. 2115) ilustra com a ocorrência abaixo:

(28) *CES: [421] *agora tá dentro do seu horário / né //*\$

*CES: [422] *&he / ou você quer passar lá no do /2 no Parque <Antártico> //*\$

*ANE: [423] *<tá> //*=\$

*ANE: [424] *<tá> +*\$

*CES: [425] *<dá> //*\$

*ANE: [426] *dá //*\$

*CES: [427] então vamo passar lá //§

(C-Oral, bfamdl05)

CES: Agora tá dentro do seu horário, né? Ou você quer passar lá no Parque Antártico?

ANE: Tá, tá

CES: **Dá?**

ANE: **Dá.**¹⁷

Nesses casos, Souza (2017) afirma que a forma impessoal *dá* é uma peça avulsa, fixa, rotinizada, com escopo sobre porções do discurso. Em (28), *dá* modaliza um *Ato Discursivo do outro interlocutor* (*você quer passar lá no Parque Antártico*). As duas ocorrências, em (27), podem ser parafraseadas por *Dá para passar no Parque Antártico* (?). Dessa forma, o funcionamento da construção está em dependência do fluxo conversacional. A forma modal *dá*, nesses casos, estabelece dependência apenas discursiva (e não morfossintática, como em *não dava para andar*, por exemplo) como conteúdo modalizado. Vale ressaltar também que a forma verbal *dá*, no exemplo 28, está sendo analisada como verbo auxiliar modal por corresponder a “É possível”.

Koch (1981), realizando uma pesquisa semântico-pragmático do modal *poder*, na perspectiva de uma “gramática comunicativa”, reforça o potencial comunicativo do português, enquanto sistema linguístico, ao abordar a polissemia desse auxiliar. De acordo com a autora, esse é um dos “modais que, em língua portuguesa, tem maior número de matizes de significado, quer do ponto de vista puramente semântico, quer sob o ângulo de sua força ilocucionária” (KOCH, 1981, p. 103). Assim, do ponto de vista semântico, o verbo *poder* expressa muitos valores. Um deles é permissão, conforme atesta o exemplo apresentado pela autora: *Os alunos podem fumar na classe*. Nesse caso, seguindo a terminologia corrente nos estudos sobre a modalidade, o verbo *poder* é um modal deôntico. A modalidade deôntica, relacionada aos valores de permissão, obrigação e proibição, refere-se ao eixo da conduta; portanto está “condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]) e, de outro lado, implica que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado, para executá-lo” (NEVES, 1996, p. 172).

Resende (2021) afirma que, em relação aos problemas morfológicos, flexionais e derivacionais, convém abordar o problema da constituição (e/ou identidade) morfológica de

¹⁷ Souza (2017, p. 2115)

ter que/de. Do ponto de vista semântico, esse predicado modal já foi citado por trabalhos como Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), Pessotto (2014) e Ferreira (2020). Todavia, em relação à sintaxe, esse modal foi tanto quantitativo quanto qualitativamente menos explorado – em comparação com os verbos *dever* e *poder*. Parte do problema relacionado a esse modal tem a ver com a ausência de identidade estrutural por trás do que tem sido simplesmente assumido como *ter que*, ou seja, pouco se sabe sobre qual é o papel do “que” em *ter que* e de que forma ele se relaciona ao “de” de *ter de* – forma que tem sido abordada como uma variante sociolinguística do modal.

Em outro estudo, Barros e Paiva (2014) analisam a expressão *ter que* – e sua variante *ter de* – e ponderam que essa construção modal deriva, por Gramaticalização¹⁸, do verbo (pleno) *ter* unido à conjunção *que* (similarmente ao que se encontra nas expressões *parece que* e *diz que*). Por sua vez, Rech (2010) entende que, na verdade, o verbo modal é *ter*, e que *de/que* são preposições que ocorrem com esse verbo, que subcategoriza um infinitivo, o qual deve ser marcado (pela preposição) no caso.

Steffler (2013) afirma que a noção de que os verbos modais somente podem ser bem definidos em um contexto decorre do fato de que os seus traços funcionais estão relacionados a toda a rede argumental, e não somente ao próprio modal. É fundamental, portanto, analisar também o contexto e o entorno comunicativo em que se situa determinado enunciado, pois somente assim é viável determinar o escopo de atuação do verbo modal.

De acordo com Coracini (1991), é necessário buscar sempre elementos que revelem a leitura adequada do modal no contexto em que é empregado, pois as marcas modais em si “não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito-enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto” (CORACINI, 1991, p. 120).

Segundo Neves (2013, p.175), a polissemia dos verbos modais é “negligenciada nas gramáticas pedagógicas do português e bastante estudada em gramáticas de outras línguas, como o inglês e o alemão [...]”. Assim, é necessário averiguar a natureza multissignificativa dos verbos modais, determinando-se não apenas potenciais significados lexicais, mas também fatores extra-oracionais na construção de sentido desses modais, para que os possíveis

¹⁸ Um estudo detalhado sobre a gramaticalização dos verbos modais do português é Dall’Aglio Hattner e Hengeveld (2016).

significados se tornem facilmente perceptíveis, o que geraria um grau menor de ambiguidade e agregaria valores ao ensino de gramática no Brasil. Neves (2013, p.178) ainda afirma:

Uma primeira tomada de posição na resolução da polissemia de contextos modalizados pode ser representada pela investigação da semântica de modais individuais, e esse tem sido um caminho bastante seguido. Entretanto, partindo-se do princípio de que um enunciado explicitamente modalizado tem uma estrutura do tipo $M(p)$, isto é, tem uma proposição no âmbito de incidência de um modalizador, facilmente se verifica a existência de uma relação necessária entre a proposição encaixada no âmbito do modal e a situação que ela representa numa dada instância de elocução, de onde o papel que ela representa na própria interpretação do elemento que a modaliza. (NEVES, 2013, p. 178)

A questão da ambiguidade que é tratada entre significados epistêmicos e significados de raiz, e, dentre estes, em especial – os deônticos –, é recorrente nos estudos linguísticos sobre verbos modais. Neves (2013) afirma que essa ambiguidade é percebida em línguas não aparentadas, particularmente em junção com os verbos modais, que são em menor quantidade, com especificidades morfossintáticas em determinadas línguas. Mais especificamente no caso dos verbos modais, o valor da modalidade só é possível de ser alcançado pelo recurso a traços sintáticos, semânticos e discursivos que os caracterizam.

A fim de se entender o interessante fato de que, nas diversas línguas, as mesmas formas verbais podem ser usadas para os dois grandes tipos de modalidade tradicionalmente postulados, Dubois (1969 *apud* COMPARINI et al., 2008, p. 33), privilegiando a sintaxe no tratamento das modalidades linguísticas, faz distinção entre o sentido epistêmico do verbo *poder*, como em: “Eles podem ser cem”, e seu sentido deôntico, como em: “Eles podem sair: eu permiti.

Como Palmer, Sweetser (1990) afirma que a ambiguidade não é peculiar ao inglês, e cita, entre outras as línguas indo-europeias, as semíticas e as filipinas; além disso, considera que não é aceitável o modo tradicional de tratar os significados modais de raiz como predicados lexicais que incluem força ou obrigação, e os significados epistêmicos como combinações de operadores lógicos. A partir daí, reforça que é insatisfatório afirmar, meramente, que há proximidade semântica entre significados modais de raiz e significados modais epistêmicos. A justificativa é que, se os dois grupos de significados são claramente diferentes, e objetivamente têm pouco em comum, é preciso uma investigação das modalidades de raiz e epistêmica que de alguma maneira torne natural a evidente relação semântica que entre elas se percebe nas várias línguas, já que a polissemia analisada para os valores de raiz e epistêmicos é linguisticamente inter-relacionada com outros modelos de polissemia. O grande empecilho registrado para o

tratamento das modalidades de forma unificada é, por certo, o fato de que a análise semântica dos modais de raiz não se insere nos significados de necessidade e de probabilidade lógica.

Da mesma forma, Bybee e Fleischman (1995) afirmam que a tradicional divisão da modalidade em epistêmica e deôntica acaba por suscitar casos interessantes de polissemia nos quais uma mesma forma pode ser empregada para os dois tipos de modalidade e indicando, assim, a existência da necessidade de o analista recorrer ao contexto para o estabelecimento do significado. Wald (1993) também lembra o fato de que os verbos modais aparentemente ocorrem em todas as línguas, e que sempre constituem formas com uso tanto epistêmico como deôntico, ressaltando que os diversos verbos modais se caracterizam semanticamente como neutros para a distinção entre epistêmico e deôntico.

Realizando um estudo comparativo e diacrônico sobre o desenvolvimento dos marcadores de obrigação em cinco línguas, Bavin (1995) defende a ideia de que o contexto determina se um verbo pode ser interpretado de uma ou de outra maneira. Klinge (1996) também considera necessário analisar o contexto para se resolver a questão da polissemia. O contexto é compreendido como um grupo de possibilidades que tem um destinatário e que ele usa para interpretar uma elocução. Um contexto é uma elocução específica. Integra subparte do contexto o significado codificado no conteúdo proposicional da sentença. Klinge ainda afirma que o conteúdo proposicional de uma sentença é independente de uma determinada elocução, no entanto na elocução ele dispensa algumas das possibilidades usadas pelo destinatário para formar o sentido do enunciado, de onde se segue que o conteúdo proposicional de uma sentença tem uma relevante função no significado interpretado. Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), tratam das relações diacrônicas entre tipos modais, o que pode explicar o uso de uma mesma forma para tipos diferentes, além do fato de que os verbos modais podem ocorrer em períodos formados por subordinação, como é o caso de estruturas hipotéticas ou condicionais.

Neves (2013, p. 179) elucida a questão da polissemia por meio dos exemplos adiante:

(29) *Pode* sair, vai ver o casamento da sua prima!

(30) E ele, como *pode* se prestar a uma pantomima daquelas!

(31) À noite a lua vem da Ásia, mas *pode* não vir, o que demonstra que nem tudo neste mundo é perfeito.

(32) Ela não *pode* morrer no desespero em que está.

Cada um dos enunciados acima revela um distinto significado modal: permissão, possibilidade deôntica, possibilidade epistêmica e volição, respectivamente. Mesmo que o verbo *poder* esteja em todos os enunciados, não se deve atribuir ao verbo modal a responsabilidade da diferença de significado modal. Neves (2013, p. 179) também exemplifica com mais outros quatro enunciados citados a seguir em que se analisa os mesmos distintos efeitos modais dos quatro enunciados anteriores (permissão, possibilidade deôntica, possibilidade epistêmica e volição, respectivamente), além de apresentar o mesmo verbo modal (*poder*), o mesmo predicado modalizado (*ir*), o que aponta que não está evidentemente nesses membros, nem nesse sintagma restrito, a origem do significado distinto.

(33) Agora você *pode* ir embora, escravo.¹⁹

(34) Chama-se Luzia. É limpa, boazinha, não tem perigo. O senhor *pode* ir sossegado com ela.²⁰

(35) o simbolismo das zonas *pode* ir mais adiante, porém é necessário que se tenha maior cautela.²¹

(36) Caio – disse ele me apontando – bem que *pode* ir. É o menos marcado. Não está comprometido com nada.²²

Durante a nossa pesquisa, podemos vislumbrar que os verbos modais podem ser utilizados de modo ambíguo, mostrando a indeterminação entre os usos deôntico e epistêmico. Fatores e componentes linguísticos, extra oracionais e pragmáticos determinam o sentido com que cada um deles está sendo empregado. Em determinadas situações, é o contexto social mais amplo que determina essa desambiguação, em outros é o próprio contexto linguístico que pode contribuir para tal distinção. Assim, podemos concluir que é a nossa compreensão pragmática das expressões como objetos utilizados em diversos e múltiplos níveis que esclarece essa ambiguidade; além da consideração de fatores semânticos e morfossintáticos.

3.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, objetivamos definir a categoria modalidade na Linguística e na perspectiva da GDF. Primeiramente, discutimos acerca da existência ou não de modalidades

¹⁹ Neves (2013, p. 179)

²⁰ Neves (2013, p. 179)

²¹ Neves (2013, p. 179)

²² Neves (2013, p. 179)

em enunciados não marcados pela presença de modalizadores. Em seguida, discorreremos sobre a determinação de fronteiras entre Lógica e Linguística, quando o assunto é modalidade (NEVES, 2013).

Na seção 3.2, vimos que a Gramática Funcional define a categoria modalidade estabelecendo uma correlação entre camadas de constituição dos enunciados e instâncias de modalização. Ou seja, tais camadas são vistas como instâncias de modalização dos enunciados (DIK, 1989; HENGEVELD, 1988, 1989). Ao final da década de 1980, Kees Hengeveld inicia seus trabalhos com modalidade, sob a ótica da Gramática Funcional (DIK, 1989), fazendo a distinção entre modalidades objetivas e subjetivas, associada à noção de escopo.

Discorreremos sobre a tipologia para as modalidades proposta por Hengeveld em 2004, tipologia esta adotada pela GDF (2008). Nessa perspectiva, o autor estabelece dois parâmetros de classificação para as modalidades: o *alvo de avaliação de uma distinção modal*, que é a parte do enunciado que é modalizada (modalidade orientada para o participante, modalidade orientada para o evento, modalidade orientada para a proposição) e o *domínio de avaliação de uma distinção modal*, que é a perspectiva a partir da qual a avaliação é feita (modalidade facultativa, modalidade deôntica, modalidade volitiva, modalidade epistêmica e modalidade evidencial).

Na seção 3.3, destacamos que, via de regra, o conjunto de verbos modais é composto por auxiliares que veiculam leitura de possibilidade ou necessidade (STOWELL, 2004). A literatura sobre os verbos modais em português é consensual no reconhecimento de *poder*, *dever* e *ter que/de* como auxiliares modais; cada um deles está associado a um subconjunto de interpretações.

E por fim, reforçamos a questão da ambiguidade que é tratada entre significados epistêmicos e significados de raiz, e, dentre estes, em especial – os deônticos –, é recorrente nos estudos linguísticos sobre verbos modais. Neves (2013) afirma que essa ambiguidade é percebida em línguas não aparentadas, particularmente em junção com os verbos modais, que são em menor quantidade, com especificidades morfossintáticas em determinadas línguas.

No capítulo seguinte, apresentamos os aspectos gerais que caracterizam o banco de textos utilizado em nossa pesquisa e a delimitação de nossa amostra textual. Realizamos uma breve exposição sobre as características da redação nota mil do Enem e apresentamos os procedimentos metodológicos gerais da pesquisa; ademais, descrevemos as categorias de análise consideradas na investigação dos verbos modais *poder* e *dever* neste trabalho.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa pretende investigar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego de verbos modais *poder* e *dever*; procurando, dessa forma, descrever e analisar, integradamente, propriedades interpessoais, representacionais e morfossintáticas que caracterizam o emprego de verbos modais na construção da argumentação em redações nota mil do Enem. Assim, levando-se em conta que a expressão linguística é multifuncional, verbos caracterizam-se como lexemas modais sob condições de emprego compatíveis com propriedades formais e funcionais ligadas ao significado prototípico ou contextual de modalizadores facultativos, epistêmicos, deônticos, volitivos, evidenciais.

Considera-se que, para estudar uma língua a partir de uma perspectiva funcionalista, é necessário que se reconheça que as unidades linguísticas (forma) são motivadas pelas funções inerentes que os diferentes tipos de enunciados (modalizados) podem desempenhar na interação comunicativa dos participantes. Nesse sentido, o princípio funcionalista de que a função motiva e modela a forma é reconhecido na própria arquitetura da GDF, haja vista que os Níveis Morfossintático e Fonológico traduzem os aspectos pragmáticos e semânticos das expressões linguísticas (modalizadores) advindos dos Níveis Interpessoal e Representacional em estruturas morfossintáticas e fonológicas.

Desse modo, esta pesquisa assume o objetivo geral de descrever e analisar, com base na GDF, os aspectos contextuais, retóricos, interpessoais, representacionais e morfossintáticos que caracterizam o emprego de verbos modais *poder* e *dever*, buscando verificar os subtipos de modalidade mais frequentemente expressos pelos verbos modais, bem como identificar os sentidos e os efeitos de sentido desses verbos modais na construção da argumentação em redações nota mil do Enem. Para isso, descrevemos e analisamos as redações nota mil do Enem dos anos 2018, 2019 e 2020 (amostra selecionada para a composição do universo desta pesquisa). Esse recorte ocorre porque as redações dos referidos anos já estão disponíveis na internet; e, inclusive, por serem redações modelo, parte delas integra a coletânea que compõe a Cartilha do Candidato fornecida anualmente pelo Inep.

Com base nas categorias de análise, investigamos o comportamento da *Modalidade* dentro da Gramática, especificamente no diz respeito à atuação dos subtipos de modalidade conforme a proposta tipológica da GDF, baseada em Hengeveld (2004), que classifica a

modalidade com base em dois critérios: o alvo da avaliação modal e o domínio da avaliação modal.

Neste capítulo, apresentamos, na seção 4.1, os aspectos gerais que caracterizam o banco de textos que serviu de base para a constituição e a delimitação de nossa amostra textual; na subseção 4.1.1, fazemos uma breve exposição sobre as características da redação nota mil do Enem. Na seção 4.2, apresentamos os procedimentos metodológicos gerais da pesquisa; e, na seção 4.3, discorremos sobre as categorias de análise consideradas na investigação da modalidade neste trabalho.

4.1 Seleção, constituição e delimitação do *corpus*

Esta pesquisa possui caráter quantitativo-qualitativo, à medida que é voltada para a análise da frequência de uso a partir da investigação de um *corpus* constituído por 60 redações nota 1000 do Enem, 20 de cada um dos seguintes anos: 2018, 2019 e 2020, com os respectivos temas: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet”; “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”; “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”.

Essas redações foram coletadas do site: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>. Esse site foi criado em 2019 por Lucas Felpi, um dos candidatos do Enem de 2018 que obteve a nota mil na redação. Um dos objetivos desse site é fornecer pública e gratuitamente uma cartilha para *download* com as redações nota mil do Enem dos anos 2018, 2019 e 2020. Essa cartilha foi produzida a partir da união espontânea dos autores dessas redações nota mil com o intuito de servir de inspiração e exemplo para a evolução textual de futuros vestibulandos. O site oficial do Inep ainda não fornece todas essas redações do Enem para o público em geral, apenas uma parte delas é disponibilizada na Cartilha do Candidato, publicada pelo Inep anualmente. O acesso a todas as redações nota mil do Enem só seria possível de maneira pessoal na sede do Inep em Brasília, o que não foi possível para a pesquisadora.

Esta pesquisa caracteriza-se como um trabalho de caráter descritivo-exploratório, uma vez que realiza uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo: verbos modais *poder* e *dever* empregados na construção da argumentação nas redações nota mil do Enem.

Acreditamos que este estudo traz reflexões que podem contribuir para a busca de alternativas ao ensino dos verbos modais dos enunciados por meio de recursos já conhecidos nas aulas de gramática, de modo a aprimorar a capacidade linguístico-textual dos estudantes de manifestar atitudes e/ou posicionamentos na construção argumentativa da redação modelo Enem.

4.1.1 Características da redação nota mil do Enem

Todo ano milhões de candidatos escrevem um texto dissertativo-argumentativo na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A prova de redação tomou uma dimensão de grande importância; primeiramente, por ter o peso maior em todo o processo (quanto mais baixa a nota da redação, menor será o desempenho do candidato); segundo, pelo fato de o candidato não poder zerar a prova, como condição para ter acesso aos benefícios do SISU, PROUNI e FIES.

Na redação, a tipologia solicitada é a do texto dissertativo-argumentativo. Na correção desse texto, dois avaliadores-professores graduados em Letras ou Linguística, de forma independente, sem que um conheça a nota concedida pelo outro, atribuem uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências²³. A soma desses pontos compõe a nota total concedida por cada avaliador à redação avaliada, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante é a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores. Vale ressaltar que, quando as notas dos dois avaliadores diferirem em mais de 100 pontos no total ou essas notas obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das competências, considera-se que ocorreu discrepância; dessa forma, a redação é corrigida por um terceiro avaliador. Se a nota não estiver alinhada a pelo menos um dos avaliadores, na terceira correção, a redação é corrigida por uma banca de professores (na chamada 4ª correção): três professores - o supervisor e dois auxiliares.

Essas informações estão reunidas em um documento – Cartilha do Participante – tendo como principal objetivo oferecer ao candidato subsídios para entender todo o processo da prova de redação do exame. Na primeira parte desse material, há um item chamado “Apresentação” no qual são feitos alguns questionamentos mais ligados aos aspectos práticos da prova e, em seguida, são fornecidas as respostas para tais questionamentos. O enfoque se dá em detalhar

²³ Mesmo que entendamos que o texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade, a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo. Essas competências são os critérios de avaliação. Abordamos mais à frente cada uma delas.

quem vai analisar a redação e como esta é avaliada. As cinco competências são sinteticamente apresentadas em um quadro. Discorre-se também sobre a distribuição da nota, explicando-se o que é considerado uma discrepância e qual é a solução caso ocorra alguma; detalha-se, ainda, quais são as razões que levam o candidato a tirar nota zero²⁴ e como são avaliadas as redações de candidatos surdos e disléxicos.

A segunda parte da Cartilha do Participante é “A matriz de correção por competência”, em que cada uma das competências é apresentada juntamente com o valor que lhe é atribuído em cada nível. Após o registro das cinco Competências, na terceira parte da Cartilha, há “A análise da proposta de redação do ENEM”, em que são apresentados textos originalmente reproduzidos e corrigidos.

Mediante essa Cartilha do Participante, o candidato tem uma ideia do que é necessário realizar para obter a nota 1000 na redação do Enem. No entanto, esse material não é suficiente, uma vez que é exigida na redação do Enem a aplicação de conhecimentos pautados nas habilidades e competências de leitura, que se supõe terem sido desenvolvidos ao longo da educação básica desses candidatos.

É importante ressaltar que a redação do Enem é um instrumento eficiente para avaliar a capacidade dos candidatos de pensar e se expressar, habilidades cada vez mais valorizadas no mundo competitivo do trabalho. Escrever bem hoje em dia é essencial para qualquer profissional, mesmo os formados em áreas tradicionais das Ciências Exatas, como Engenharia e Física. Escreve-se cada vez mais neste novo mundo digital. A redação do Enem está em sintonia com essa tendência.

Dessa forma, cada vez mais, os candidatos buscam obter a nota 1000 na redação do Enem. O Ministério de Educação criou um sistema complexo de correção das provas. Segundo esse sistema, definido pelo Inep, os corretores das redações devem avaliar o desempenho dos candidatos em cinco competências, conforme dito anteriormente. Cada uma delas recebe nota de 0 a 200, o que dá o total de 1000 pontos possíveis nas redações. Redações nota 1000 são

²⁴ Razões para se atribuir nota zero em uma redação: fuga total ao tema; não obediência ao tipo dissertativo-argumentativo; extensão de até 7 (sete) linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo, ou extensão de até 10 (dez) linhas escritas no sistema Braille; cópia de texto(s) da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões sem que haja pelo menos 8 linhas de produção própria do participante; impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, em qualquer parte da folha de redação; números ou sinais gráficos sem função clara em qualquer parte do texto ou da folha de redação; parte deliberadamente desconectada do tema proposto; assinatura, nome, iniciais, apelido, codinome ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante; texto predominante ou integralmente escrito em língua estrangeira; folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho; e texto ilegível, que impossibilite sua leitura por dois avaliadores independentes (INEP, 2020).

aquelas em que um candidato tem um excelente desempenho em todas as competências, apresentadas a seguir:

Figura 5: Critérios de avaliação da Redação do ENEM

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Inep (2020, p. 08)

A Competência I da Matriz de Referência do Enem avalia o domínio que os participantes desse exame apresentam em seus textos quanto à modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Essa avaliação é orientada pelo que dispõe a norma-padrão e deve levar em consideração que o domínio dessa norma está sedimentado em níveis que observam tanto o léxico e a gramática quanto à fluidez da leitura, a qual pode ser desfavorecida ou validada por uma construção sintática ruim ou boa. Uma das primeiras questões que devem ser consideradas na avaliação da Competência I é que a escrita formal da Língua Portuguesa pressupõe um conjunto de regras e convenções estabelecidas ao longo do tempo. É importante enfatizar que se trata da escrita formal, uma vez que é a escrita mais adequada a textos dissertativos-argumentativos, e essa exigência de utilizar essa escrita fica explícita para os candidatos já na proposta de redação.

Conforme a Cartilha do Participante, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é dada atenção a dois aspectos quando as redações são analisadas: a estrutura sintática e a presença de desvios. A avaliação da

modalidade escrita em uma correção em larga escala é pautada por critérios sistematizados e acordados entre os avaliadores, de acordo com o que são considerados desvios, e não pela qualidade deles, sem que se estabeleça uma hierarquia, em que se penaliza mais um determinado tipo de desvio do que outro. Procedendo dessa forma, elimina-se a subjetividade em relação ao que cada avaliador considera ruim ou aceitável em termos de desvio. Com relação à estrutura sintática, é observado de que forma o candidato constrói as orações e os períodos de seu texto, verificando se eles estão completos, se contribuem para a fluidez da leitura, entre outras questões de ordem sintática. Já no que diz respeito aos desvios, estes são determinados pelo que preconiza a gramática normativa.

A Competência II da Matriz de Referência do Enem trata dos elementos essenciais da produção textual, ou seja, o tema e o gênero textual. Assim, avalia-se como o participante se apropria da proposta de redação — aplicando conceitos de várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema de forma plena e consistente —, bem como do texto dissertativo-argumentativo, demonstrando conhecimento sobre os limites estruturais da tipologia textual em prosa. É importante destacar que, na Competência II, é realizada uma avaliação bastante atenta por parte do avaliador, pois é a partir da abordagem do tema e da adequação à tipologia textual que as outras Competências se orientam e se organizam — afinal, a não adequação a esses dois elementos pode levar à anulação da redação em casos de fuga temática ou de não atendimento à tipologia textual exigida.

Nesse sentido, observa-se que a avaliação da redação na Competência II é feita considerando sempre esses dois elementos: tema e tipo de texto. Ou seja, para que, na Competência II, o texto seja avaliado em um dos cinco níveis previstos pela Matriz de Referência para Redação do Enem, será fundamental ser realizado o estudo e a avaliação de ambos os elementos, atentando sempre para os condicionantes que levam à passagem de um nível para outro.

Em relação ao estudo do tema, é levado em consideração uma produção que se adegue plenamente à proposta de redação apresentada, ou seja, avalia-se a capacidade do candidato de abordar, em seu texto, todos os elementos da proposta. Quando a proposta é abordada parcialmente, entende-se que o texto explora apenas o assunto, não articulando a discussão à frase temática em sua amplitude. Em nossa pesquisa, analisamos as propostas de redações do ano 2018, com o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados pela internet”; do ano 2019, com o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”; e do ano de 2020, com o tema “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira.”

Na avaliação do gênero textual, observa-se, principalmente, questões ligadas à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, exigindo que o candidato produza um texto em prosa, defendendo uma tese (uma opinião a respeito do tema proposto) apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Na conclusão, o candidato deve elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Ressalta-se que essa proposta deve respeitar os direitos humanos.

Ademais, no Manual de Correção da Redação do Enem²⁵, é reforçado que será decisivo, para uma boa pontuação do candidato, uma discussão que reflita referências e argumentos do seu repertório sociocultural, excedendo os textos motivadores da prova. Por outro lado, serão punidos aqueles textos em que o candidato utiliza repertório a partir de muitos trechos de cópias dos textos motivadores. (INEP 2019, p. 6)

No tocante à Competência III da Matriz de Referência do Enem, é avaliada a construção de sentido do texto. O candidato deve demonstrar que é capaz de selecionar os argumentos mais adequados, relacioná-los, organizá-los de forma clara e estratégica, além de interpretá-los, desenvolvendo-os para uma efetiva defesa do ponto de vista.

A Competência IV da Matriz de Referência do Enem avalia a capacidade de o candidato demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Isso significa que, nessa Competência, analisa-se como o candidato se vale dos recursos coesivos para articular os enunciados de seu texto. É importante destacar que é nessa competência que se encontram, mais especificamente, os verbos modalizados analisados nessa pesquisa.

Por último, a Competência V da Matriz de Referência do Enem avalia se o candidato demonstra que ele construiu, ao longo de sua formação, conhecimentos para a produção de um texto em que, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, propõe uma intervenção que respeite os direitos humanos, com o objetivo de solucionar o problema abordado por um tema de ordem social, científica, cultural ou política.

A prova de redação do Enem diferencia-se das provas de produção de texto dissertativo-argumentativo de outros exames e vestibulares porque exige a elaboração de uma proposta de

²⁵ Manual fornecido pelo Inep no site:
https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf

intervenção para o problema apresentado pelo tema, respeitando os direitos humanos. Essa proposição vai ao encontro do que promulgam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que tange aos seguintes objetivos da formação do estudante: o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988; 1996).

4.2 Procedimentos metodológicos gerais da pesquisa

Neste item, explicitamos os procedimentos metodológicos e a relação com nossa pesquisa, que segue os postulados de orientação funcionalista. Primeiramente, procedemos a análise dos verbos modais, após identificadas as ocorrências por meio da leitura atenta das amostras textuais, analisando essas ocorrências com base nos aspectos teórico-metodológicos da GDF. Em relação à análise quantitativa dos dados, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science, versão 7.5 para Windows*). Embora nosso objeto de estudo não constitua um fenômeno linguístico variável, tal como define a Teoria Variacionista ou Sociolinguística Quantitativa, a utilização dessa ferramenta constitui um instrumento metodológico relevante no que se refere à verificação da frequência de uso dos verbos modais *poder* e *dever* e à análise do nível de significância de certo(s) traço(s) linguístico(s) ou contextual(is) que explica(m) os condicionamentos pertinentes à manifestação dos verbos modais nas redações nota mil do Enem. Com tal procedimento, ressaltamos a importância da frequência de uso para a descrição e análise dos verbos modais neste trabalho. Ademais, isso reafirma nosso compromisso com o quadro teórico no qual este estudo se insere: o Funcionalismo Linguístico, para o qual a linguagem é um sistema probabilístico, dados os contextos em que os falantes o empregam (HALLIDAY, 1994).

A análise qualitativo-quantitativa dos dados compreende, portanto, dois momentos correlacionados:

- (i) o da análise de cada ocorrência, considerada no seu contexto de uso;
- (ii) o da análise dos dados quantitativos obtidos em conjunto, que se faz em constante diálogo com o modelo de investigação funcionalista.

Após a análise dos dados à luz dos postulados funcionalistas, realizamos a sistematização dos resultados. No item a seguir, apresentamos os parâmetros considerados na elaboração da ficha de análise, exemplificando-os com ocorrências do *corpus*.

4.3 Categorias de análise

Para que a análise seja relevante, coerente com os postulados teóricos funcionalistas e alinhada ao objetivo de descrever e analisar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego de verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem, é necessária a definição de parâmetros de investigação que tenham como base os aspectos pontuados na fundamentação teórica descrita neste trabalho. Sendo assim, a seguir, estabelecemos algumas categorias de análise que visam a dar conta dos aspectos contextuais, retóricos, interpessoais, representacionais e morfosintáticos ligados à expressão dos verbos modais na construção argumentativa da redação nota mil do Enem.

a) Categorias do Componente Contextual

O Componente Contextual diz respeito às informações extralinguísticas, desde que estas estejam relacionadas com o Componente Gramatical. Partindo do pressuposto de que o Componente Contextual influencia a formulação e a codificação das línguas, conforme preconiza a Gramática Discursivo-Funcional, especificamos as categorias a seguir ligadas a esse componente.

i) Tipo de informação mobilizada no enunciado modalizado: essa informação é a que se encontra como Conteúdo Comunicado que, no entorno discursivo, vem sendo tratado. (repertório dos textos motivadores, repertório das áreas do conhecimento²⁶, repertório baseado no senso comum²⁷).

ii) Temática proposta para a Redação: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet (2018), Democratização do acesso ao cinema no Brasil (2019) e O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira (2019).

²⁶ De acordo com o Manual fornecido pelo Inep no site: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf, serão considerados repertório baseado nas Áreas de conhecimento: conceitos e suas definições; informações, citações ou fatos e/ou referências a Áreas do Conhecimento, tais como: fatos ou períodos históricos reconhecidos; referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas etc.; referência a Áreas do Conhecimento e/ou seus profissionais, como Sociologia/sociólogos, Filosofia/filósofos, Literatura/escritores/poetas/autores, Educação/educadores, Medicina/médicos, Linguística/linguistas etc.; referência a estudos e/ou pesquisas; referência a personalidades, celebridades, figuras, personagens etc., desde que conhecidos; referência aos meios de comunicação conhecidos, como redes sociais, mídia, jornais (O Globo, Revista Veja, Rede Globo, Folha de S. Paulo etc.).

²⁷ De acordo com o Manual fornecido pelo Inep no site: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf, trata-se de repertório em que se utilizam informações, fatos, situações e experiências vividas SEM respaldo nas Áreas do Conhecimento (científicas ou culturais).

Essas categorias visam a verificar se o comportamento funcional dos verbos modais *poder* e *dever* está sujeito a condicionamentos contextuais especificados na prova de redação do Enem. Em outras palavras, por meio de tais categorias, acreditamos ser possível analisar se as informações mobilizadas nos textos dos estudantes e a polêmica envolta da frase temática proposta para a redação influenciam a escolha do subtipo modal e seus efeitos de sentidos na construção da argumentação do texto.

b) Categorias do Nível Retórico

Para a análise do Nível Retórico, propomos duas categorias de investigação, a saber: estratégia argumentativa e estrutura do texto dissertativo-argumentativo. Essas categorias têm relação com a construção do texto argumentativo propriamente dito no que diz respeito ao modo como o produtor textual define e aborda um tema, selecionando e organizando suas ideias, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. Por meio de tais categorias, objetivamos analisar os sentidos e os efeitos de sentido dos verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem, verificando, assim, a relação entre expressão modal e construção discursiva argumentativa.

Dessa forma, a fim de entender o emprego dos verbos modais na construção da argumentação, verificamos, a partir do que é disponibilizado na Cartilha do Participante fornecida pelo Inep anualmente, as seguintes estratégias argumentativas:

(i) Estratégia argumentativa (fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; pequenas narrativas ilustrativas; alusões históricas e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos).

É importante esclarecer que optamos em considerar a estrutura argumentativa apenas do ponto de vista formal, de acordo com a concepção escolar e com o que é considerado na correção efetiva da redação do Enem, conforme as orientações previstas na Cartilha do Participante fornecida pelo Inep:

(ii) Estrutura do texto dissertativo-argumentativo (introdução, argumentação, conclusão).

c) Categorias do Nível Interpessoal

No Nível Interpessoal, a expressão linguística é descrita tendo em vista os aspectos formais da expressão linguística que refletem seu papel no evento comunicativo. Neste Nível, definimos, como categoria relevante, o tipo de *Ilocução*. Com tal categoria, buscamos

compreender, considerando-se os propósitos comunicativos da redação nota mil do Enem, quais os efeitos ilocucionários mais recorrentes ligados aos subtipos de modalidade expressos pelos verbos modais *poder* e *dever*. É importante esclarecermos que o tipo de Ilocução a ser analisado é a do Ato Discursivo em que se encontra o verbo modal. Tendo em vista, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), que cada Ato Discursivo se organiza a partir de um esquema composto por Ilocuções, é relevante que se considere os tipos de Ilocuções previstos pela GDF como uma categoria de análise, já que as Ilocuções se referem aos atos de fala que sinalizam e marcam as intencionalidades do Falante²⁸.

(i) Tipo de ilocução (declarativa, interrogativa, imperativa, proibitiva, comissiva, exortativa).

d) Categorias do Nível Representacional

O Nível Representacional, segundo a GDF, é relacionado aos aspectos semânticos de uma expressão linguística. Nesta investigação sobre os verbos modais, consideramos a proposta de Hengeveld (2004), que estabelece dois parâmetros de classificação da modalidade: o alvo da avaliação e o domínio semântico da avaliação modal. Embora reconheçamos a existência de estudos mais recentes que propõem mudanças pontuais na tipologia da GDF acerca da modalidade e da evidencialidade, a tipologia proposta por Hengeveld (2004), que está na base da classificação sugerida em Hengeveld; Mackenzie (2008), é tomada como ponto de partida para nosso estudo, haja vista que esta classificação apresenta, na base de sua proposição epistemológica, a distinção entre alvo e domínio semântico. Esta proposta tipológica nos permitir observar que significados podem ser expressos pelos verbos modais e quais partes do enunciado esses verbos podem tomar por escopo, verificando, ainda, em decorrência da análise quantitativa, que subtipos de modalidade estão mais frequentemente ligados aos verbos modais na construção da argumentação na redação nota mil do Enem.

(i) Alvo do modalizador (participante, evento e proposição).

(ii) Domínio semântico da marca modalizadora (modalidade facultativa, modalidade deôntica, modalidade volitiva, modalidade epistêmica, modalidade evidencial²⁹).

²⁸ O uso do termo Falante, no caso da redação do Enem, trata-se, na verdade, do autor do texto.

²⁹ Entendendo a evidencialidade como uma categoria responsável pela indicação da fonte da informação veiculada em um enunciado (HATTNER, 2013; HENGEVELD; HATTNER, 2015). Tendo como fundamento teórico a abordagem em camadas das categorias gramaticais adotada pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF - HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), Hengeveld e Hattner (2015) especificam três subtipos evidenciais alojados nas camadas semânticas do Nível Representacional (Percepção de Evento, Dedução e Inferência) e mais

e) Categorias do Nível Morfossintático.

O Nível Morfossintático está relacionado à operação de codificação; diz respeito aos aspectos estruturais das unidades linguísticas que são codificados a partir das distinções interpessoais e representacionais. As categorias de análise ligadas a este nível buscam verificar as propriedades formais dos verbos modais *poder* e *dever* tendo em vista os aspectos pragmáticos e semânticos que motivam sua organização e seu funcionamento. Nesta análise, consideramos os seguintes aspectos morfossintáticos ligados à manifestação dos verbos modais na redação nota mil do Enem:

i) Formas de expressão (verbos modais: poder, dever).

ii) Modo verbal (indicativo; subjuntivo e imperativo).

iii) Tempo verbal (presente; pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro do presente, futuro do pretérito).

Com tais categorias, procuramos atestar quais são as propriedades morfossintáticas mais frequentemente ligadas à expressão dos verbos modais no *corpus* investigado, correlacionando a estrutura linguística e a instrumentalidade do uso linguístico, bem como se essa correlação está em conformidade com o que preconiza os manuais de redação que orientam os usos linguísticos no contexto de avaliação do referido exame.

Quadro 5: Quadro síntese com os parâmetros de análise

Ocorrência: Com o intuito de amenizar essa problemática, o Congresso Nacional **deve** formular leis que limitem esse assédio comercial realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com essa imposição midiática. (OC07E2018)³⁰

A) CATEGORIAS DO COMPONENTE CONTEXTUAL:

1. Tipo de informação mobilizada:

() Repertório dos textos motivadores

() Repertório das áreas do conhecimento

um subtipo alojado na camada do conteúdo comunicado, no nível interpessoal (Reportatividade). Hengeveld e Fischer (2018), observam, ainda, a distinção entre evidencialidade reportativa e citação.

³⁰ Código criado pela autora a critério de organização do *corpus*: “OC2” diz respeito ao número da ocorrência na amostra textual; “E” se refere ao Enem; “2019” se refere ao ano do exame.

Repertório baseado no senso comum

2. Temática proposta para Redação

Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet

Democratização do acesso ao cinema no Brasil

O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira

B) CATEGORIA DO NÍVEL RETÓRICO/TEXTUAL

1. Estratégias argumentativas:

Exemplos

Dados Estatísticos

Pesquisas

Fatos comprováveis

Citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto

Pequenas narrativas ilustrativas

Alusões históricas

Comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos

Proposta de Intervenção

2. Estrutura do texto argumentativo

Introdução

Desenvolvimento

Conclusão

C) CATEGORIA DO NÍVEL INTERPESSOAL

1. Tipo de ilocução

declarativa

interrogativa

imperativa

proibitiva

comissiva

exortativa

D) CATEGORIAS DO NÍVEL REPRESENTACIONAL

1. Domínio semântico da marca modalizadora

modalidade facultativa

modalidade deôntica

- modalidade volitiva
- modalidade epistêmica
- modalidade evidencial

2. Alvo do Modalizador

- participante
- evento
- proposição

F) CATEGORIAS DO NÍVEL MORFOSSINTÁTICO

1. Formas de expressão

- poder
- dever

2. Modo verbal

- indicativo
- subjuntivo
- imperativo

3. Tempo/aspecto verbal

- presente
- pretérito perfeito
- pretérito imperfeito
- futuro do presente
- futuro do pretérito

4.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos, na seção 4.1, os aspectos gerais que caracterizam o banco de textos que serviu de base para a constituição e a delimitação de nossa amostra textual, destacando que esta pesquisa possui caráter quantitativo-qualitativo, à medida que é voltada para a análise da frequência de uso a partir da investigação de um *corpus* constituído por 60 redações nota 1000 do Enem; 20 de cada um dos seguintes anos: 2018, 2019 e 2020, com os respectivos temas: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet”; "Democratização do acesso ao cinema no Brasil"; “O estigma associado às doenças

mentais na sociedade brasileira”. Essas redações foram coletadas do site: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>.

Na subseção 4.1.1, fizemos uma breve exposição sobre as características da redação nota mil do Enem, esclarecendo que a tipologia solicitada é o texto dissertativo-argumentativo. Também, nessa seção, abordamos as principais informações referentes às Competências que estão reunidas na Cartilha do Participante.

Na seção 4.2, explicitamos os procedimentos metodológicos e a relação com nossa pesquisa, que segue os postulados de orientação funcionalista. Destacamos, primeiramente, que procedemos a análise dos verbos modais, após identificadas as ocorrências por meio da leitura atenta das amostras textuais, observando essas ocorrências com base nos aspectos teórico-metodológicos da GDF. Em relação à análise quantitativa dos dados, informamos que utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science, versão 7.5 para Windows*). Reforçamos, ainda, que a análise qualitativo-quantitativa dos dados compreende, portanto, dois momentos correlacionados: o da análise de cada ocorrência, considerada no seu contexto de uso e o da análise dos dados quantitativos obtidos em conjunto, que se faz em constante diálogo com o modelo de investigação funcionalista.

Na seção 4.3, discorreremos sobre as categorias de análise consideradas na investigação da modalidade neste trabalho, as quais são: Categorias do Componente Contextual (tipo de informação mobilizada e temática proposta para redação), Categoria do Nível Retórico/Textual (estratégias argumentativas e estrutura do texto argumentativo), Categoria do Nível Interpessoal (tipo de Ilocução), Categorias do Nível Representacional (domínio semântico da marca modalizadora e alvo do modalizador), Categorias do Nível Morfossintático (formas de expressão, modo verbal, tempo/aspecto verbal). E, por fim, apresentamos um quadro síntese com os parâmetros de análise.

No próximo capítulo, apresentamos os resultados decorrentes da descrição e análise dos verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem.

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS VERBOS MODAIS *PODER E DEVER* EM REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos os resultados decorrentes da descrição e análise dos verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem, em uma amostra textual composta por 60 redações nota 1000 do Enem, 20 redações de cada um dos seguintes anos: 2018, 2019 e 2020, com os respectivos temas: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet”; “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”; “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”.

Tendo em vista que este trabalho segue uma orientação funcionalista, descrevemos e analisamos os verbos modais com base em critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos. Assim, por uma questão teórico-metodológica, organizamos essa descrição e análise com base nesses aspectos, que explicitam nossas categorias de análise, a saber: categorias contextuais, retóricas, interpessoais, representacionais e morfossintáticas.

Como seguimos uma orientação *top-down* de constituição dos enunciados, de acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, a organização hierárquica das categorias objetiva ser coerente com tal opção, explicitando, evidentemente, como a expressão linguística é moldada em razão de fatores de ordem conceptual, contextual e linguístico. Ademais, tal escolha nos permite, ainda, verificar de que modo um nível condiciona o(s) outro(s). Ressaltamos, ainda, que a separação dos diferentes níveis (interpessoal, representacional e morfossintático) se deve a uma visão de gramática que, embora modular, prevê a interação/integração entre os níveis de análise.

Assim, na seção 5.1, apresentamos os resultados relativos aos verbos modais tendo em vista as categorias contextuais “tipo de repertório mobilizado pelo candidato” e “temática proposta para a redação”. Na seção 5.2, analisamos os verbos modais em correlação com as categorias textuais “estratégia argumentativa” e “estrutura do texto dissertativo-argumentativo”. Na seção 5.3, investigamos o tipo de Ilocução como categoria interpessoal. Na seção 5.4, discutimos os aspectos representacionais (semânticos) dos verbos modais, no que diz respeito ao domínio semântico da expressão modalizadora (modalidade facultativa, modalidade deôntica, modalidade volitiva, modalidade epistêmica, modalidade evidencial) e ao alvo do modalizador (participante, evento e proposição). Por fim, na seção 5.5, descrevemos os critérios

morfossintáticos que explicam o comportamento estrutural dos verbos modais poder e dever, considerando, para tanto, meio de expressão, modo verbal e tempo verbal.

5.1. Categorias do Componente Contextual

Com vistas a verificar a relação entre gramática e contexto, optamos por considerar, como já explicitado no capítulo anterior, as seguintes subcategorias contextuais: i) tipo de informação mobilizada no enunciado modalizado: repertório dos textos motivadores, repertório das áreas do conhecimento (científico ou cultural) e repertório baseado no senso comum; ii) temática proposta para Redação: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet”(2018), “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”(2019) e “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”(2020).

Na tabela (01) a seguir, podemos verificar que o repertório baseado no senso comum constitui a subcategoria contextual mais frequente na totalidade da nossa amostral textual (com 72,1%). A segunda subcategoria contextual mais recorrente é Áreas do conhecimento, expressa em 27,3% de nosso *corpus*. Os textos motivadores representam 0,6% sendo a subcategoria contextual menos frequente na totalidade das redações analisadas.

Tabela 01 – Tipo de informação

	Ocorrências	Porcentagem
Textos motivadores	1	0,6%
Áreas do conhecimento	42	27,3%
Senso comum	111	72,1%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

Tal resultado revela que, no tipo de informação mobilizada no enunciado modalizado, predomina o repertório baseado no senso comum. Isso demonstra que, pelo menos quanto à nossa amostral textual, o verbo modal tende a ocorrer mais frequentemente em enunciados quando a informação foi adquirida nas relações interpessoais ou textuais do candidato do Enem ou quando se trata de uma suposição, elaborada com base em uma vivência ou, simplesmente, com base em conhecimento arquivado no Componente Conceptual do candidato do Enem ao longo de sua formação escolar, como é possível verificar nas ocorrências (01), (02) e (03) a seguir:

(01): Por meio, também, de palestras profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos **poderão** ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada. ³¹(OC05E2018)

(02): Ressalta-se, ademais, que o acesso ao cinema é dificultado pela questão econômica, dado que, para frequentar tais locais, é necessária uma quantia monetária, a qual **pode** ser significativa para a população de baixa renda. (OC58E2019)

(03): Inicialmente, **deve-se** entender que a associação entre má saúde mental e fraqueza, estigma muito comum no Brasil, é resultado do desconhecimento acerca do funcionamento da mente humana. (OC149E2020)

Na ocorrência (01), de modalidade facultativa orientada para o participante, o candidato sugere que haja palestras profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações. Em (02), de modalidade epistêmica orientada para o evento, o candidato enfatiza que o acesso ao cinema é dificultado pela questão econômica, exatamente porque – inclusive – para se locomover é necessário gastos financeiros. Em (03), de modalidade deontica orientada para o evento, o candidato afirma que a associação entre má saúde mental e fraqueza é resultado do desconhecimento acerca do funcionamento da mente humana. O que se observa é que nas três ocorrências (01), (02) e (03) trata-se de repertório do próprio candidato, que se mobiliza informações, fatos, situações e experiências vividas para elaborar suas conjecturas e suposições.

Ao munir-se de um repertório baseado nas áreas do conhecimento, o candidato utiliza informações, fatos, situações e experiências vividas respaldadas em fatos ou períodos históricos reconhecidos; faz referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas; cita estudos ou pesquisas; ou, ainda, menciona meios de comunicação conhecidos, como redes sociais, mídia, jornais, na indicação da fonte da informação, como é possível verificar nas ocorrências (04), (05), (06) e (07), a seguir:

(04): Para o pensador francês Pierre Bourdieu, “aquilo que foi criado para ser um instrumento de democracia, não **deve** ser convertido em uma ferramenta de manipulação”. (OC09E2018)

³¹ As ocorrências foram transcritas tal como ocorrem na redação do candidato.

(05): A série britânica “Black Mirror” é caracterizada por satirizar a forma como a tecnologia **pode** afetar a humanidade. (OC28E2018)

(06): Desse modo, o Brasil **poderá** vivenciar aquilo que o Marco Civil determinou: igualdade e segurança no paralelo universo virtual, indissociável da realidade do século XXI. (OC36E2018)

(07):Tendo em vista a realidade supracitada, destaca-se a crescente discrepância entre as classes sociais nos grandes centros habitacionais, o que leva a modificações no espaço. Essa visão condiz com as ideias de Henri Lefebvre, uma vez que, para o sociólogo, o meio urbano é a manifestação de conflitos, o que **pode** ser relacionado à evidente segregação socioespacial dos cinemas. (OC79E2019)

Em (04), o verbo modal deôntico *deve*, orientado para o evento, ocorre dentro de um Conteúdo Comunicado que é apresentado no formato de um enunciado citativo de fonte definida. Em (05), por meio do verbo modal facultativo *pode*, orientado para o evento, o candidato exemplifica através da série britânica “Black Mirror” o fato de a tecnologia afetar a humanidade. Em (06), por meio do verbo modal facultativo *poderá*, orientado para o participante, o candidato conclui— baseando-se no conhecimento que tem acerca do Marco Civil - que o Brasil terá a capacidade de vivenciar igualdade e segurança no universo da internet. Em (07), por meio do verbo modal epistêmico *pode*, orientado para o evento, o candidato argumenta a existência da segregação socioespacial dos cinemas a partir da relação que estabelece com a ideia do sociólogo Henri Lefebvre acerca do meio urbano como espaço de conflitos.

Ao valer-se de um repertório baseado nos textos motivadores, o candidato realiza uma paráfrase da coletânea de textos disponível na proposta da redação, como é possível observar na única ocorrência encontrada em nosso *corpus*:

(08): No entanto, desde o século XIX, tais investimentos ocorreram apenas nos grandes centros populacionais do país, o que negligenciou locais menos favorecidos — como o Norte e o Nordeste —, e fez com que, segundo dados do site "Meio e Mensagem", apenas cerca de 17% da população **possa** ir frequentemente ao cinema. (OC68E2019)

Na ocorrência (08), por meio do verbo modal facultativo *possa*, orientado para o Participante, o candidato se mune da informação do texto motivador III da proposta de Redação

do Enem de 2019, que consiste em um infográfico apresentando informações relacionadas ao percentual de brasileiros que frequentam as salas de cinemas. O fato de aparecer apenas uma ocorrência em nosso *corpus* com esse tipo de informação mobilizada no enunciado modalizado pode ser justificado pelos critérios da Matriz de Correção do Enem, que restringe, com relação à Competência II, aos níveis mais baixos as redações que apresentam apenas esse tipo de repertório no texto.

Considerando, conforme Connolly (2014, p. 90), que o evento discursivo é um tipo de fenômeno social ao qual se aplicam alguns aspectos contextuais, como a identidade dos interlocutores e suas relações, tempo, lugar do discurso e convenções sociais que governam a aceitação de uso da língua, é de se esperar que os textos que atinjam a nota máxima no Enem apresentem argumentação essencialmente fundamentada em informações legitimadas e respaldadas pelas áreas do conhecimento, já que a indicação da fonte da informação traz confiabilidade/credibilidade à informação; ademais, por se tratar de um texto de caráter argumentativo, em que o candidato deve discorrer acerca de um problemática social apresentando um ponto de vista acerca da questão, julga-se que o participante mobilize, na composição de sua argumentação, as informações pragmáticas que armazenou ao longo de sua formação escolar na construção de seus posicionamentos.

Em relação à subcategoria contextual relacionada à temática proposta para a Redação, apresentamos a tabela (02) abaixo que sinaliza 35,7% de verbos modais *poder* e *dever* nas redações cujo tema é “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” (2019). Com 35,1%, temos a proposta ligada ao tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet” (2018). Por fim, com 29,2%, a proposta “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira” (2020) como a que menos apresentou verbos modalizadores.

Tabela 02 – Temática

	Ocorrências	Porcentagem
Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados (2018)	54	35,1%
Democratização do acesso ao cinema no Brasil (2019)	55	35,7%
O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira (2020)	45	29,2%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

Verificamos que a menor ocorrência nas redações de 2020, mesmo com uma diferença pequena em relação aos outros anos, pode estar baseada na dificuldade dos candidatos em desenvolver a temática proposta, posicionando-se a respeito dela. Constatamos também que os dados mostram que os verbos *poder* e *dever* parecem constituir meios linguísticos legítimos na construção da argumentação da redação modelo, uma vez que há regularidade de frequência de uso dessas marcas nos três anos investigados.

5.2. Categorias do Nível Retórico

Para a análise do Nível Retórico, propomos duas categorias de investigação, a saber: a estratégia argumentativa (exemplos, dados estatísticos, pesquisas, fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; pequenas narrativas ilustrativas; alusões históricas e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos, proposta de intervenção) e a estrutura do texto dissertativo-argumentativo (introdução, argumentação, conclusão). A seguir, discutimos os resultados ligados a cada uma dessas categorias.

5.2.1 Estratégias argumentativas

Com o objetivo de analisar como os verbos modais *poder* e *dever* são usados na construção das estratégias argumentativas do texto dissertativo-argumentativo em redações nota mil do Enem, podemos verificar através da tabela (03) a seguir, que a proposta de intervenção constitui a estratégia argumentativa do Nível Retórico mais frequente em que os verbos modais *poder* e *dever* ocorrem (com 54,5%). A segunda estratégia mais recorrente é a denominada “fatos comprováveis”, que se expressa em 17,5% das ocorrências. A estratégia “exemplos” representa 13%, sendo a terceira mais frequente nas redações analisadas. Logo após, observamos “citações”, com 9,7%. “Alusão histórica”, com 2,6%, é a quinta mais recorrente. Por último, empatadas, com 1,3%, verificamos as estratégias “dados comprováveis” e “pequenas narrativas”.

Tabela 03 – Estratégias argumentativas

	Ocorrências	Porcentagem
Exemplos	20	13,0%
Dados estatísticos	2	1,3%
Fatos comprováveis	27	17,5%
Citações	15	9,7%
Pequenas narrativas	2	1,3%
Alusões históricas	4	2,6%
Proposta de intervenção	84	54,5%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

Acreditamos que a predominância da estratégia textual “proposta de intervenção” no que se refere ao uso dos verbos modais tem relação com a relevância que essa estratégia possui na construção da argumentação da Redação do Enem, que, como sabemos, exige que o candidato defenda um ponto de vista ligado a uma questão social importante, apresentando, para o problema discutido no texto, uma proposta interventiva que vise a apontar saídas. Ademais, a proposta interventiva, por seu caráter propositivo, constitui estratégia textual propícia para a instanciação de significados modais de obrigação e de capacidade/habilidade, tal como é possível verificar, a seguir, nas ocorrências (09) e (10), em que verbo modal *dever* expressa a noção de obrigação dos agentes envolvidos na realização das ações, e (11), em que o verbo *poder* manifesta a noção de capacidade orientada para o participante designado na predicação:

(09): Com o intuito de amenizar essa problemática, o Congresso Nacional **deve** formular leis que limitem esse assédio comercial realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com essa imposição midiática. (OC07E2018)

(10): Portanto, a fim de democratizar o acesso ao cinema no Brasil e aproximá-lo da cultura popular, o Estado **deve** adotar medidas de priorização dos investimentos no cinema. (OC98E2019)

(11): Ademais, compete ao MEC – no exercício de seu papel constitucional – viabilizar o comprometimento das escolas com o intuito de desconstruir os paradigmas sociais acerca das doenças psiquiátricas, mediante debates ao longo do ano letivo, sequências didáticas e discussões temáticas entre alunos e o corpo docente. Dessa forma, a sociedade brasileira **pode** desfrutar do respeito e do bem-estar social, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos." (OC148E2020)

Ademais, a elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma oportunidade para que o candidato exercite sua capacidade de pensar soluções para um problema, atuando, assim, na realidade em consonância com os direitos humanos. Isso leva o candidato a fazer uso de marcas modais deônticas e facultativas com vistas a apontar as obrigações dos agentes envolvidos e as condições que permitem que o problema seja resolvido.

Na ocorrência (09), por meio do verbo modal deôntico *deve* orientado para o participante, o candidato se mune, como estratégia de argumentação, da proposta de intervenção em que é sugerido que, para amenizar a problemática, o Congresso Nacional tem por obrigação formular leis que limitem esse assédio comercial realizado por empresas privadas. É recorrente que, na proposta de intervenção, sejam designados nomes de instituições e órgãos governamentais para a posição do participante sobre o qual incide as obrigações e os deveres instaurados. Na ocorrência (10), por meio do verbo modal deôntico *deve* orientado para o participante, também ocorre algo similar. O candidato institui a obrigação do Estado em adotar medidas “de priorização dos investimentos no cinema”. Na ocorrência (11), por meio do verbo modal facultativo *pode* orientado para o participante, o candidato, após elucidar uma ação a ser executada pelo Ministério da Educação, afirma que a sociedade brasileira tem a capacidade de desfrutar do respeito e do bem-estar social, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O candidato reporta a facultatividade inerente ao sujeito introjetado no discurso, a sociedade brasileira, em relação à sua capacitação de desfrutar do respeito e do bem-estar social (estado de coisas que está sob o escopo do modal facultativo). O valor de capacitação é instaurado em virtude de o candidato se apoiar na crença de que órgãos governamentais, como o MEC, exercem um papel constitucional em favor da sociedade. Em outras palavras, trata-se de um ser capaz de realizar o evento descrito pelo predicado.

Na tabela (03) apresentada anteriormente, vimos que a estratégia argumentativa “fatos comprováveis” é o segundo recurso textual mais recorrente para a manifestação dos verbos modais na construção da argumentação da redação nota mil do Enem, representando 17,5% das ocorrências analisadas. Observamos, conforme veremos adiante, que nessas ocorrências há marcas no texto que atestam a veracidade da informação citada. As ocorrências (12), já apresentada anteriormente como ocorrência (08), e (13), a seguir, retiradas do *corpus*, ilustram o uso do verbo modal *poder* ligado a essa estratégia argumentativa:

(12): No entanto, desde o século XIX, tais investimentos ocorreram apenas nos grandes centros populacionais do país, o que negligenciou locais menos favorecidos — como o Norte e o Nordeste —, e fez com que, segundo dados do site “Meio e Mensagem”, apenas cerca de 17% da população **possa** ir frequentemente ao cinema. (OC68E2019)

(13): Por um lado, a utilização de algoritmos possui seu lado positivo. A internet surgiu no período da Guerra Fria, com o intuito de auxiliar na comunicação entre as bases militares.

Todavia, com o passar do tempo, tal ferramenta militar popularizou-se e abandonou, parcialmente, a característica puramente utilitária, adquirindo função de entretenimento. Hoje, a internet **pode** ser utilizada para ouvir músicas, assistir a filmes, ler notícias e, também, se comunicar. No Brasil, por exemplo, mais da metade da população está “conectada” – de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, o que significa a consolidação da internet no país e, nesse contexto, surge a relevância do uso de dados para facilitar tais ações. (OC30E2018)

De acordo com Koch e Elias (2018, p. 163), o fato comprovável é um elemento que pertence à esfera da realidade, é um dado preciso que pode ser configurado, por exemplo, na forma de um acontecimento, de dados numéricos, de uma narrativa, podendo chegar ao conhecimento do candidato através de leituras, relatos alheios ou do que é veiculado na TV, no rádio ou nas mídias sociais. Na ocorrência (12), é adotado o dado do site "Meio e Mensagem" para afirmar com precisão que ocorreu negligência de investimentos nos locais menos favorecidos — como o Norte e o Nordeste —, fazendo com que apenas cerca de 17% da população passasse a frequentar o cinema. Para essa estratégia argumentativa, o produtor do texto usa o verbo modal facultativo *possa*, orientado para o Participante. Na ocorrência (13), o candidato, através do verbo modal epistêmico *pode* orientado para o evento, argumenta que hoje a internet pode ser utilizada para ouvir músicas, assistir a filmes. É importante ressaltar que o candidato, antes de informar que a internet hoje é usada como entretenimento, informa quando e com que intuito a internet fora criada; munindo-se de uma pequena narrativa para reforçar o dado comprovado.

A seguir, as ocorrências (14), já apresentada anteriormente como ocorrência (05), e (15) ilustram a estratégia “exemplos”, que, como vimos, é o terceiro recurso mais utilizado no uso dos modais em nosso *corpus*:

(14): A série britânica “Black Mirror” é caracterizada por satirizar a forma como a tecnologia **pode** afetar a humanidade. (OC28E2018)

(15): O filme “Toc toc” retrata precisamente o processo de cura de um grupo de amigos que são diagnosticados com transtornos de ordem psicológica, revelando que o carinho fraternal e o entendimento mútuo são ferramentas fundamentais no desenvolvimento integral da saúde. Mostra-se, assim, que a estigmatização de doentes mentais produz a escassez de elementos primordiais para que eles **possam** ser tratados e curados. (OC145E2020)

No conjunto de estratégias usadas na argumentação, de acordo com Koch e Elias (2018, p. 175), o exemplo é usado com a finalidade de rememorar fatos ou acontecimentos relacionados com o tema em discussão. Além disso, com essa estratégia também se pretende mostrar a relevância do assunto discutido. Na ocorrência (14), através do verbo epistêmico modal “pode” orientado para o evento, o candidato cita a série britânica “Black Mirror” como um exemplo, mesmo que ficcional, de como a tecnologia pode afetar a humanidade. Na ocorrência (15), através do verbo facultativo *possam* orientado para o Evento, o candidato elenca o filme “Toc toc” como um exemplo de como a estigmatização de doentes mentais produz a escassez de elementos primordiais (como o carinho fraternal e o entendimento mútuo) para que os doentes mentais tenham condições ser tratados e curados.

A seguir, ilustramos, com as ocorrências (16), que retoma o exemplo (04), e (17), retiradas do *corpus*, o recurso da citação:

(16): Para o pensador francês Pierre Bourdieu, “aquilo que foi criado para ser um instrumento de democracia, não **deve** ser convertido em uma ferramenta de manipulação”. (OC092018)

(17): De acordo com o filósofo Friedrich Hegel, o Estado **deve** proteger os seus filhos. (OC140E2020)

Conforme Koch e Elias (2018, p. 47), a citação é uma estratégia argumentativa que tem como propósito fundamentar o ponto de vista do produtor do texto. Para compor uma citação, o candidato pode copiar literalmente um texto ou parte dele (citação direta), fazendo uso das aspas, ou dizer com as próprias palavras, ou seja, parafrasear o texto fonte (citação indireta). As duas formas são importantes estratégias utilizadas no processo argumentativo, com variação de sentido. Na ocorrência (16), o produtor do texto faz uso do verbo modal deontico *deve* orientado para evento dentro do Conteúdo Comunicado cuja fonte é o pensador francês Pierre Bourdieu. O verbo modal *deve* na forma negativa instancia uma proibição no que diz respeito ao uso inadequado de elementos da democracia como objeto de manipulação. Na ocorrência (17), através de um verbo modal *deve* orientado para o participante, o candidato utiliza uma citação indireta do filósofo Friedrich Hegel para reforça o seu argumento de que o Estado tem a obrigação de proteger os seus filhos.

As ocorrências (18) e (19), a seguir, retiradas do *corpus*, exemplificam a alusão histórica:

(18): No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às populações novas alternativas de lazer, dentre as quais **se pode** citar o cinema. (OC87E2019)

(19): "Com o início da ditadura de Getúlio Vargas em 1937, a necessidade do governo de perpetuação no poder resultou no surgimento do cinema estadonovista enquanto mecanismo de exaltação da nação, a fim de gerar uma identidade nacional que promoveria apoio popular ao regime. Diante desse cenário, torna-se evidente que o meio cinematográfico configura um importante instrumento cultural e político que **deve**, portanto, ter um acesso democratizado no Brasil. (OC102E2019)

Outra estratégia usada em textos argumentativos é a alusão histórica, em que o candidato situa o argumento em algum período relevante na história, sinalizando alguma passagem de tempo. É importante destacar que essa alusão histórica serve para ancorar cronologicamente a posição do autor sobre o tema. Na ocorrência (18), o candidato utiliza o verbo modal epistêmico *pode* para avaliar a possibilidade de o cinema estar entre os avanços tecnológicos que permitiram novas alternativas de lazer no século XIX. É importante reforçar que esse uso do verbo de elocução na ocorrência (18) assume uma função metadiscursiva. Na ocorrência (19), o candidato faz referência ao uso do cinema no período da ditadura de Getúlio Vargas em 1937, como informação contextual para argumentar que o cinema precisa ter seu acesso democratizado no Brasil (modalidade deôntica orientada para o evento), haja vista que configura como um importante instrumento cultural e político.

Adiante, ilustramos, com as ocorrências (20) e (21), retiradas do *corpus*, as estratégias “pequena narrativa” e “dado estatístico”, respectivamente:

(20): “Black Mirror” é uma série americana que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura. Em um de seus episódios, é apresentado um dispositivo que atua como uma babá eletrônica mais desenvolvida, capaz de selecionar as imagens e os sons que os indivíduos **poderiam** vivenciar. (OC06E2018)

(21): Assim, fica evidente que o suicídio **pode** ser evitado por meio do combate ao estigma associado a doenças psicológicas, pois, segundo a OMS, ele é causado, em 90% dos casos, por transtornos mentais, sendo urgente a mudança do quadro nacional supracitado. (OC153E2020)

De acordo com Koch e Elias (2018, p. 166), a pequena narrativa, enquanto estratégia argumentativa, tem como uns dos seus propósitos comunicativos envolver o leitor. Na ocorrência (20), o candidato, a partir da narração de uma situação ocorrida em um dos episódios da série “Black Mirror”, relata, por meio do verbo modal facultativo *poderiam*, que os participantes envolvidos na predicação vivenciavam apenas imagens e sons selecionados pelo dispositivo que atuava como babá eletrônica. Na ocorrência (21), o candidato se mune de um dado da OMS que atribui 90% dos casos de suicídio a doenças de transtornos mentais, para avaliar a possibilidade epistêmica (verbo modal epistêmico orientado para o evento) de o suicídio ser evitado se combatido o estigma em torno das doenças mentais. Nesse exemplo, a expressão linguística “fica evidente” contribui para reforçar o efeito de certeza em relação a essa possibilidade.

5.2.2 Estrutura do texto argumentativo

A avaliação do gênero textual, conforme já dito na metodologia, observa a estrutura do texto dissertativo-argumentativo, exigindo que o candidato produza um texto em prosa, defendendo uma tese (uma opinião a respeito do tema proposto) apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual com introdução, desenvolvimento e conclusão. É importante destacar que, na conclusão, o candidato deve elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Tendo em vista isso, analisamos, do ponto de vista quantitativo, em que porção textual da Redação do Enem é mais frequente a ocorrência de verbos modais.

Na tabela (04) a seguir, podemos verificar que a conclusão constitui a estrutura do texto dissertativo-argumentativo em que mais frequentemente ocorrem os verbos modais *poder* e *dever* (com 54,5%). A segunda estrutura mais recorrente é o desenvolvimento, expressa em 36,4% de nosso *corpus* e, por último, com 9,1% das ocorrências, está a introdução.

Tabela 04 – Estrutura do texto argumentativo

	Ocorrências	Porcentagem
Introdução	14	9,1%
Desenvolvimento	56	36,4%
Conclusão	84	54,5%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

Acreditamos que o alto percentual de ocorrência de verbos modais na conclusão deve-se ao fato de o candidato, nessa parte do texto, retomar a tese defendida ao longo da argumentação, apresentando, como parte de sua orientação argumentativa, suas conjecturas e avaliações; além de uma proposta de intervenção para a resolução da problemática implicada no tema da redação, o que favorece, como discutimos na seção relacionada às estratégias argumentativas, o uso dos verbos modais *poder* e *dever*, instanciando, recorrentemente, significados deônticos e significados facultativos ligados, respectivamente, às obrigações dos agentes envolvidos nas ações, às habilidades/capacidades dos participantes envolvidos na execução dessas ações e às condições/circunstâncias relevantes para que essas ações ocorram. No que diz respeito ao desenvolvimento, era de se esperar que ocorresse um percentual significativo de verbos modais nessa parte do texto, já que o desenvolvimento constitui a porção textual em que o candidato apresenta a maior parte de seus argumentos, fundamentando seu texto, ou seja, é, no desenvolvimento, que o candidato apresenta fatos, dados, explicações, razões que sustentam seu ponto de vista.

As ocorrências (22) e (23), a seguir, retiradas do *corpus*, ilustram o verbo modal *dever* na conclusão do texto:

(22): O governo federal, como instituição regulamentadora da internet e propaganda, **deve** criar medidas que controlem e reduzam a publicidade direcionada, por meio da fiscalização e criação de leis que exijam a transparência das empresas. (OC13E2018)

(23): Além disso, o Ministério de Comunicações **deve** divulgar informações nas redes midiáticas sobre a importância do respeito às pessoas com doenças psicológicas e da identificação precoce desses quadros. (OC118E2020)

Na ocorrência (22), o candidato usa o verbo modal deôntico *deve* orientado para o participante para sugerir uma proposta de intervenção na conclusão da redação: o Governo Federal, agente responsável pela execução da obrigação implicada na predicação, deve criar medidas que controlem e reduzam a publicidade direcionada. O candidato faz uma nomeação clara do participante sobre quem incide a obrigação, reforçando – inclusive – que o Governo Federal é uma instituição regulamentadora da internet e propaganda. Na ocorrência (23), através do verbo modal deôntico *deve* orientado para o participante, o candidato sugere como proposta de intervenção a divulgação de informações nas redes midiáticas acerca da importância de se respeitar as pessoas com doenças psicológicas, bem como da necessidade de identificação

precoce do transtorno mental. Nessa ocorrência, o candidato faz uma nomeação clara do participante sobre quem incide a obrigação: o Ministério da Comunicação.

As ocorrências (24) e (25), a seguir, retiradas do *corpus*, ilustram o verbo modal *poder* no desenvolvimento do texto:

(24): Nesse sentido, há, de fato, uma visão elitista advinda dos donos de salas de exibição, que muitas vezes precificam ingressos com valores acima do que classes populares **podem** pagar. (OC73E2019)

(25): Sob esse viés, **pode-se** apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. (OC89E2019)

Na ocorrência (24), o candidato aponta como argumento no terceiro parágrafo da redação que umas das causas para a dificuldade em democratizar o acesso ao cinema no Brasil é a negligência de empresas do setor cinematográfico. O candidato, por meio do verbo modal facultativo *podem* orientado para participante, reforça que os donos de salas de exibição, muitas vezes, precificam ingressos com valores acima do que classes populares conseguem ou são capazes de pagar. Na ocorrência (25), o candidato aponta, como argumento no segundo parágrafo da redação, que o acesso ao cinema não é disponibilizado a todos os cidadãos em decorrência da falta de investimentos. Nesse enunciado, o candidato utiliza o verbo modal epistêmico *pode-se* na forma impessoal, para indicar, como possibilidade, o fato de as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas constituírem uma das causas do problema em questão: o acesso ao cinema no Brasil não ser disponibilizado a todos os cidadãos. É importante destacar que esse uso do verbo de elocução na ocorrência (25) assume uma função metadiscursiva.

Com relação à introdução, cujo percentual foi consideravelmente menor, apenas 14 ocorrências, percebe-se que os verbos modais *poder* e *dever* ocorrem, em geral, para indicar a relação epistêmica entre eventos ou a necessidade deôntica de resolução do evento descrito na predicação, como é possível verificar, respectivamente, nas ocorrências (26) e (27) abaixo:

(26): A referida importância do cinema na sociedade se explica pelo fato de, como forma de arte, filmes funcionarem por meio da "mímesis" — conceito de Aristóteles que se refere à capacidade de obras artísticas representarem a realidade de forma simulada circula o que

possibilita a vivência indireta de situações variadas e leva, potencialmente, à compreensão da vida em sociedade e das relações humanas, o que **pode** promover efeitos educativos ou conscientizadores. (OC61E2019)

(27): Tal discriminação (doenças psicológicas) é configurada a partir da carência informacional concatenada à idealização da vida nas redes sociais, o que gera a falta de suporte aos necessitados. Isso mostra que esse revés **deve** ser solucionado urgentemente. (OC143E2020)

Na ocorrência (26), o candidato introduz a redação contextualizando a importância do cinema na sociedade, usando, como repertório sociocultural, o conceito de *mimesis* de Aristóteles, para indicar, por meio do verbo modal epistêmico *pode* orientado para o evento, a relação entre o cinema, como meio de representação da realidade, e os efeitos educativos que ela possibilita promover na sociedade. Na ocorrência (27), o candidato aponta na introdução a situação-problema relacionada ao tema proposto: a discriminação em relação às doenças psicológicas tem relação com a carência informacional e com a idealização da vida nas redes sociais. A partir dessa suposição, o candidato avalia, pelo uso do verbo modal deontico *deve* orientado para o evento, a necessidade de o problema ser solucionado.

5.3. Categorias do Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal diz respeito aos aspectos formais da expressão linguística que refletem seu papel na interação linguística. Nesse sentido, têm relação com os meios linguísticos empregados para se atingir os objetivos comunicativos do falante. Com vistas a dar relevância empírica a tal pressuposto teórico-metodológico, sugerimos a seguinte categoria interpessoal: (i) Tipo de locução (declarativa, interrogativa, imperativa, proibitiva, comissiva, exortativa) que visa a verificar a força ilocucionária que reveste o Ato Discursivo em que os verbos modais *poder* e *dever* ocorrem. Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem, no Nível Interpessoal, a camada relativa à Ilocução. Segundo os autores, essa camada é responsável por capturar propriedades formais e lexicais de um Ato Discursivo, de acordo com usos interpessoais convencionalizados na realização de uma intenção comunicativa (p. 68).

Na tabela (05), a seguir, podemos verificar que a Ilocução Declarativa ocorre em 100% das ocorrências coletadas em nosso *corpus*, constituindo o padrão ilocucionário categórico nos enunciados que apresentam os verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em

redações do Enem. Sendo a Ilocução Declarativa a força ilocucionária que permite ao Falante expressar a intenção comunicativa de informar ou (re)transmitir um Conteúdo Proposicional e/ou um Conteúdo Comunicado (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71), apontando a fonte ou o modo de obtenção desse conteúdo asseverado, é esperado que a Declaração constitua a forma típica dos enunciados que apresentem os verbos *poder* e *dever*; ademais, acreditamos que esse resultado categórico possa ter relação com as condições de produção do Exame, que, exige a elaboração, por parte do candidato, de um texto dissertativo-argumentativo em que se defenda um ponto de vista a respeito de um tema, apresentando uma proposta de intervenção. Sabemos que esse tipo de texto se fundamenta na função referencial da linguagem (porque trata de um assunto), orientando a discussão desse tema/assunto a partir de um ponto de vista argumentativo.

Tabela 05 – Tipo de ilocução

	Ocorrências	Porcentagem
Declarativa	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

As ocorrências (28) e (29), abaixo, retiradas *corpus*, exemplificam esse tipo de Ilocução manifesta nos dados analisados:

(28): Ademais, o Governo Central **deve** impor sanções a empresas, em especial as virtuais, que criam perfis de usuários para influenciar suas condutas, por via da instauração de Secretarias planejadas para a atuação no ambiente digital, uma vez que tais plataformas padecem de fiscalizações efetivas, com o fito de minorar o controle de comportamentos por particulares. (OC11E2018)

(29): Segundo o filósofo prussiano Immanuel Kant, os indivíduos **devem** agir conforme o dever moralmente correto, levando em consideração a existência do outro e criando uma lei universal. (OC128E2020)

Nas ocorrências (28) e (29), é usado o verbo modal deôntico *deve/devem* orientado para o participante. A não inclusão do candidato conduz apenas a uma objetivação do conteúdo modal deôntico, haja vista que os modais deônticos tendem a ocupar posições mais centrais no Ato Discursivo (Ilocução Declarativa), revelando, assim, o estatuto objetivo de um Participante (Governo Central e indivíduos, respectivamente), mas sem que o candidato recorra a expressões

linguísticas que revelem sua apreciação subjetiva sobre esse evento. Ou seja, ao apresentar uma informação como consensual e compartilhada, o candidato, necessariamente, tem de revesti-la por uma Ilocução Declarativa, pois essa Ilocução abstrata serve para indicar a intenção do Falante/candidato, que é informar um Conteúdo Proposicional ao Ouvinte/Leitor. Acreditamos, também, que a Ilocução Declarativa, no caso dos usos deônticos, tem relação com a noção de obrigação, que, por ter natureza impositiva, pode ser atenuado com o uso de um ato declarativo em lugar de um imperativo. Além disso, como já argumentamos, podemos dizer que Ilocução Declarativa ajusta-se mais diretamente aos propósitos comunicativos da redação do Enem, que é debater os temas polêmicos relativos à educação, à saúde, à cultura, à cidadania, propondo resoluções para os mais variados problemas.

5.4. Categorias do Nível Representacional

Vimos, na fundamentação teórica, que as unidades do Nível Representacional são descritas em termos das entidades semânticas que elas designam. Com vistas a verificar os valores modais mais recorrentes em relação aos auxiliares *poder* e *dever* e o escopo que predominantemente tomam, propomos duas categorias analíticas para a investigação dos verbos modais, neste trabalho, sob o ponto de vista representacional: (i) Domínio semântico da marca modalizadora (modalidade facultativa, modalidade deôntica, modalidade volitiva, modalidade epistêmica, modalidade evidencial) e (ii) Alvo do modalizador (participante, evento e proposição).

Na tabela (06) a seguir, podemos verificar que, a modalidade deôntica constitui o domínio semântico mais frequente na totalidade da nossa amostra textual (com 50,6%). A modalidade epistêmica, expressa em 33,8% de nosso *corpus*, é o segundo domínio mais recorrente, e, por último, com 15,6% das ocorrências, está modalidade facultativa. Na Redação do Enem, os verbos modais são usados para marcar os posicionamentos e as atitudes do produtor textual em relação ao tema discutido. No caso da predominância do domínio modal deôntico, observa-se que esses significados estão fortemente relacionados à proposta de intervenção que é solicitada no Exame, o que leva à manifestação de significados deônticos ligados às obrigações, às permissões e às proibições inerentes às instituições e aos órgãos responsáveis pela execução das ações ou à obrigatoriedade, à permissividade e à proibitividade dos eventos, sem que o produtor do texto se comprometa com esses valores deônticos. No que concerne ao domínio epistêmico, este se relaciona à possibilidade de ocorrência dos eventos a partir do que o candidato mobiliza, em termos de conhecimento, para a construção da

argumentação do texto. Na seção 5.1, atestamos que esse tipo de saber está fortemente relacionado ao conhecimento de mundo que o estudante construiu ao longo de sua formação escolar. Por fim, o domínio facultativo, tal como o deôntico, manifesta-se fundamentalmente na proposta de intervenção, expressando significados de capacidade e habilidade dos indivíduos ligados às ações interventivas propostas ou as condições para a realização dos eventos.

Tabela 06 – Domínio semântico

	Ocorrências	Porcentagem
Facultativa	24	15,6%
Deôntica	78	50,6%
Epistêmica	52	33,8%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

Na tabela (07) a seguir, é possível verificar que, o evento constitui o alvo modal mais frequente na totalidade da nossa amostra textual (com 51,9%), seguida pelo indivíduo, que se expressa em 48,1% de nosso *corpus*.

Tabela 07 – Alvo do Modalizador

	Ocorrências	Porcentagem
Participante	74	48,1%
Evento	80	51,9%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

Não foram identificadas no *corpus* ocorrências dos verbos *poder* e *dever* orientadas para a proposição, porque Conteúdos Proposicionais, unidades mais altas do Nível Representacional, não são comumente encontrados sob o escopo de verbos auxiliares modais. Por outro lado, a predominância do evento, como alvo modal, relaciona-se ao descomprometimento do produtor do texto, que, opta, na construção de sua argumentação, avaliar a possibilidade ou obrigatoriedade dos Estados de Coisas sem que o faça de modo pessoal; talvez, influenciado pelos manuais de redação escolar, que orientam o uso de uma linguagem mais impessoal, por meio de estratégias textual-discursivas que omitam as marcas de subjetividade do texto.

Ilustramos, com as ocorrências (30) e (31), a seguir, as categorias Domínio semântico e Alvo do modalizador:

(30): Além disso, o Ministério da Família **deve** fomentar a empatia social, utilizando-se de publicidades que valorizem atitudes altruístas, visando à redução do individualismo. (OC116E2020)

(31): Isso (a promoção e o incentivo ao tratamento psicológico) **deve** ocorrer por meio da contratação de psicólogos e da criação de projetos – como o “Cada vida conta”, que valorizem a sobrevivência-, a fim de oferecer consultas com preços populares e alertar a população da importância de cuidar da saúde mental. (OC120E2020)

O verbo modal deôntico *dever*, na ocorrência (30), opera na Camada Configuracional, apresentando-se orientado para o Participante, visto que está relacionado com a descrição de um dado participante que está obrigado a se engajar no Estado de Coisas que é designado pelo predicado; no caso é obrigatório que o Ministério da Família (alvo da obrigação modal) fomente a empatia social, utilizando-se de publicidades que valorizem atitudes altruístas, visando à redução do individualismo. O verbo modal deôntico *dever*, na ocorrência (31), opera na Camada do Estado de Coisas, apresentando-se orientado para o evento, visto que caracteriza o evento em termos do que é obrigatório dentro de algum sistema de convenções moral ou legal; no caso, é obrigatório que a promoção e o incentivo ao tratamento psicológico ocorram por meio da contratação de psicólogos e da criação de projetos – como o “Cada vida conta”.

Destacamos que, para Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), a distinção entre modalidade deôntica objetiva e modalidade deôntica subjetiva depende crucialmente do *comprometimento* ou do *não comprometimento* do Falante com a conveniência do evento que está sob o escopo da modalidade deôntica. Visto sob essa perspectiva, todos os casos em que o Falante se abstém de estabelecer uma distância entre seu próprio ponto de vista e a norma referida será interpretado como deôntico subjetivo. Nas ocorrências (30) e (31) observamos que a modalidade deôntica opera na camada do Estado de Coisas e é objetiva, haja vista que o candidato não expressa seu comprometimento com a obrigatoriedade do evento que está sob o escopo do valor modal deôntico instaurado, restringindo-se a reportar uma necessidade deôntica (obrigação) já prescrita socialmente.

Na ocorrência (32), adiante, apresentamos um exemplo de modal que evidencia significado epistêmico:

(32): Sob essa ótica, o pintor holandês Vincent Van Gogh foi alvo de agressões físicas e psicológicas por sofrer de transtornos neurológicos e não possuir o tratamento adequado. O ocorrido com o artista **pode** ser presenciado no corpo social brasileiro, visto que, apesar de uma

parcela significativa da população lidar com alguma patologia mental, ainda são propagadas informações incorretas sobre o tema. (OC126E2020)

O verbo modal epistêmico *pode*, na ocorrência (32), apresenta-se orientado para o Evento, visto que caracteriza o fato ocorrido com o pintor holandês Vincent Van Gogh em termos de sua possibilidade de ser presenciado também no corpo social brasileiro em razão da propagação de informação incorretas acerca da problemática. Em nosso *corpus*, todas as ocorrências em que o modal se apresenta com valor epistêmico, são orientadas para o evento.

Nas ocorrências (33) e (34), abaixo, exemplificam o valor facultativo:

(33): Somado a isso, o Ministério da Saúde **pode** dirimir o preconceito por intermédio da divulgação de vídeos em suas redes sociais que contém a história de portadores de doenças mentais — ressaltando a necessidade de desenvolver a empatia e o respeito — a fim de que a sociedade seja mais democrática e inclusiva. (OC125E2020)

(34): Para tanto, urge que, a fim de garantir um serviço de saúde de qualidade a todos os cidadãos, o Ministério da Saúde, por meio do direcionamento de verbas governamentais, crie centros especializados no tratamento de doentes mentais, de modo a incentivar as pessoas a buscarem ajuda médica e democratizar o acesso à saúde. Ademais, o Ministério da Educação deve proporcionar rodas de conversa nas escolas por intermédio de um programa nacional de combate à discriminação da saúde mental, evitando seu silenciamento e motivando maior conhecimento acerca do assunto. Assim, a realidade brasileira **poderá** ser diferente do contexto apresentado em “O alienista”. (OC135E2020)

O verbo modal facultativo *pode*, na ocorrência (33), opera na camada da Propriedade Configuracional, orientado para o Participante, visto que diz respeito à descrição das habilidades e capacidades, sejam elas intrínsecas ou adquiridas; no caso, o candidato revela que o Ministério da Saúde tem a capacidade de dirimir o preconceito por intermédio da divulgação de vídeos em suas redes sociais que contém a história de portadores de doenças mentais. O verbo modal facultativo *poderá*, na ocorrência (34), opera na camada do Estado de Coisas, apresentando-se orientado para o Evento, visto que versa sobre a caracterização de um dado Estado de Coisas em termos das condições físicas ou das circunstâncias que possibilitam a realização desse mesmo Estado de Coisas. No caso, o candidato afirma que a depender das

ações realizadas, a realidade brasileira conseguirá caracterizar-se de maneira diferente do contexto apresentado em “O alienista”.

É importante reforçar que, embora normalmente apenas os seres animados tenham habilidades, Palmer (1979) entende que a modalidade facultativa, a que ele chama de dinâmica, também se aplica a seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias ou o poder para provocar a realização de um evento. Ou seja, enunciados cujo Participante é um ser inanimado também admitem dupla leitura (facultativa ou epistêmica).

5.4.1 Relação entre Domínio Semântico e Estrutura do texto argumentativo

Na Tabela (08), adiante, verificamos a inter-relação entre o domínio semântico (modalidades facultativa, deôntica e epistêmica) e a estrutura do texto argumentativo que integra o enunciado modalizado. O teste Qui-quadrado, que avalia a refutação de hipótese nula, mostra, para esse cruzamento, o valor 0,00.³² Desse modo, averigua-se que há um condicionamento de uma categoria de análise sobre outra: o enunciado modalizado facultativa, deôntica e epistemicamente parece condicionar a estrutura do texto argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão), ou seja, o fator textual (pragmático) parece condicionar o comportamento semântico.

Com base nos dados da Tabela (08) a seguir, constata-se que, das 52 ocorrências de modalidade epistêmica, 27 (51,9%) ocorrem no desenvolvimento da redação, enquanto 10 (19,2%) ocorrências ocorrem na introdução e 15 (28,8%), na conclusão. Por sua vez, verifica-se que das 78 ocorrências de modalidade deôntica, 58 (74,4%) ocorrem na conclusão da redação, enquanto 17 (21,8%) ocorrências ocorrem no desenvolvimento e 3 (3,8%), na introdução. Por sua vez, observa-se que das 24 ocorrências de modalidade facultativa, 12 (50,0%) ocorrem no desenvolvimento da redação, enquanto 11 (45,8%) ocorrências ocorrem na conclusão e apenas 1 (4,2%), na introdução.

Essa maior quantidade dos verbos modais deônticos na conclusão está relacionada a proposta de intervenção sugerida pelo candidato para solucionar a situação-problema apontada

³² O SPSS apresenta uma ferramenta estatística, denominada *qui-quadrado*, que avalia o grau de relevância no que diz respeito à relação entre duas ou três variáveis. Para que uma relação seja considerada significativa, isto é, não aleatória, o resultado do *qui-quadrado* deve ser inferior a 0,05 (valor tomado como referência para refutar a possibilidade de hipótese nula). (PESSOA, 2011, p. 82-83)

no texto. Na grande maioria das vezes, percebemos que essa solução deve obrigatoriamente ser executada por instituições responsáveis em nossa sociedade.

Tabela 08 – Relação entre Domínio semântico e Estrutura do texto argumentativo

		Estrutura do texto argumentativo			Total
		Introdução	Desenvolvimento	Conclusão	
Domínio semântico	Epistêmica	10 19,2%	27 51,9%	15 28,8%	52 100,0%
	Deôntica	3 3,8%	17 21,8%	58 74,4%	78 100,0%
	Facultativa	1 4,2%	12 50,0%	11 45,8%	24 100,0%
Total		14 9,1%	56 36,4%	84 54,5%	154 100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

5.4.2 Relação entre Domínio Semântico e Estratégia argumentativa

Verificamos que existe uma inter-relação entre o domínio semântico e a estratégia argumentativa³³. Como é possível observar na tabela (09), abaixo, a estratégia “proposta de intervenção” está diretamente relacionada aos valores modais deônticos e facultativos, enquanto o valor epistêmico ocorre associado às estratégias “fatos comprováveis” e “exemplos”. Como já argumentamos, essa correlação evidencia a relação motivada entre as variáveis, demonstrando que, do ponto de vista da construção argumentativa da Redação Enem nota mil, os valores modais expressos pelos auxiliares *poder* e *dever* sofrem condicionamentos decorrentes do modo como o candidato constrói e desenvolve sua argumentação do ponto de vista da textualidade.

Conforme explicamos anteriormente, a redação do Enem exige que os candidatos defendam um ponto de vista sobre uma questão social relevante e apresentem uma solução para o problema discutido no texto por meio de uma proposta de intervenção. Além disso, como essa estratégia é essencialmente propositiva, ela é ideal para utilizar significados modais de obrigação e habilidade/capacidade, ou seja, verbos modais com valores deôntico e facultativo.

Tabela 09 – Relação entre Domínio semântico e Estratégias argumentativas

Estratégias Argumentativas	Total
----------------------------	-------

³³ Para o cruzamento entre essas categorias de análise, o teste Qui-quadrado foi igual a 0,00.

		Exemplos	Dados estatísticos	Fatos comprováveis	Citações	Pequenas narrativas	Alusões históricas	Proposta de intervenção	
Domínio semântico	Epistêmica	12 23,1%	1 1,9%	16 30,8%	6 11,5%	1 1,9%	3 5,8%	13 25,0%	52 100%
	Deontica	5 6,4%	1 1,3%	5 6,4%	6 7,7%	0 0,0%	1 1,3%	60 76,9%	78 100%
	Facultativa	3 12,5%	0 0,0%	6 25,0%	3 12,5%	1 4,2%	0 0,0%	11 45,8%	24 100%
Total		20 13,0%	2 1,3%	27 17,5%	15 9,7%	2 1,3%	4 2,6%	84 54,5%	154 100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

5.5. Categorias do Nível Morfossintático.

Em relação aos aspectos morfossintáticos, buscamos verificar as propriedades formais que caracterizam os usos dos verbos modais *poder* e *dever* na Redação Enem nota mil, com vistas a descrever o comportamento desses itens na construção discursiva. Para tanto, propomos, para essa descrição, as seguintes categorias: i) Formas de expressão (verbos modais: poder e dever), ii) Modo verbal (indicativo; subjuntivo e imperativo) e iii) Tempo verbal (presente; pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro do presente, futuro do pretérito).

5.5.1 Formas de expressão

Na tabela (10) a seguir, podemos verificar que o verbo *dever* constitui a forma de expressão mais frequente na totalidade da nossa amostra textual (com 51,3%). O verbo *poder* é expresso em 48,1% de nosso *corpus*.

Tabela 10 – Formas de expressão

	Ocorrências	Porcentagem
Poder	75	48,7%
Dever	79	51,3%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

A maior ocorrência do *dever* nas redações nota mil analisadas está relacionada, provavelmente, ao significado contextualizado do item verbal, que, na proposta de intervenção do texto, assume uma interpretação deôntica, como é possível verificar na ocorrência (35) abaixo:

(35): Ademais, o Governo Central **deve** impor sanções a empresas, em especial as virtuais, que criam perfis de usuários para influenciar suas condutas, por via da instauração de Secretarias planejadas para a atuação no ambiente digital, uma vez que tais plataformas padecem de fiscalizações efetivas, com o fito de minorar o controle de comportamentos por particulares. (OC112018)

Por outro lado, os dados quantitativos relevam que o verbo *poder*, tão produtivo quanto o item modal *dever*, é particularmente polissêmico, podendo assumir significados epistêmico, facultativo e deôntico, como podemos atestar, respectivamente, nas ocorrências (36), (37), ocorrência (06) retomada aqui neste ponto do texto, e (38) a seguir:

(36) Posto isso, o Ministério da Cultura deve, por meio de um amplo debate entre Estado, sociedade civil, Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e profissionais da área, lançar um Plano Nacional de Democratização ao Cinema no Brasil, a fim de fazer com que o maior número possível de brasileiros possa desfrutar do universo dos filmes. Tal plano deverá focar, principalmente, em destinar certo percentual de ingressos para pessoas de baixa renda e estudantes de escolas públicas. Ademais, o Governo Federal deve também, mediante oferecimento de incentivos fiscais, incentivar os cinemas a reduzirem o custo de seus ingressos. Dessa maneira, a situação vivenciada (a chegada da primeira sala de cinema na cidade de Crato) em “Cine Hollywood” **poderá** ser visualizada na realidade de mais brasileiros." (OC78E2019)

(37) Desse modo, o Brasil **poderá** vivenciar aquilo que o Marco Civil determinou: igualdade e segurança no paralelo universo virtual, indissociável da realidade do século XXI. (OC36E2018)

(38): Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos, e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum - já que suas fontes de informações estão direcionadas -, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do

comportamento não **pode** ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal. (OC012018)

Na ocorrência (36), a forma verbal *poderá* exprime um valor epistêmico orientado para evento. O candidato afirma, através do seu conhecimento de mundo, baseando-se na ficção, que é possível que a situação vivenciada no filme “Cine Hollywood” seja visualizada na realidade de mais brasileiros. A modalidade epistêmica está relacionada com o conhecimento ou crença que cada locutor tem (ou diz ter) dos Estados de Coisas relacionados em seu discurso (GASPARINI-BASTOS, 2004, p. 120). Essa modalidade, que se refere ao eixo do conhecimento, envolve os seguintes conceitos: certo, provável, contestável e excluído. No entanto, o verbo *poder* também exprime capacidade (física, moral ou legal) ou habilidade. Na ocorrência (37), a mesma forma verbal *poderá* exprime um valor facultativo orientado para o participante. O candidato argumenta, também através do seu conhecimento, citando a lei responsável por regularizar o uso da internet, que o Brasil terá a capacidade, a habilidade de vivenciar aquilo que o Marco Civil determinou: a igualdade e segurança no paralelo universo virtual. Podemos apontar que a distinção entre os verbos modais, nas ocorrências (36) e (37), está no traço +animado, +humano que o sintagma nominal “Brasil” tem, se comparado ao sintagma nominal “Situação”, que é mais abstrato, - animado, - humano.

Analisando as duas ocorrências, também em função do valor polissêmico do modal *poder* como unidade de um sistema linguístico, precisamos buscar elementos que revelem a leitura adequada no contexto em que esse auxiliar é empregado. A esse respeito, Coracini (1991) afirma que “as ‘marcas modais’ em si não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto” (CORACINI, 1991, p. 120).

5.5.1.1 Relação entre Formas de Expressão e Domínio Semântico

A tabela (11) a seguir, revela que há uma relação³⁴ entre as formas de expressão *poder* e *dever* e o Domínio Semântico: na totalidade dos significados epistêmicos no *corpus*, 92,3% desses significados são expressos por *poder*, enquanto 7,7 % são codificados por *dever*. Na totalidade dos significados deônticos no *corpus*, 92,3% dos significados deônticos são

³⁴ Para o cruzamento entre essas categorias de análise, o teste do Qui-quadrado foi igual a 0,000 (menor que 0,05), o que mostra uma correlação motivada entre as variáveis.

manifestados por *dever*, enquanto 7,7% desses significados são representados por *poder*; dos significados facultativos na totalidade do *corpus*, 87,5% são articulados por *poder*, enquanto 12,5% desses significados são expressos por *dever*.

Verificamos que, mesmo que os verbos *poder* e *dever* sejam polissêmicos e ocorram em contextos que geram ambiguidade, é possível observar, dado o contexto textual-discursivo e as condições de produção da Redação Enem, que esses verbos tendem assumir funções mais específicas, ligadas ao que observamos na tabela (11). A maior ocorrência *dever* deôntico nas redações nota mil analisadas está relacionada, provavelmente, ao significado contextualizado do item verbal, que, na proposta de intervenção, sugerida pelo produtor do texto para solucionar a situação-problema apontada no texto, assume uma interpretação de obrigatoriedade.

Além disso, a criação de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem permite que o candidato desenvolva suas habilidades de resolução de problemas e trabalhe em prol dos direitos humanos. Nesse contexto, é comum o uso de expressões modais de obrigação e permissão para identificar as responsabilidades dos agentes envolvidos e as condições necessárias para resolver o problema em questão.

Tabela 11 – Relação entre Formas de expressão e Domínio semântico

		Formas de expressão		Total
		Poder	Dever	
Domínio semântico	Epistêmica	48 92,3%	4 7,7%	52 100,0%
	Deôntica	6 7,7%	72 92,3%	78 100,0%
	Facultativa	21 87,5%	3 12,5%	24 100,0%
Total		75 48,7%	79 51,3%	154 100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

5.5.1.2 Relação entre Formas de Expressão e Alvo do Modalizador

A seguir, podemos observar os resultados concernentes à relação³⁵ entre o alvo do modalizador e as formas de expressão *poder* e *dever*. Na tabela (12), verificamos que o alvo modal evento, que ocorre em 52 ocorrências do total do *corpus*, está mais frequentemente ligado ao emprego do verbo modal *poder*, com 63,7%, enquanto que o percentual de 36,3% dos

³⁵ Para o cruzamento entre essas categorias de análise, o teste do Qui-quadrado foi igual a 0,00 (menor que 0,05), o que mostra uma correlação motivada entre as variáveis.

eventos registrados está relacionado ao emprego do verbo *dever*. Por outro lado, a porcentagem de 67,6% do alvo participante concerne ao emprego do verbo modal *dever*, ao passo que a frequência de 32,4% do uso desse alvo diz respeito ao verbo modal *poder*.

É importante destacar que, a modalidade epistêmica, que está mais atrelada ao emprego de *poder* no *corpus*, não ocorre sob o escopo de participante. Então, os significados epistêmicos desse verbo são todos orientados para o evento. Além disso, nas modalidades orientadas para o evento, o produtor textual não se envolve pessoalmente na avaliação do Estado de Coisas: na modalidade epistêmica, o produtor do texto avalia a realidade de um Estado de Coisas, sem apresentar um julgamento em relação a esse evento. Na modalidade deôntica, o produtor descreve os eventos em termos de sistemas de normas e regras, sem apresentar uma avaliação pessoal desse evento. Isso tem relação com o caráter impessoal do texto, como orienta os manuais de redação modelo Enem. Um fato que explica o verbo *dever* ter como alvo mais participante do que eventos são as condições de produção da prova, já que, em geral, a proposta de intervenção apresenta os agentes responsáveis pela execução das ações sugeridas.

Tabela 12 – Relação entre Formas de expressão e Alvo do Modalizador

		Formas de expressão		Total
		Poder	Dever	
Alvo do Modalizador	Evento	51 63,7%	29 36,3%	52 100,0%
	Participante	24 32,4%	50 67,6%	78 100,0%
Total		75 48,7%	79 51,3%	154 100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

5.5.2 Modo Verbal

Na tabela (13) a seguir, podemos verificar que o Indicativo constitui o modo verbal mais frequente na totalidade da nossa amostra textual (com 94,2%). O Subjuntivo ocorre em 5,8% de nosso *corpus*. Relacionamos esse resultado com o estatuto de realidade dos eventos descritos na Redação do Enem, dado que o candidato deve discorrer sobre um tema/assunto que tem relevância na sociedade brasileira.

Tabela 13 – Modo verbal

	Ocorrências	Porcentagem
Indicativo	145	94,2%

Subjuntivo	9	5,8%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

As ocorrências (37) e (38), abaixo, retiradas do *corpus*, exemplificam o verbo *poder* no modo indicativo:

(37): Fora da ficção, é fato que a realidade apresentada por Orwell **pode** ser relacionada ao mundo cibernético do século XXI: gradativamente, os algoritmos e sistemas de inteligência artificial corroboram para a restrição de informações disponíveis e para a influência comportamental do público, preso em uma grande bolha sociocultural. (OC40E2018)

(38): Desse modo, o cidadão brasileiro **poderá** atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura." (OC66E2019)

Na ocorrência (37), o verbo modal *pode* epistêmico é orientado para o evento, que se encontra no presente do modo indicativo; por ser o tempo e o modo não marcado, o enunciado assume um caráter atemporal, o que é típico de argumentos baseados em comparações que fazem alusão a fatos históricos. Na ocorrência (38), o verbo modal facultativo *poderá* é orientado para o participante, que se apresenta no futuro do presente do modo indicativo. O candidato afirma que o cidadão brasileiro terá a capacidade de atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles.

Nas ocorrências (39) e (40), a seguir, o verbo modal *poder* se encontra no modo subjuntivo, indicando que a possibilidade descrita na situação depende de certas condições necessárias para sua realização. Percebemos que o auxiliar “poder” está associado ao presente do subjuntivo para instauração de uma possibilidade desejável no que se refere à análise do despreparo civil e inação das esferas governamentais, e, na ocorrência (40), no que se refere à tomada de medidas imediatas para que a internet seja usada no desenvolvimento da sociedade através o verbo facultativo *possa*.

(39) Assim, hão de ser analisados tais fatores, a fim de que se **possa** liquidá-los [despreparo civil e inação das esferas governamentais] de maneira eficaz. (OC10E2018)

(40) Nesse sentido, como disse o empresário Steve Jobs, “A tecnologia move o mundo”, ou seja, é preciso que medidas imediatas sejam tomadas para que a internet **possa** ser usada no desenvolvimento da sociedade, ajudando as pessoas a se comunicarem plenamente. (OC39E2018)

5.5.2.1 Relação entre o Domínio Semântico e o Modo verbal

Ao ser feita a inter-relação entre o domínio semântico (modalidades facultativa, deôntica e epistêmica) e o modo verbal (indicativo, subjuntivo), o teste Qui-quadrado apontou uma correlação motivada entre as categorias (0,02 - $p < 0,05$). Nesse sentido, constata-se que há um condicionamento entre o tipo de avaliação que se faz do enunciado modalizado e o modo verbal do auxiliar. Pressupomos que este condicionamento seja favorecido em razão de o modo indicativo: (i) aproximar o valor modal facultativo, deôntico e epistêmico do modo *realis*, indicando o estatuto de realidade que esses valores assumem na construção da argumentação do texto; (ii) atualizar a informação veiculada no enunciado; e (iii) descrever o evento, que está sob a qualificação modal facultativa, deôntica e epistêmica, de forma factual, fazendo com que esse evento seja interpretado como um fato concreto e não como uma mera hipótese, ou seja, a situação designada passa a ser lida como real e factual, ainda que seja de prospecção futura.

5.5.3 Tempo Verbal

Na tabela a seguir, podemos verificar que o Presente constitui o tempo verbal mais frequente na totalidade da nossa amostra textual (com 87%). O Futuro do presente é expresso em 7,8% de nosso *corpus*. O Futuro do Pretérito ocorre em 5,2%.

A preferência pelo Presente, em relação aos verbos modais *poder* e *dever*, relaciona-se ao fato de ser um tempo não-marcado, servindo, assim, para o candidato argumentar, em termos representacionais, de presente, passado ou futuro.

Tabela 14 – Tempo verbal

	Ocorrências	Porcentagem
Presente	134	87,0%
Futuro do Presente	12	7,8%
Futuro do Pretérito	8	5,2%
Total	154	100,0%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base nas análises da autora.

As ocorrências (41) e (42), abaixo, retiradas *corpus*, exemplificam o tempo Presente manifestado nos dados analisados:

(41): Paralelamente, o Ministério da Educação **deve** levar o tema às escolas públicas e privadas. Isso *deve* ocorrer por meio da substituição de parte da carga teórica da Base Nacional Comum Curricular por projetos interdisciplinares que envolvam exibição de filmes condizentes com a prática pedagógica e visitas aos cinemas da região da escola, para que se desperte o interesse do aluno pelo tema ao mesmo tempo em que se desenvolve sua consciência cultural e cidadã(...). (OC85E2019)

(42): Logo, é necessário que a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania torne tais obras mais alcançáveis ao corpo social. Para isso, ela **deve** estabelecer parcerias público-privadas com empresas exibidoras de filmes, beneficiando com isenções fiscais aquelas que provarem, por meio de relatórios semestrais, a expansão de seus serviços a preços populares para regiões fora dos centros urbanos. (OC82E2019)

Nas ocorrências (41) e (42), o verbo modal deôntico *dever* se apresenta no presente do indicativo. Na ocorrência (41), o candidato sugere, como proposta de intervenção, para a falta de acesso democrático ao cinema, que o Ministério da Educação tenha por obrigação levar o tema às escolas públicas e privadas e essa ação também tem a obrigação de ocorrer por meio da substituição de parte da carga teórica da Base Nacional Comum Curricular. Na ocorrência (42), o candidato também sugere uma proposta de intervenção para que, cada vez mais, o corpo social tenha acesso ao cinema, nomeando a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania como órgão responsável pela obrigação de estabelecer parcerias público-privadas com empresas exibidoras de filmes para executar tal ação.

Sweetser (1990) refere-se ao verbo *dever* (*must*, em inglês) como uma barreira restritora de um domínio de ação para certo ato. Assim, o verbo *dever* denota uma ordem, um comando para que algo seja realizado, referindo-se a uma compulsão positiva e não a uma restrição negativa. Isto é o que acontece com as ocorrências (41) e (42), em que percebemos uma leitura deôntica em que a ação é restrita ao que *deve* ser feito pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania.

Em relação ao tempo verbal, podemos destacar, também, que, de acordo com Lyons (1977), a modalidade deôntica está, intrinsecamente, relacionada à noção de futuridade, uma vez que as obrigações, permissões e proibições estabelecidas estão em um Estado de Coisas

que será obtido por meio de atos a serem realizados em um momento posterior ao da enunciação [+futuro], cuja noção de futuridade é de natureza semântica e não temporal normativa, explicando, assim, o caráter *não factual* da modalidade deôntica. Dessa forma, considerando a atuação da modalidade deôntica nas camadas inferiores do Nível Representacional (Propriedade Configuracional e Estado de Coisas), verifica-se que os eventos sobre os quais incidem os valores modais deônticos são posteriores ao momento da enunciação (*futuridade*). Considerando que as distinções temporais podem mostrar-se relevantes para distinções entre modalidades, conforme já previsto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), analisamos as ocorrências (43) e (44), adiante, no tempo futuro do pretérito:

(43) Ademais, é importante destacar que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização, de forma correta, da internet, visto que as instituições formadoras de conceitos morais e éticos não têm preconizado, como **deveriam**, o ensino de uma "polarização digital", como faz o projeto Digipo ("Digital Polarization Initiative"), o qual auxilia os indivíduos a acessarem páginas comparáveis e, assim, diminui, o compartilhamento de notícias falsas, que, muitas vezes, são lançadas por moderadores virtuais. (OC38E2018)

(44) Ao Governo Federal, caberia a ampliação de ambientes comunitários de exibição de filmes no país, a fim de se democratizar o acesso ao cinema. Para isso, **deveria** haver não só a redução do valor dos ingressos nos cinemas já existentes, mas também a expansão de instalações que transmitiriam filmes gratuitamente em locais afastados dos centros urbanos. (OC67E2019)

Na ocorrência (43) e (44), o verbo modal *dever* ocorre no futuro do pretérito, indicando que a obrigação deôntica das instituições formadoras de preceitos éticos e morais não vem sendo cumprida em relação ao ensino da "polarização digital", condição necessária para que se desenvolva a consciência da importância da utilização da internet de forma correta. Silva-Corvalán (1995) diz que a morfologia desse tempo, em contextos deônticos, confere ao enunciado uma fraca assertividade por parte do falante e mitiga a força do ato de fala, instaurada pelo valor deôntico. Mas, ao usá-lo, o candidato deixa claro que a modalidade continua como válida em relação ao momento da escrita da redação, numa perspectiva de futuro. Daí dizermos que, ao invés de atenuar o valor instaurado, o futuro do pretérito assegura-o mais do que o pretérito imperfeito, porém não tanto como o futuro do presente, conforme veremos na ocorrência (45) adiante. Ademais, o uso de tal tempo serve como um meio de avaliar

negativamente a ação transcorrida ou uma omissão, ou melhor, mostra o desacordo da fonte deôntica com o curso da ação. Vejamos a ocorrência (45) a seguir:

(45): Ademais, as empresas exibidoras, por meio de incentivos governamentais, **deverão** diminuir a demanda monetária necessária para assistir os filmes, para que, dessa maneira, indivíduos de quaisquer classes sociais possam ter acesso aos cinemas de sociedades e, assim, cenas como a retratada em "A Invenção de Hugo Cabret" não aconteçam, também, na realidade." (OC59E2019)

Em (45), o operador deôntico *dever* se encontra no tempo futuro do presente do indicativo, incidindo sobre um predicado, no caso, *diminuir*, para instaurar a obrigação que recai sobre o Participante: as empresas exibidoras. De acordo com Santos (2015), é possível que se estabeleça uma diferença entre as noções semânticas de *futuro* e *futuridade*. Para a pesquisadora, a *futuridade* reestabelece uma série de noções que apontam para eventos que são projetados a partir do momento de fala, em que há uma projeção hipotética [- certeza] originada dos conhecimentos experienciais dos sujeitos. Dessa forma, o *futuro* está contido na *futuridade*, pois também aquele reestabelece situações projetadas a partir do momento de fala (prospecção futura). Entretanto, a autora destaca que o futuro é compreendido como uma previsão de certeza proferida pelos sujeitos em relação ao evento descrito no enunciado modalizado. Ou seja, a pesquisadora afirma que há um maior grau de confiabilidade [+ certeza] de que o evento que está sob o escopo da modalidade será, de alguma forma, realizado, como podemos verificar na ocorrência (45). Assim, com base na autora, certifica-se que a expressão do futuro, nas línguas naturais, pode ser marcada tanto por meio de tempos verbais, como o *presente*, o *futuro do presente* e o *futuro do pretérito*, quanto pela diferenciação entre acontecimentos *realis* (indicativo) e *irrealis* (subjuntivo e imperativo).

Ao ser feita a inter-relação entre o domínio semântico e o tempo verbal, cujo valor do Qui-quadrado foi 0,349 ($p > 0,05$), constata-se que não há um condicionamento entre o tipo de avaliação que se faz do enunciado modalizado e o tempo verbal do modal. Acredita-se que esse não condicionamento se deva ao fato de as modalidades facultativa, deôntica e epistêmica poderem ser instauradas por diferentes tempos verbais nas camadas que compõem o Nível Representacional. Ainda que, majoritariamente, o presente seja o tempo verbal mais recorrente na instauração dos conteúdos modais, especificamente em camadas mais baixas (Propriedade Configuracional e Estado de Coisas).

No capítulo de conclusão a seguir, discutimos as conclusões a que chegamos com a investigação sobre o emprego de verbos modais na construção da argumentação em redações nota mil do Enem nesta pesquisa.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação investigou o emprego de verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir do paradigma funcionalista. Sob esse ponto de vista, a linguagem é uma atividade cooperativa, condicionada por fatores de ordem cognitiva e discursiva. Na verdade, assume-se que a expressão linguística é a manifestação da intenção comunicativa do Falante, que orienta suas escolhas com vistas a adequar-se às variadas situações de interação social.

Dentre as diversas perspectivas funcionalistas existentes, optamos pela vertente funcionalista moderada, o chamado Funcionalismo Holandês, representado, especialmente, pelos modelos teóricos da Gramática Funcional, de Simon Dik (GF - 1997), e da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengenveld e Mackenzie (GDF - 2008). Mesmo que esses modelos sejam independentes entre si, eles comungam de alguns pressupostos relevantes, tais como a noção de que a expressão linguística deve ser analisada em seu contexto real de uso e o princípio de que as propriedades morfossintáticas das línguas naturais são governadas não apenas por fatores internos ao sistema linguístico, mas estão sujeitas a condicionamentos discursivos.

A opção pela Gramática Discursivo-Funcional, nesta pesquisa, também, justifica-se porque esse suporte teórico permite a descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de modo uno e integrado, além de possibilitar uma análise em que as unidades linguísticas sobre as quais um verbo modal incide são descritas/ estratificadas em níveis e camadas, conforme o alvo e o domínio semântico a que se relacionam.

No que diz respeito ao objeto de estudo desta dissertação, assumimos que os verbos modais *poder* e *dever* pertencem a uma classe de verbos que não constituem núcleo de predicado; infelizmente, são verbos muito pouco abordados nas lições tradicionais de gramática portuguesa, entretanto altamente importantes pelo que representam como expressão da atitude do falante em relação ao que é dito.

O presente estudo teve como objetivo investigar os aspectos formais e funcionais que caracterizam o emprego dos verbos modais *poder* e *dever*; procurando, dessa forma, descrever e analisar, integradamente, propriedades interpessoais, representacionais e morfossintáticas que caracterizam o emprego desses verbos modais na construção da argumentação em redações nota mil do Enem. Assim, levando-se em conta que a expressão linguística é multifuncional, verbos caracterizam-se como lexemas modais sob condições de emprego compatíveis com

propriedades formais e funcionais ligadas ao significado prototípico ou contextual de modalizadores facultativos, epistêmicos e deônticos.

Procedemos a escolha de um *corpus* de análise que contemplasse tal objetivo. Assim, organizamos um *corpus* com 60 redações nota 1000 do Enem, 20 de cada um dos seguintes anos: 2018, 2019 e 2020, com os respectivos temas: “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da Internet”; “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”; “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. Partindo, assim, da questão central que norteou esta pesquisa, que diz respeito às propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas caracterizam o emprego de verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem, formulamos cinco grupos de categorias de análise, a saber: (i) *categorias contextuais* (tipo de informação mobilizada e temática proposta para redação), (ii) *categorias do Nível Retórico-Textual* (estratégias argumentativas e estrutura do texto argumentativo), (iii) *categorias do Nível Interpessoal* (tipo de ilocução), (iv) *categorias do Nível Representacional* (domínio semântico da marca modalizadora e alvo do modalizador) e (v) *categorias do Nível Morfosintático* (formas de expressão, modo verbal, tempo verbal). Através desses grupos de fatores, buscamos, por sua vez, responder aos seguintes questionamentos: Quais subtipos modais são mais frequentemente distinguidos pelos verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem? Quais são os sentidos e os efeitos de sentido dos verbos modais *poder e dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Enem? Como os verbos modais *poder e dever* são usados na construção das estratégias argumentativas do texto dissertativo-argumentativo em redações nota mil do Enem?

Em relação à análise quantitativa dos dados, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science, versão 7.5 para Windows*). A análise qualitativo-quantitativa dos dados compreendeu dois momentos correlacionados: o da análise de cada ocorrência, considerada no seu contexto de uso e o da análise dos dados quantitativos obtidos em conjunto, que se faz em constante diálogo com o modelo de investigação funcionalista.

Com relação às categorias contextuais, observamos que o repertório baseado no senso comum constitui o tipo de repertório contextual mais frequente na totalidade da nossa amostral textual. Isso demonstra que, pelo menos quanto à nossa amostral textual, o enunciado modalizado tende a ocorrer no contexto de informações adquiridas nas relações interpessoais ou textuais do candidato do Enem ou quando se trata de uma suposição, elaborada com base

em uma vivência ou, simplesmente, com base em conhecimento arquivado no Componente Conceptual do candidato do Enem. Em relação à temática proposta para a Redação, vimos que, em todas as três edições analisadas, os verbos modais ocorrem como formas regulares e produtivas na construção da argumentação do texto; dessa forma, ponderamos que os verbos *poder* e *dever* constituem meios linguísticos produtivos na construção da argumentação da redação modelo, uma vez que há regularidade de frequência de uso dessas marcas nos três anos investigados.

Quanto às categorias retórico-textuais, verificamos que a proposta de intervenção constitui a estratégia argumentativa do nível retórico mais frequente na totalidade da nossa amostral textual. Quanto à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, constatamos que a conclusão é a parte do texto em que mais ocorrem os verbos modais analisados. Destacamos que, em relação à estrutura de texto dissertativo-argumentativo, é exigido que o candidato produza um texto em prosa, defendendo uma tese (uma opinião a respeito do tema proposto) apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual com introdução, desenvolvimento e conclusão. Sendo que, na grande parte das redações nota mil, é na conclusão (parte da estrutura do texto dissertativo argumentativo) que o candidato elabora uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto.

No Nível Interpessoal, constatamos que a Ilocução Declarativa ocorre em 100% das ocorrências coletadas em nosso *corpus*, constituindo o padrão ilocucionário categórico nos enunciados que apresentam os verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações do Enem. De certo modo, esse dado já era esperado, pois é a Ilocução Declarativa é a forma abstrata de ilocução que permite ao Falante expressar a intenção comunicativa de informar um Conteúdo Proposicional e/ou um Conteúdo Comunicado (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71), apontando a fonte ou o modo de obtenção desse conteúdo asseverado.

No Nível Representacional, notamos que a modalidade deôntica constitui o domínio modal mais frequente; e o evento constitui alvo do modalizador mais recorrente na totalidade da nossa amostra textual. O fato do domínio modal deôntico predominar em nossa análise está associado à proposta de intervenção que é solicitada no Exame, conduzindo à manifestação de significados deônticos ligados às obrigações, às permissões e às proibições inerentes às instituições responsáveis pela execução das ações ou à obrigatoriedade, à permissividade e à

proibitividade dos eventos, sem que o candidato se comprometa com esses valores deônticos. Em relação ao domínio epistêmico, este se associa à possibilidade de ocorrência dos eventos a partir do que o produtor do texto mobiliza, em termos de conhecimento, para a construção da argumentação do texto. Por último, percebemos que o domínio facultativo, assim como o deôntico, apresenta-se fundamentalmente na proposta de intervenção, demonstrando significados de capacidade e habilidade dos indivíduos ligados às ações interventivas propostas ou às condições para a realização dos eventos.

Verificamos também, em nossa análise, que há uma inter-relação significativa entre a subcategoria domínio semântico com as categorias “estrutura do texto argumentativo” e “estratégias argumentativas. Os verbos modais deônticos apresentam-se em maior quantidade na conclusão motivados pelo propósito da conclusão da redação do Enem que consiste em o candidato sugerir uma proposta de intervenção para solucionar a situação-problema apontada na argumentação. Constatamos que a estratégia “proposta de intervenção” está diretamente relacionada aos valores modais deônticos e facultativos, enquanto o valor epistêmico ocorre associado às estratégias “fatos comprováveis” e “exemplos”.

Conforme já expusemos, essa correlação revela a relação motivada entre as variáveis, evidenciando que, do ponto de vista da construção argumentativa da Redação Enem nota mil, os valores modais expressos pelos auxiliares *poder* e *dever* sofrem condicionamentos oriundos do modo como o produtor do texto constrói e desenvolve sua argumentação do ponto de vista da textualidade.

No Nível Morfossintático, os resultados apontam que o verbo *dever* constitui a forma de expressão mais frequente; bem como o modo indicativo e o presente representam as propriedades formais mais fortemente ligadas aos verbos analisados. Esse resultado é motivado pelo significado contextualizado do verbo, que, na proposta de intervenção do texto, assume uma interpretação deôntica. Verificamos também que o verbo *poder* é particularmente polissêmico, podendo assumir significados epistêmico, facultativo e deôntico.

Destacamos, ainda, que há uma inter-relação significativa entre as categorias “forma de expressão” e “domínio semântico” e entre as categorias “forma de expressão” e “alvo do modalizador”. Essa inter-relação é motivada pelo fato que a modalidade epistêmica, que está mais atrelada ao emprego de *poder* no *corpus*, não ocorre sob o escopo de participante. Então, os significados epistêmicos desse verbo são todos orientados para o evento. Além disso, nas modalidades orientadas para o evento, o candidato não se envolve pessoalmente na avaliação do Estado de Coisas: na modalidade epistêmica, o candidato analisa a realidade de um Estado

de Coisas, sem evidenciar um julgamento em relação a esse evento. Na modalidade deôntica, o candidato descreve os eventos em termos de sistemas de normas e regras, sem demonstrar uma avaliação pessoal desse evento. Esse fato está relacionado com o caráter impessoal do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, as condições de produção da prova restringem a ocorrência do verbo *dever* tomando por escopo mais participantes como alvo do que eventos, pois a proposta de intervenção apresenta, em geral, os agentes responsáveis pela execução das ações sugeridas.

Acreditamos que essa análise dos verbos modais *poder* e *dever* disponibiliza um conjunto de informações sobre os conhecimentos que os candidatos do Enem necessitam construir para a produção textual escrita do gênero dissertativo-argumentativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam uma argumentação bem-sucedida. Uma vez que a modalidade constitui um dos principais meios linguísticos de manifestação de efeitos comunicativos ligados à argumentação do texto, acreditamos também que esta pesquisa contribui para o estudo da modalidade no Enem para fins pedagógicos e para a elaboração de gramáticas escolares orientadas para o uso efetivo da linguagem, que possam ajudar a promover o desenvolvimento de habilidades de escrita e leitura.

Embora este estudo tenha contribuído com dados sobre emprego de verbos modais *poder* e *dever* na construção da argumentação em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir do paradigma funcionalista, frisamos que as possibilidades de investigação sobre os verbos modais não se mostram esgotadas. Ao contrário, seria interessante registrar-se a polissemia, sobretudo do verbo *poder*, como um aspecto a ser mais aprofundado.

7. REFERÊNCIAS

- BALLY, C. **Linguistique générale et Linguistique française**. 5 ed. Berne: Francke, 1932.
- BARROS, E. C. M.; PAIVA, M. C. Construções ‘ter que + infinitivo’: modalidade e propriedades gramaticais do verbo ‘ter’. **Estudos Linguísticos**, n. 43. v. 1, p. 91-102, 2014.
- BASTOS, Sandra Denise Gasparini; BRUNELLI, Anna Flora. A manifestação das diferentes modalidades no emprego do verbo modal *poder* em português e espanhol: análise do discurso e autoajuda. **Signo & Señá**, nº 22, dezembro/2012. Disponível em: <https://goo.gl/158gRW>. Acesso em 16 ago.2022.
- BASTOS, Sandra Denise Gasparini; OLBERTZ, Hella. **Objective and subjective deontic modal necessity in FDG –evidence from Spanish auxiliary expressions**. In. **Casebook in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam, Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 2013.
- BAVIN, Edith L. The obligation modality in Western Nilotic languages. **Modality in grammar and discourse**, v. 32, p. 107, 1995.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2020: cartilha do participante**. Brasília, DF: INEP, 2020.
- BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, O comportamento do verbo modal *poder* no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol. **Estudos Linguísticos**, v. 40, n. 1, p. 61-70, 2011.
- BYBEE, J. **Morphology**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. (Eds.). **Modality in grammar and discourse**, Amsterdam, Philadelphia, v.32, p.1-14, 1995.
- BYBEE, Joan L.; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, Willian. **The evolution of grammar / Tense, aspect, and modality in the languages of the world**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994. 398p
- CARIA, Giulliana Mendes, M.Sc,. **O uso de verbos modalizadores em notícias on-line sobre manifestações políticas ocorridas no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa, maio de 2021.
- CARRASCOSSI, C. N. de S. **Interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.
- CASSEB-GALVÃO, V. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. **Filologia E Linguística Portuguesa**, 13(2), 305-335. 2011.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. ILARI, Rodolfo. NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português culto falado no Brasil**. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CARIOCA, C. R. **A Evidencialidade em Textos Acadêmicos de Grau do Português Brasileiro Contemporâneo**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

COMPARINI, Ana Maria Paulino. A natureza multissignificativa dos verbos modais: uma análise da língua falada no Brasil. **Diálogos Pertinentes - Revista Científica de Letras**. São Paulo: UNIFAN, v. 04, n° 04, jan-jun 2008, p. 31 - 46.

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo**. O discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Pontes – Educ, 1991.

CONNOLLY, John H. The question of discourse representation in Functional Discourse Grammar. In MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.89-116

CONNOLLY, John H. The contextual component within a dynamics Implementation of the fdg model: structure and interaction. **Pragmatics**, [Antwerp], v. 24, n. 2, p. 229-248, 2014. DOI 10.1075/prag.24.2.03con. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/docserver/fulltext/prag.24.2.03con.pdf?expires=1623632159&id=id&accname=guest&checksum=D0B3D3FA0FE7FBFE83C0714659E8298C>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Matos. Entre o poder e o dever: fatores intervenientes na expressão da modalidade nos discursos de posse presidencial. **Gragoatá**. Niterói, n. 27, p. 155-168, 2º sem. 2009. Disponível em <https://goo.gl/xGWSe3>. Acesso em 21 ago.2022.

DIK, S. C. *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland, 1978.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Part 2: Complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1969.

FERREIRA, M. Modalidade com graus? Necessidade fraca e o verbo “dever” do português. **DELTA**, v. 36, n. 1, p. 1-31, 2020b.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. **Functional syntax and universal grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GASPARINI-BASTOS, S. D. **Os constituintes extrafrasais com valor epistêmico**: análise de entrevistas jornalísticas no espanhol e no português. 2004. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GIVÓN, T. **Syntax: A funcional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

HALLIDAY, M.A.K. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. **Foundations of Language**, 6, p. 322-361, 1970.

- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*, Londres: Edward Arnold, 1985.
- HATTNER, Marize M. Dall'Aglio ; HENGEVELD, K.. The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: a synchronic approach. **Journal Of Portuguese Linguistics**, [Lisboa], v. 15, n. 1, p. 11-14, 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.5334/jpl.1> . Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/10.5334/jpl.1/>. Acesso em: 12 set. 2022.
- HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, [Jena], v. 53, n. 3, p.479-524, jan. 2015. DOI 10.1515/ling-2015-0010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276157738_Four_types_of_evidentiality_in_the_native_languages_of_Brazil. Acesso em: 12 set. 2022.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal Semantics**, v.6, 1988.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. **Journal Linguistic**, n.25, 1989.
- HENGEVELD, K.; HATTNER, M.M.D.A. Four types of evidentiality. **Linguistics**, v. 53, p. 479-524, 2015.
- HENGEVELD, Kees. Illocution, mood, and modality. *In*: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim. **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, p.1190-1201, 2004.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel. “Classes de palavras e processos de construção. 3. O verbo”. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura; ILARI, Rodolfo (Orgs.). **Gramática do Português Falado Culto no Brasil**. V. II Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- KIEFER, F. On Defining modality. **Folia Linguística**, v.21, n.1, 1987.
- KLEIN, R.; FONTANIVE, N.S. **Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009. Disponível em: https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_02.pdf. Acesso em: 26/05/2021.
- KLINGE, A. **The impacto f contexto on modal meaning in English and Danish**. Nordic Journal of Linguistics, v. 19, 1996.
- KOCH, I. V. **Linguagem e Argumentação**. A inter-ação pela linguagem. 3a. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, I. V. **O verbo poder numa gramática comunicativa do Português**. *Cadernos da PUC*, São Paulo: Cortez, n.8, p.103-113, 1981.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2018.
- KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LUCENA, Isabel Larissa. **A expressão da evidencialidade no discurso político**: uma análise da oratória política da Assembleia Legislativa do Ceará. 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LUCENA, Isabel Larissa. **A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais**. 2013. 224f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

Manual de correção de Redação – Enem 2019. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf

Acesso em 28/04/2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, E. A. de Mendonça. **A avaliação da produção textual nos vestibulares e outros concursos: a questão da subjetividade**. Avaliação (Campinas) [online]. 2013, vol.18, n.2, pp.435-458. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000200011>. Acesso em 26/05/2019.

MENEZES, Léia Cruz. As expressões linguísticas modalizadoras deônticas na construção da argumentação – um exercício de análise em discursos políticos, in: NOGUEIRA, Márcia Teixeira e LOPES, Maria Fabíola Vasconcelos. (Orgs.). **Modo e modalidade**: gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MENEZES, Léia Cruz. Léia Cruz. **Expressões linguísticas modalizadores deôntica em função argumentativa: um exercício de análise retórico-funcional**. 2011. 332f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MIRA MATEUS, M. H. et al. **Gramática da língua portuguesa**: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

NAGAMURA, George Henrique. **A expressão da Subjetividade na Gramática Discursiva-Funcional**. 2016. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, José do Rio Preto, 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (org.). **Gramática do português falado**: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 163-199, 1996. v. 8.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editorial UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2001.

NEVES, Maria Helena de M. **Texto e gramática**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Modalidade e argumentação, in: NOGUEIRA, Márcia Teixeira e LOPES, Maria Fabíola Vasconcelos. (Orgs.). **Modo e modalidade**: gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

OLBERTZ, Hella; GASPARINI-BASTOS, Sandra Denise. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG: evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE,

John Lachlan; OLBERTZ, Hella (org.). **Casebook in Functional Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, p. 277-300, 2013.

OLIVEIRA, Flávia Cristina Candido de. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM. 2016**. 166 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará Fortaleza, 2016.

PALMER, F.R. **Mood and modality**. London: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, N. P. **Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na gramática discursivo-funcional**. 2011. 221f. Tese (Doutora em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Trad. De Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Trad. de *Traité de l'Argumentation*. La Nouvelle Rhétorique, Paris: PUF, 1958).

PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. A. Explicando as diferenças semânticas entre 'ter que' e 'dever': uma proposta em semântica de mundos possíveis. **Alfa**, v. 52, p. 215-234, 2008.

PESSOTTO, A. L. Epistemic and gradable modality in Brazilian Portuguese: a comparative analysis of 'poder', 'dever' and 'ter que'. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 8, número especial, p. 49-75, 2014.

RECH, N. O processo de auxiliabilidade no português brasileiro: uma análise dos modais 'poder', 'dever' e 'ter que'. **Working Papers em Linguística**, n. 2, p. 37-51, 2010.

RESENDE, M. **A morfologia dos modais: notas sobre a caracterização morfológica de dever, poder e ter que/de**. Revista da Anpoll, Florianópolis, v. 52, n. 1, p. 236-256, jan-maio, 2021.

RINALDI, N. **Um estudo sobre os diferentes valores modais do verbo 'poder' em entrevistas jornalísticas do espanhol**. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto/SP: FAPESP; 2015.

SANTOS, Valéria Cunha dos. **Intenção e desejo: os usos de querer com implicaturas de futuridade**. 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169454/338149.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. Contextuel Conditions for the Interpretation of poder and deber in Spanish. In: BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne. **Modality in grammar and discourse**. Amsterdã: John Benjamins B.V., 1995, p. 67-106.

SOUZA, C. N. **Análise de usos modais do verbo dar em entrevistas no português brasileiro**. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, 45(1), 86–99. <https://doi.org/10.21165/el.v45i1.804> (2016)

STEFFLER, Adriano. **Os verbos modais do português sob uma perspectiva de traços funcionais**. 2013. 91f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós

Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/asteffler.PDF>. Acesso em: 26 ago. 2022.

STOWELL, T. Tense and modals. *In*: GUÉRON, J.; LECARME, J. (orgs.). **The syntax of time**. Cambridge: MIT, 2004. p. 621 -635.

SWEETSER, E.E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects, of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WALD, B. **On the Evolution of would and Other modals in the English spoken in East Los Angeles**. *In*: DITTMAR, N.; REICH, A. (eds.). *Modality in Language acquisition*. Berlin: Walter de Gruyter, 1993.

8. ANEXO

ANEXO A – Proposta do Enem 2018




INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Às segundas-feiras pela manhã, os usuários de um serviço de música digital recebem uma lista personalizada de músicas que lhes permite descobrir novidades. Assim como os sistemas de outros aplicativos e redes sociais, este cérebro artificial consegue traçar um retrato automatizado do gosto de seus assinantes e constrói uma máquina de sugestões que não costuma falhar. O sistema se baseia em um algoritmo cuja evolução e usos aplicados ao consumo cultural são infinitos. De fato, plataformas de transmissão de vídeo *on-line* começam a desenhar suas séries de sucesso rastreando o banco de dados gerado por todos os movimentos dos usuários para analisar o que os satisfaz. O algoritmo constrói assim um universo cultural adequado e complacente com o gosto do consumidor, que pode avançar até chegar sempre a lugares reconhecíveis. Dessa forma, a filtragem de informação feita pelas redes sociais ou pelos sistemas de busca pode moldar nossa maneira de pensar. E esse é o problema principal: a ilusão de liberdade de escolha que muitas vezes é gerada pelos algoritmos.

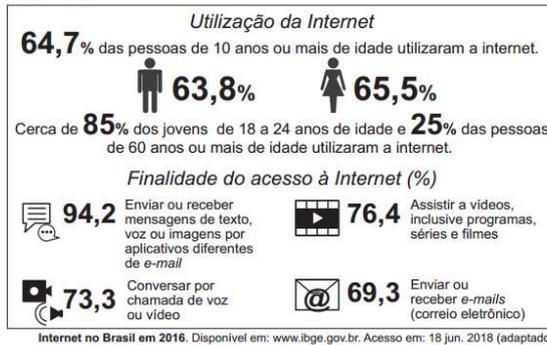
VERDÚ, Daniel. O gosto na era do algoritmo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 11 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO II

Nos sistemas dos gigantes da internet, a filtragem de dados é transferida para um exército de moderadores em empresas localizadas do Oriente Médio ao Sul da Ásia, que têm um papel importante no controle daquilo que deve ser eliminado da rede social, a partir de sinalizações dos usuários. Mas a informação é então processada por um algoritmo, que tem a decisão final. Os algoritmos são literais. Em poucas palavras, são uma opinião embrulhada em código. E estamos caminhando para um estágio em que é a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida.

PEPE ESCOBAR. A silenciosa ditadura do algoritmo. Disponível em: <http://outraspalavras.net>. Acesso em: 5 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO III



TEXTO IV

Mudanças sutis nas informações às quais somos expostos podem transformar nosso comportamento. As redes têm selecionado as notícias sob títulos chamativos como *"trending topics"* ou critérios como *"relevância"*. Mas nós praticamente não sabemos como isso tudo é filtrado. Quanto mais informações relevantes tivermos nas pontas dos dedos, melhor equipados estamos para tomar decisões. No entanto, surgem algumas tensões fundamentais: entre a conveniência e a deliberação; entre o que o usuário deseja e o que é melhor para ele; entre a transparência e o lado comercial. Quanto mais os sistemas souberem sobre você em comparação ao que você sabe sobre eles, há mais riscos de suas escolhas se tornarem apenas uma série de reações a "cutucadas" invisíveis. O que está em jogo não é tanto a questão "homem *versus* máquina", mas sim a disputa "decisão informada *versus* obediência influenciada".

CHATFIELD, Tom. Como a internet influencia secretamente nossas escolhas. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANEXO B – Proposta do Enem 2019



enem2019

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.
 - apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

No dia da primeira exibição pública de cinema — 28 de dezembro de 1895, em Paris —, um homem de teatro que trabalhava com mágicas, Georges Méliès, foi falar com Lumière, um dos inventores do cinema; queria adquirir um aparelho, e Lumière desencorajou-o, disse-lhe que o "Cinematógrafo" não tinha o menor futuro como espetáculo, era um instrumento científico para reproduzir o movimento e só poderia servir para pesquisas. Mesmo que o público, no início, se divertisse com ele, seria uma novidade de vida breve, logo cansaria. Lumière enganou-se. Como essa estranha máquina de austeros cientistas virou uma máquina de contar estórias para enormes plateias, de geração em geração, durante já quase um século?

BERNARDET, Jean-Claude. O que é Cinema. In BERNARDET, Jean-Claude; ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo, O que é Editora, O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TEXTO II

Edgar Morin define o cinema como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transpor para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador.

GUTFREIND, C. F. O filme e a representação do real. **E-Compós**, v. 6, 11, 2006 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.meioemensagem.com.
Acesso em: 12 jun. 2019 (adaptado).

TEXTO IV

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3 300 salas em 1975, uma para cada 30 000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase 120 milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1 000 salas. Com a expansão dos shopping centers, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2 200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Disponível em: <https://cinemapertodevoce.ancine.gov.br>.
Acesso em: 13 jun. 2019 (fragmento).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Democratização do acesso ao cinema no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANEXO C – Proposta do Enem 2020



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A maior parte das pessoas, quando ouve falar em "saúde mental", pensa em "doença mental". Mas a saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, que todos possuem limites e que não se pode ser tudo para todos. Elas vivem diariamente uma série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração. São capazes de enfrentar os desafios e as mudanças da vida cotidiana com equilíbrio e sabem procurar ajuda quando têm dificuldade em lidar com conflitos, perturbações, traumas ou transições importantes nos diferentes ciclos da vida. A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida.

Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO II

A origem da palavra "estigma" aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. Por extensão, em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro em brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar da sociedade "correta" e "honrada". Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves.

Achar que a manifestação de um transtorno mental é "frescura" está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo. A tentativa de se encaixar nesse modelo cria distância dos sentimentos reais, e quem os demonstra é rotulado, o que progressivamente dificulta a interação social. É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo. Fora dos holofotes da internet, porém, transtornos mentais mostram-se mais presentes do que se imagina.

<http://www.abrata.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: <https://zenklub.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANEXO D – Redações nota mil do Enem 2018

Texto 01: Carolina Mendes Pereira

Em sua canção "Pela Internet", o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados - uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários. Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia. Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos, e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum - já que suas fontes de informações estão direcionadas -, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal.

Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que não pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros.

Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livre-arbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir. Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática. Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino fundamental - uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias -, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

Texto 02: Clara de Jesus

“Black Mirror” é uma série americana que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura. Em um de seus episódios, é apresentado um dispositivo que atua como uma babá eletrônica mais desenvolvida, capaz de selecionar as imagens e os sons que os indivíduos poderiam vivenciar. Não distante da ficção, nos dias atuais, existem algoritmos especializados em filtrar informações de acordo com a atividade “online” do cidadão. Por isso,

torna-se necessário o debate acerca da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet. Isso acontece porque, desde cedo, a criança tem contato com aparelhos tecnológicos que necessitam da disponibilidade de uma rede de navegação, que memoriza cada passo que esse jovem indivíduo dá para traçar um perfil de interesse dele e, assim, fornecer assuntos e produtos que tendem a agradar ao usuário. Dessa forma, o uso da internet torna-se uma imposição viciosa para relações sócio-econômicas.

Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha. Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, do sociólogo Erving Goffman, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado. Tal preceito afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva. Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um “bombardeio” de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado.

Evidencia-se, portanto, uma falsa liberdade de escolha quanto ao que fazer no mundo virtual. Com o intuito de amenizar essa problemática, o Congresso Nacional deve formular leis que limitem esse assédio comercial realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com essa imposição midiática. As escolas, em parceria com as famílias, devem inserir a discussão sobre esse tema tanto no ambiente doméstico quanto no estudantil, por intermédio de palestras, com a participação de psicólogos e especialistas, que debatam acerca de como agir “online”, com o objetivo de desenvolver, desde a infância, a capacidade de utilizar a tecnologia a seu favor. Feito isso, o conflito vivenciado na série não se tornará realidade.

Texto 03: David Klinsman

Para o pensador francês Pierre Bourdieu, “aquilo que foi criado para ser um instrumento de democracia, não deve ser convertido em uma ferramenta de manipulação”. Essa visão, embora correta, não é efetivada no hodierno cenário global, sobretudo no Brasil, posto que se tornou frequente a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet, nas diversas relações cotidianas. Isso ocorre, ora em função do despreparo civil, ora pela inação das esferas governamentais para conter esse dilema. Assim, não de ser analisados tais fatores, a fim de que se possa liquidá-los de maneira eficaz.

A priori, é imperioso destacar que a manipulação da conduta dos usuários, pelo controle dos seus dados nas plataformas virtuais, é fruto do despreparo civil para lidar com a influência das tecnologias. Isso porque, mediante a ausência de uma orientação adequada, os indivíduos são expostos, cotidianamente, a conteúdos selecionados por algoritmos que direcionam os materiais, segundo os gostos pessoais. Esse panorama se evidencia, por exemplo, quando se observa a elaboração superficial de um “ranking” diário de informações em plataformas digitais como “Twitter”, em que o grau de relevância da disposição de conteúdos já é pré-determinado. Logo, é substancial a alteração desse quadro que vai de encontro à possibilidade de escolha inerente ao homem.

Outrossim, é imperativo pontuar que a manipulação dos atos de usuários da internet, devido ao controle de dados desse público, deriva, ainda, da baixa atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Isso se torna mais claro, por exemplo, ao se observar o recente cenário das eleições ocorridas em países da América Latina, como Colômbia, México e Brasil, em que a difusão desordenada de informações equivocadas, sem efetivas intervenções do Estado, induziram o comportamento do eleitor. Ora, se um governo se omite diante uma questão tão importante, entende-se, assim, o porquê de sua continuação. Desse modo, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.

Depreende-se, portanto, a necessidade de se combater a manipulação do comportamento dos usuários pelo controle de dados na internet. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação — ramo do Estado responsável pela formação civil — inserir, nas escolas, desde a tenra idade, a disciplina de Educação Digital, de cunho obrigatório em função da sua necessidade, além de difundir campanhas instrucionais, por meio das mídias de grande alcance, para que o sujeito aja corretamente segundo as próprias necessidades e escolhas. Ademais, o Governo Central deve impor sanções a empresas, em especial as virtuais, que criam perfis de usuários para influenciar suas condutas, por via da instauração de Secretarias planejadas para a atuação no ambiente digital, uma vez que tais plataformas padecem de fiscalizações efetivas, com o fito de minorar o controle de comportamentos por particulares. Quiçá, assim, tal hiato reverter-se-á, sobretudo na perspectiva tupiniquim, fazendo “jus”, deveras, àquilo que fora apregoado pelo pensador francês Bourdieu.

Texto 04: Fabricio Vitorino

A pós o fim da Guerra Fria, em 1990, e o estabelecimento do capitalismo em praticamente todo o mundo, as empresas utilizam-se cada vez mais dos meios midiáticos e da tecnologia para promoverem seus produtos de maneira direcionada e flexibilizada aos consumidores. Com efeito, nota-se crescente número de pessoas consumistas e endividadas, problema agravado na contemporaneidade. Assim, cabe a análise acerca de causas, consequências e possível solução da problemática.

Mormente, é importante ressaltar os fatores que possibilitaram o aumento da influência midiática. Adorno e Horkheimer, dois importantes filósofos da escola de Frankfurt, definiram como indústria cultural a padronização e massificação dos produtos como forma de lucratividade. Tais métodos, aliados às facilidades que a tecnologia traz em rastrear os sites de compras visitados pelo consumidor, permitem a manipulação das pessoas por meio de propagandas direcionadas. Desse modo, como dito por Theodor Adorno, os cidadãos têm a liberdade de escolher sempre a mesma coisa; algo grave, tendo em vista o ferimento do direito de escolha do indivíduo.

Vale também ressaltar os efeitos desse fenômeno. De acordo com uma pesquisa publicada no portal G1, os brasileiros passam cerca de 4 horas diárias conectados à rede. Como grande parte do conteúdo na internet é moldada ao usuário, é cada vez mais comum encontrar pessoas que passam horas assistindo, ouvindo ou lendo coisas de interesse próprio, pois essas pessoas são bombardeadas diariamente com sugestões que atendem ao seu perfil. Dessa maneira, os indivíduos têm sua opinião e comportamento moldados inconscientemente, podendo criar padrões consumistas, algo que gera endividamento e desperdício e precisa mudar urgentemente.

Depreende-se, portanto, que o controle dos dados na internet pode ser muito prejudicial ao cidadão e necessita de mais atenção. O governo federal, como instituição regulamentadora da internet e propaganda, deve criar medidas que controlem e reduzam a publicidade direcionada, por meio da fiscalização e criação de leis que exijam a transparência das empresas. Espera-se, com isso, que os brasileiros possam ter a liberdade de escolha garantida e, assim, sejam menos manipulados pela mídia, como Adorno e Horkheimer defendiam.

Texto 05: Fernanda Carolina Santos

No filme “Matrix”, clássico do gênero ficção científica, o protagonista Neo é confrontado pela descoberta de que o mundo em que vive é, na realidade, uma ilusão construída a fim de manipular o comportamento dos seres humanos, que, imersos em máquinas que mantêm seus corpos sob controle, são explorados por um sistema distópico dominado pela tecnologia. Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características que se assemelham ao atual contexto brasileiro, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm contribuído para alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual.

Em princípio, cabe analisar o papel da internet no controle do comportamento sob a perspectiva do sociólogo contemporâneo Zygmunt Bauman. Segundo o autor, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas. Nesse contexto, possibilita-se a ascensão, no meio virtual, de empresas que se utilizam de algoritmos programados para selecionar o conteúdo a ser exibido aos internautas com base em seu perfil socioeconômico, oferecendo anúncios de produtos e de serviços condizentes com suas recentes pesquisas em sites de busca ou de compras. Verifica-se, portanto, o impacto da mídia virtual na criação de necessidades que fomentam o consumo entre os cidadãos. Ademais, a influência do meio virtual atinge também o âmbito intelectual. Isso ocorre na medida em que, ao ter acesso apenas ao conteúdo previamente selecionado de acordo com seu perfil na internet, o indivíduo perde contato com pontos de vistas que divergem do seu, o que compromete significativamente a construção de seu senso crítico e de sua capacidade de diálogo. Dessa maneira, surge uma massa de internautas alienados e despreocupados em checar a procedência das informações que recebem, o que torna ambiente virtual propício à disseminação das chamadas “fake news”. Assim, faz-se necessária a atuação do Ministério da Educação, em parceria com a mídia, na educação da população — especialmente dos jovens, público mais atingido pela influência digital — acerca da necessidade do posicionamento crítico quanto ao conteúdo exposto sugerido na internet. Isso deve ocorrer por meio da promoção de palestras, que, ao serem ministradas em escolas e universidades, orientem os brasileiros no sentido de buscar informação em fontes variadas, possibilitando a construção de senso crítico. Além disso, cabe às entidades em governamentais a elaboração de medidas que minimizem os efeitos das propagandas que visam incentivar o consumismo. Dessa forma, será possível tornar o meio virtual um ambiente mais seguro e democrático para a população brasileira.

Texto 06: Iohana Freitas

Por consequência da Revolução Científica, o acesso à tecnologia favorece contato com uma farta veiculação de informações, as quais são constantemente manipuladas. Nesse sentido, o controle de dados presente da internet reverbera uma arquitetura de comportamento da

sociedade, sendo imperiosa a ampliação de medidas a fim de minimizar os impactos ocasionados por esse cenário. Ademais, é fulcral ressaltar a ausência de pensamento crítico como causa, bem como os prejuízos sociais fomentados em decorrência disso.

Em primeiro plano, urge analisar a falta de criticismo dos usuários mediante a internet. Nesse contexto, a falta de percepção crítica acerca das informações adquiridas nas redes por parte dos indivíduos implica uma falsa ideia de liberdade de escolha, já que os meios de comunicação definem a noção de mundo dos seus usuários. Com efeito, tal conjuntura é análoga a “menoridade intelectual”, proposta por Kant, a qual caracteriza a falta de autonomia dos indivíduos sobre seus intelectos, uma vez que a sociedade torna-se refém da manipulação de dados da internet e, conseqüentemente, tem seu comportamento moldado.

Outrossim, questões sociais estão intimamente ligadas ao controle de informações na internet. Nesse âmbito, a cegueira moral, fenômeno exposto por José Saramago em sua obra “Ensaio sobre Cegueira”, caracteriza a alienação da sociedade frente às demais realidades sociais, a qual é fomentada pela restrição do pleno acesso à informação pelos meios de comunicação. Dessa feita, as redes sociais propiciam a formação de “bolhas sociais”, de modo a manipular o comportamento do indivíduo, além de restringir sua ideia acerca da conjuntura vivida.

Em síntese, medidas devem ser efetivadas a fim de mitigar os impactos causados pelo controle de dados na internet. Desse modo, as escolas devem promover a educação em informática, por meio de aulas sobre uso consciente da tecnologia e da informação — as quais utilizam computadores e celulares — com vistas a induzir o pensamento crítico desde a infância. Além disso, cabe à sociedade efetivar o uso consciente da internet, por intermédio do policiamento acerca da obtenção de informações, as quais devem ser originadas de fontes confiáveis — com o intuito de assegurar uma mudança de pensamento social. Dessa forma, garantir-se-á o combate à manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Texto 07: Isabel Petrenko

Em “O jogo da imitação”, o personagem Alan Turing prejudica o avanço da Alemanha nazista, quando consegue decifrar os algoritmos correspondentes ao projeto de guerra de Hitler. Diante disso, pode-se observar, desde a segunda metade do século XX, a relevância do conhecimento tecnológico para atingir certos objetivos. Contudo, diferentemente desse contexto, atualmente, utiliza-se, muitas vezes, a tecnologia não para o bem coletivo, como no filme, mas para vantagens individuais, mediante a manipulação de dados de usuários da internet. Destarte, é fundamental analisar as razões que tornam essa problemática uma realidade no mundo contemporâneo.

Em primeiro lugar, cabe abordar a dificuldade de regulação dos sites quanto ao acesso aos dados de quem está inserido no ambiente virtual. Segundo o filósofo Kant, a pessoa é um fim em si mesma, e não um meio de conseguir atingir interesses particulares. Nesse sentido, rompe-se com tal lógica humanista ao verificar-se que, hoje, muitas empresas transformam o consumidor em um instrumento de lucro. Isso ocorre porque os entraves para o controle da manipulação, caracterizados pela dificuldade de identificação dos agentes de tal ação, inviabilizam a proteção dos usuários, sobretudo nas redes sociais, que são o principal elo de ligação das pessoas com as empresas e suas propagandas publicitárias. Por conseguinte, os

indivíduos são bombardeados por anúncios, que contribuirão para traçar perfis individuais, direcionar o consumo e, ainda, influenciar as escolhas e os gostos de cada um.

Ademais, outro fator a salientar é a falta de informação no que tange à internet. Com o advento da Terceira Revolução Industrial, nota-se uma população cada vez mais rodeada de tecnologia, porém, despreparada para lidar com ela. Percebe-se, em grande parte das instituições de ensino, que a educação é incompleta, visto que, apesar de, desde a infância, ter contato com computadores e celulares, a criança cresce sem saber discernir corretamente quais dados podem ser públicos e como protegê-los de sistemas inteligentes. Logo, é mister providenciar uma reconfiguração no ensino para formar indivíduos conscientes dos riscos que a internet pode oferecer.

Torna-se evidente, portanto, que a manipulação do comportamento do usuário é nociva ao direito dele à privacidade. Assim, cabe ao Executivo combater a manipulação de dados, mediante o investimento no Ministério de Ciência e Tecnologia, que aprimorará a fiscalização dos sistemas virtuais das empresas e desenvolverá um setor de tecnologia da informação, rumo à ampla proteção dos usuários do ambiente cibernético. Outrossim, compete ao Legislativo inserir na grade curricular disciplinas como Informática e Educação Tecnológica, por meio da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual permitirá um suporte de ensino sobre as ameaças aos dados virtuais e sobre como lidar com as redes sociais, a fim de criar uma maior preocupação com a segurança das informações. Dessa forma, será possível construir uma sociedade mais autônoma e menos guiada pelos interesses empresariais.

Texto 08: Isabella Campolina

Em meados do século XX, durante o período da Segunda Guerra Mundial, foi desenvolvida a internet. A princípio, tal ferramenta tinha como objetivo facilitar a comunicação bélica e, por isso, era restrita a um determinado grupo de pessoas. Entretanto, após o término da guerra a internet foi difundida e alcançou novos públicos. Além disso, foram atribuídas novas funções à ferramenta que contribuíram para sua popularização. Atualmente, a tecnologia virtual faz parte da vida da maior parte da população brasileira, seja para lazer, seja para trabalho. Contudo, embora a internet ofereça acesso a todo tipo de conteúdo, ela se vale de mecanismos de controle de dados que manipulam a disposição das informações. Dessa maneira, em razão do Capitalismo e do ensino tradicionalista, a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da internet torna-se evidente e problemático.

Em primeiro plano, o sistema econômico capitalista corrobora o problema, na medida em que se vale do ambiente virtual para obter lucro com o desenvolvimento do comércio online. Isso pode ser verificado com o aumento de lojas e, conseqüentemente, de propagandas virtuais. Com isso, foram desenvolvidos padrões de rastreamento de dados do usuário a fim de personalizar as propagandas de acordo com o tipo de consumidor. Esse mecanismo contribui para o aumento das vendas, já que o indivíduo é sutilmente persuadido a comprar um produto que, provavelmente, já o interessava. Dessa forma, cada cidadão é afetado diretamente por mecanismos de venda e nem sempre tem conhecimento disso, prejudicando, pois, a democracia pela restrição indireta da liberdade individual.

Ademais, o falho sistema de ensino — no que diz respeito às novas tecnologias — contribui para ocorrência do problema. Isso se confirma com a permanência de um ensino tradicionalista, que exclui os aparelhos tecnológicos da rotina escolar, em oposição à constante

modernização dos aparelhos. Estes, ao invés de serem incorporados à vida escolar para serem compreendidos e ressignificados como ferramentas úteis ao conhecimento, são duramente combatidos das salas de aula por serem majoritariamente utilizados para entretenimento. Assim, sem o conhecimento a respeito das possíveis maneiras de se usar internet e dos mecanismos nela presentes, o usuário torna-se vulnerável diante da manipulação dos seus dados, o que prejudica harmonia social do espaço virtual e, por consequência, a plena vivência da cidadania.

Logo, a fim de mitigar o problema é preciso isto: que o Ministério da Educação integre à grade curricular o ensino sobre o uso seguro e consciente da internet por meio da realização de projetos que expliquem e exemplifiquem como o controle de dados é feito e como isso afeta o indivíduo. Tal ação deverá alertar os cidadãos para que eles se tornem mais autônomos ao usar a ferramenta. Além disso, o Governo Federal deve criar campanhas que sejam veiculadas às mídias abordando o tema em questão. Dessa maneira, a parcela da população que não frequenta mais a escola também é informada e alertada para se precaver.

Texto 09: Ívina Araújo

Em um dos episódios da série televisiva “Black Mirror “, é retratada a aceitação de padrões de comportamentos na Internet pelo indivíduo como uma forma de ser aceito pela sociedade mesmo que, muitas vezes, este discorde daqueles. De maneira similar à realidade, nota-se que, no Brasil, a questão da manipulação dos usuários no ambiente virtual em nada difere do enredo ficcional citado, pois a falta de um questionamento contundente pelas esferas midiático e social acerca da temática é uma marca constante neste país. Diante disso, é imprescindível discutir novas metodologias ativas no intuito de estimular o desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos e eliminar as mazelas trazidas pela problemática.

Nesse sentido, observa-se a influência midiática na atual conjuntura, já que, desde a Revolução Técnico-Científica, com a criação de artigos tecnológicos de preço acessível e que possibilitam o acesso a informações em escala global, até a contemporaneidade, com a popularização dessas tecnologias devido ao surgimento das redes sociais, por exemplo, nota-se que o indivíduo encontrou nesses produtos uma forma de expressar seus pensamentos e de ter acesso a conhecimentos variados. Todavia, ao mesmo tempo em que a mídia proporciona essa liberdade também a limita, utilizando para isso o emprego de algoritmos que regulam o fluxo de informações que chegam os usuários, a exemplo da plataforma digital Netflix. Por conseguinte, há a criação de uma “bolha “, em que os indivíduos possuem acesso apenas a conteúdos de seu interesse, o que interfere negativamente na formação do seu pensamento por não abordar integralmente os assuntos existentes. Desse modo, o jovem, por ainda estar construindo sua personalidade, é facilmente suscetível a adquirir os conteúdos sem o devido questionamento, impossibilitando o pleno desenvolvimento de seu senso crítico.

Nessas circunstâncias, deve-se ressaltar a importância econômica da problemática. Em face disso, Adorno traz em seus trabalhos o conceito de Indústria Cultural, em que há uma objetificação do homem pela mídia, passando este a seguir os comportamentos ditados pela seara midiática. Seguindo essa linha de pensamento, as empresas que utilizam os dados dos usuários presentes na Internet para promover seus produtos estariam interessadas não no bem-estar do indivíduo, mas nas benesses econômicas, promovendo a circulação de ideias e mercadorias com ausência de um conteúdo crítico, permitindo com isso a massificação desses comportamentos. Dessa maneira, entende-se essa questão como uma problemática cuja resolução deve ser imediata.

Destarte, é mister a união entre a seara midiática e a sociedade afim de mostrar a essencialidade da reeducação dos cidadãos para a eliminação dessa prática na sociedade. Para tanto, a mídia, em parceria com as instituições privadas, deve reformular os algoritmos presentes nos meios midiáticos, adotando formas mais abrangente de disponibilizar os conteúdos de forma integral nas mídias, no intuito de proporcionar uma maior variedade de opções aos indivíduos. Ademais, em sinergia com a sociedade, deve propor a discussão da temática mediante a criação de campanhas publicitárias e programa de debates, em busca de estimular o indivíduo a desenvolver o seu senso crítico e instigar a busca de conhecimento de forma mais completa. Só assim será possível evitar que casos, como da série “Black Mirror”, venham a ocorrer.

Texto 10: Jamille Borges

A série britânica “Black Mirror” é caracterizada por satirizar a forma como a tecnologia pode afetar a humanidade. Dentre outros temas, o seriado aborda a influência dos algoritmos na opinião e no comportamento das personagens. Fora da ficção, os efeitos do controle de dados não são diferentes dos da trama e podem comprometer o senso crítico da população brasileira. Assim, faz-se pertinente debater acerca das consequências da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Por um lado, a utilização de algoritmos possui seu lado positivo. A internet surgiu no período da Guerra Fria, com o intuito de auxiliar na comunicação entre as bases militares. Todavia, com o passar do tempo, tal ferramenta militar popularizou-se e abandonou, parcialmente, a característica puramente utilitária, adquirindo função de entretenimento. Hoje, a internet pode ser utilizada para ouvir músicas, assistir a filmes, ler notícias e, também, se comunicar. No Brasil, por exemplo, mais da metade da população está “conectada” – de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, o que significa a consolidação da internet no país e, nesse contexto, surge a relevância do uso de dados para facilitar tais ações.

Por outro lado, o controle de dados ressalta-se em seu lado negativo. Segundo o sociólogo Pierre Levy, as sociedades modernas vivem um fenômeno por ele denominado “Novo Dilúvio” – termo usado para caracterizar a dificuldade de “escapar” do uso da internet. Percebe-se que o conceito abordado materializa-se em apontamentos do IBGE, os quais expõem que cerca de 85% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade utilizaram a ferramenta em 2016. Tal quadro é preocupante quando atrelado aos algoritmos, pois estes causam, principalmente, nos jovens a redução de sua capacidade crítica – em detrimento de estarem sempre em contato com informações unilaterais, no tocante ao ponto de vista, e pouco distoantes de suas próprias vivências e opiniões -, situação conhecida na Sociologia como “cognição preguiçosa” – a qual culmina na manipulação do ser.

Entende-se, portanto, que é necessário que a população entenda os riscos do controle de dados. Desse modo, cabe às escolas desenvolverem a percepção dos perigos da “cognição preguiçosa” para a formação da visão de mundo dos seus alunos, mediante aulas de informática unidas à disciplina de Sociologia – voltadas para uma educação não só técnica, mas social das novas tecnologias -, a fim de ampliar nos jovens o interesse por diferentes opiniões e, conseqüentemente, reduzir os efeitos adversos da problemática. Posto isso, será superado o controle do comportamento do usuário e não mais viveremos em um Brasil análogo à trama de “Black Mirror”.

Texto 11: Laís Mesquita

A maior parte da população mundial do século XXI tem acesso à internet, porém esse limitado devido ao uso que “sites” e aplicativos dão aos dados de seus usuários. Tais informações, em geral, são usadas para restringir o contato destes apenas àquilo que se alinha ao pensamento deles e para difundir padrões e atitudes dominantes, manipulando, portanto, o comportamento de seus usuários.

Em primeira análise, a restrição do acesso a informações ocorre por meio da disponibilização ao usuário apenas daquilo que está associado a conteúdos que foram bem avaliados por ele. As consequências disso foram mostradas em um episódio da série “Black Mirror”, no qual um professor separou a turma em dois grupos e forneceu a cada um informações diferentes sobre o mesmo assunto. Ao colocar os alunos para debater, conflitos surgiram, pois cada grupo tomou as informações que recebeu como verdade absoluta. Isso mostra que o acesso a informações selecionadas pode influenciar comportamentos negativamente.

Ademais, o controle de dados impulsiona a indústria cultural, teoria criada pelos sociólogos Adorno e Horkheimer. Segundo esta, a cultura de determinado local é substituída por uma que se sobressai, fenômeno intensificado pelo controle de dados, uma vez que os elementos da cultura ser difundida são vinculados a postagem com conteúdo de interesse do usuário. Isso causa perda de identidade dos povos devido ao desapego a tradições e símbolos da cultura destes em prol de uma cultura única.

Tendo em vista a problemática debatida, fica evidente que medidas devem ser tomadas. Cabe, então, aos desenvolvedores de “sites” e de aplicativos a não restrição de informações e a desvinculação de padrões culturais estrangeiros a postagens. Isso deve ser feito por meio do fim de algoritmos que enquadrem os usuários em perfis e que valorizam elementos de outras culturas em detrimento da cultura destes. Assim, eles terão amplo acesso aos conteúdos disponíveis na internet sem abandonar as suas tradições, ajudando a reverter a teoria da indústria cultural e a situação apresentada em “Black Mirror”.

Texto 12: Laura Elisa Viana

O Marco Civil da Internet, lei aprovada em 2014, assegura aos cidadãos brasileiros direitos e deveres referentes ao uso dos espaços virtuais na contemporaneidade. Embora seja uma importante conquista por reiterar a liberdade de expressão e o direito à privacidade, essa legislação está ameaçada pela manipulação do comportamento dos usuários pelo controle de dados na internet, prática que favorece os interesses de grupos empresariais e políticos. Nesse cenário, a falsa liberdade de escolha e a padronização dos pensamentos emergem como empecilhos para a manutenção de uma sociedade dialógica e igualitária.

Em primeiro plano, torna-se evidente que a massificação de um padrão cultural restringe progressivamente o espaço da individualidade, do inovador e do diferente, limitando e padronizando as opções subjetivas individuais. Com efeito, o filósofo T. Adorno identificou a ascensão da indústria cultural, que busca transformar elementos da cultura erudita para padronizá-los e, assim, estabelecer uma relação de dependência entre produtor e receptor que exclui as particularidades de um contexto multilateral. Em decorrência disso, o mundo globalizado reforça, por meio de propagandas direcionadas de acordo com os dados pessoais

de cada usuário, uma cultura ideologicamente predominante, minimizando o apoio a qualquer tipo de movimento contracultural.

Nesse mesmo viés, soma-se à padronização cultural a dominação ideológica, que condiciona o pensamento dos cidadãos inseridos no mundo virtual aos objetivos de agentes detentores do poder, os quais podem decidir sobre conteúdos que devem ou não ser veiculados nas redes sociais. Tal reificação do usuário, tratado como um banco de dados a ser manipulado, amplia o que o sociólogo Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica: uma engrenagem conservadora, hodiernamente representada, também, pela internet, responsável por manter o prestígio e a soberania das classes dominantes em detrimento do respeito aos direitos dos oprimidos.

Diante desse panorama, antes que a internet seja transformada em instrumento de manipulação, é preciso intervir. Logo, cabe ao Ministério da Educação abordar a importância dos múltiplos pontos de vista na esfera virtual, mediante palestras, projetos e debates, a fim de mitigar a homogeneização das manifestações individuais, uma vez que o convívio social implica diálogo e consenso. Além disso, faz-se necessário que o Estado amplie a fiscalização do uso de informações pessoais por corporações políticas e empresariais, por intermédio da criação de órgãos de denúncia online, os quais inserirão os usuários nesse processo, com a finalidade de controlar o domínio elitista sobre os limites e possibilidades do indivíduo. Desse modo, o Brasil poderá vivenciar aquilo que o Marco Civil determinou: igualdade e segurança no paralelo universo virtual, indissociável da realidade do século XXI.

Texto 13: Livia Taumaturgo

Segundo as ideias do sociólogo Habermas, os meios de comunicação são fundamentais para a razão comunicativa. Visto isso, é possível mencionar que a internet é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, o meio virtual tem sido utilizado, muitas vezes, para a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados, podendo induzir o indivíduo a compartilhar determinados assuntos ou a consumir certos produtos. Isso ocorre devido à falta de políticas públicas efetivas que auxiliem o indivíduo a “navegar”, de forma correta, na internet, e à ausência de consciência, da grande parte da população, sobre a importância de saber utilizar adequadamente o meio virtual. Essa realidade constituiu um desafio a ser resolvido não somente pelos poderes públicos, mas também por toda a sociedade.

No contexto relativo à manipulação do comportamento do usuário, pode-se citar que, no século XX, a Escola de Frankfurt já abordava sobre a “ilusão de liberdade do mundo contemporâneo”, afirmando que as pessoas eram controladas pela “indústria cultural”, disseminada pelos meios de comunicação de massa. Atualmente, é possível traçar um paralelo com essa realidade, visto que milhões de pessoas no mundo são influenciadas e, até mesmo, manipuladas, todos os dias pelo meio virtual, por meio de sistemas de busca ou de redes sociais, sendo direcionadas a produtos específicos, o que aumenta, de maneira significativa, o consumismo exacerbado. Isso é intensificado devido à carência de políticas públicas efetivas que auxiliem o indivíduo a “navegar” corretamente na internet, explicando-lhe sobre o posicionamento do controle de dados e ensinando-lhe sobre como ser um consumidor consciente.

Ademais, é importante destacar que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização, de forma correta, da internet, visto que as instituições formadoras de

conceitos morais e éticos não têm preconizado, como deveriam, o ensino de uma "polarização digital", como faz o projeto Digipo ("Digital Polarization Initiative"), o qual auxilia os indivíduos a acessarem páginas comparáveis e, assim, diminui, o compartilhamento de notícias falsas, que, muitas vezes, são lançadas por moderadores virtuais. Nesse sentido, como disse o empresário Steve Jobs, "A tecnologia move o mundo", ou seja, é preciso que medidas imediatas sejam tomadas para que a internet possa ser usada no desenvolvimento da sociedade, ajudando as pessoas a se comunicarem plenamente.

Portanto, cabe aos Estados, por meio de leis e de investimentos, com um planejamento adequado, estabelecer políticas públicas efetivas que auxiliem a população a "navegar", de forma correta, na internet, mostrando às pessoas a relevância existente em utilizar o meio virtual racionalmente, a fim de diminuir, de maneira considerável, o consumo exacerbado, que é intensificado pela manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados. Além disso, é de suma importância que as instituições educacionais promovam, por meio de campanhas de conscientização, para pais e alunos, discussões engajadas sobre a imprescindibilidade de saber usar, de maneira cautelosa, a internet, entendendo a relevância de uma "polarização digital" para a concretização da razão comunicativa, com o intuito de utilizar o meio virtual para o desenvolvimento pleno da sociedade.

Texto 14: Lucas Felpi

No livro "1984" de George Orwell, é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo, a fim de moldar a opinião pública a favor dos governantes. Nesse sentido, a narrativa foca na trajetória de Winston, um funcionário do contraditório Ministério da Verdade que diariamente analisa e altera notícias e conteúdos midiáticos para favorecer a imagem do Partido e formar a população através de tal ótica. Fora da ficção, é fato que a realidade apresentada por Orwell pode ser relacionada ao mundo cibernético do século XXI: gradativamente, os algoritmos e sistemas de inteligência artificial corroboram para a restrição de informações disponíveis e para a influência comportamental do público, preso em uma grande bolha sociocultural.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, em função das novas tecnologias, internautas são cada vez mais expostos a uma gama limitada de dados e conteúdos na internet, consequência do desenvolvimento de mecanismos filtradores de informações a partir do uso diário individual. De acordo com o filósofo Zygmund Baüman, vive-se atualmente um período de liberdade ilusória, já que o mundo globalizado não só possibilitou novas formas de interação com o conhecimento, mas também abriu portas para a manipulação e alienação semelhantes vistas em "1984". Assim, os usuários são inconscientemente analisados pelos sistemas e lhes é apresentado apenas o mais atrativo para o consumo pessoal.

Por conseguinte, presencia-se um forte poder de influência desses algoritmos no comportamento da coletividade cibernética: ao observar somente o que lhe interessa e o que foi escolhido para ele, o indivíduo tende a continuar consumindo as mesmas coisas e fechar os olhos para a diversidade de opções disponíveis. Em um episódio da série televisiva *Black Mirror*, por exemplo, um aplicativo pareava pessoas para relacionamentos com base em estatísticas e restringia as possibilidades para apenas as que a máquina indicava – tornando o usuário passivo na escolha. Paralelamente, esse é o objetivo da indústria cultural para os pensadores da Escola de Frankfurt: produzir conteúdos a partir do padrão de gosto do público, para direcioná-lo, torná-lo homogêneo e, logo, facilmente atingível.

Portanto, é mister que o Estado tome providências para amenizar o quadro atual. Para a conscientização da população brasileira a respeito do problema, urge que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) crie, por meio de verbas governamentais, campanhas publicitárias nas redes sociais que detalhem o funcionamento dos algoritmos inteligentes nessas ferramentas e advertam os internautas do perigo da alienação, sugerindo ao interlocutor criar o hábito de buscar informações de fontes variadas e manter em mente o filtro a que ele é submetido. Somente assim, será possível combater a passividade de muitos dos que utilizam a internet no país e, ademais, estourar a bolha que, da mesma forma que o Ministério da Verdade construiu em Winston de “1984”, as novas tecnologias estão construindo nos cidadãos do século XXI.

Texto 15: Luisa Leite

A Revolução Técnico-Científico-Informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora esse movimento de modernização tecnológica tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, tal processo é acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia. Tendo em vista que o uso de informações privadas de internautas pode induzi-los a adotar comportamentos intolerantes ou aderir a posições políticas, é imprescindível buscar alternativas que inibam essa manipulação comportamental no Brasil.

A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam ser habituados a convivência com diferentes. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vistas, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. Esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, conforme defendido por Arendt, o que reforça condutas intransigentes como a discriminação.

Em seguida, é relevante examinar como o controle sobre o conteúdo que é veiculado em sites favorece a adesão dos internautas a certo viés ideológico. Tendo em vista que os servidores de redes sociais como a “Facebook” e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo. Em posse dessa informação, as empresas de tecnologia podem privilegiar a veiculação de notícias, inclusive daquelas de procedência não confirmada, com o fito de reforçar as posições políticas do usuário, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia. Constata-se, assim, a possibilidade de manipulação ideológica na rede.

Portanto, fica evidente a necessidade de combater o uso de informações pessoais por empresas de tecnologia. Para tanto, é dever do Poder Legislativo aplicar medidas de caráter punitivo às companhias que utilizarem dados privados para a filtragem de conteúdos em suas redes. Isso seria efetivado por meio da criação de uma legislação específica e da formação de uma comissão parlamentar, que avaliará as situações do uso indevido de informações pessoais. Essa proposta tem por finalidade evitar a manipulação comportamental de usuários e, caso aprovada, certamente contribuirá para otimizar a experiência dos brasileiros na internet.

Texto 16: Maria Eduarda Fionda

Da ficção à realidade

George Orwell, em sua célebre obra “1984”, descreve uma distopia na qual os meios de comunicação são controlados e manipulados para garantir a alienação da população frente a um governo totalitário. Entretanto, apesar de se tratar de uma ficção, o livro de Orwell parece refletir, em parte, a realidade do século XXI, uma vez que, na atualidade, usuários da internet são constantemente influenciados por informações previamente selecionadas, de acordo com seus próprios dados. Nesse contexto, questões econômicas e sociais devem ser postas em vigor, a fim de serem devidamente compreendidas e combatidas.

Convém ressaltar, em primeiro plano, que o problema advém, em muito, de interesses econômicos. Segundo o sociólogo alemão Theodor Adorno, a chamada “Indústria Cultural”, visando o lucro, tende a massificar e uniformizar os gostos a partir do uso dos meios de comunicação. Sob esse viés, é possível depreender que a utilização de dados dos internautas por determinados grupos empresariais constitui uma estratégia de divulgação de produtos e pensamentos conforme seus interesses. Dessa maneira, ocorre a seleção de informações e propagandas favoráveis a essas empresas, levando o usuário a agir e consumir inconscientemente, de acordo com padrões estabelecidos por esses grupos.

Outrossim, o mau uso das novas tecnologias corrobora com a perpetuação dessa problemática. Sob a ótica do teórico da comunicação Marshall McLuhan, “os homens criam as ferramentas e as ferramentas recriam o homem”. Nessa perspectiva, é perceptível que o advento da internet, apesar de facilitar o acesso à informações, contribui com a diminuição do senso crítico acerca do conteúdo visualizado nas redes. Isso ocorre, principalmente, por conta do bombardeamento constante de propagandas e notícias, muitas vezes, sem a devida profundidade e sem o acompanhamento de análises de veracidade. Consequentemente, os internautas são cada vez menos estimulados a questionar o conteúdo recebido, culminando, então, em um ambiente favorável à manipulação de comportamentos.

É possível defender, portanto, que impasses econômicos e sociais constituem desafios a superar. Para tanto, o Poder Público deve restringir o acesso de empresas a dados pessoais de usuários da internet, por meio da elaboração de uma legislação eficaz referente ao problema. Ademais, a mídia, associada a ONGs, deve alertar a população sobre as mazelas de não questionar o conteúdo acessado em rede, por meio de campanhas educativas. Isso pode ocorrer com a realização de narrativas ficcionais engajadas, como novelas e seriados, e reportagens que tratem do tema, a fim de contribuir com o uso crítico das novas tecnologias. Assim, será possível restringir, de fato, a distopia de Orwell à ficção.

Texto 17: Maria Fernanda Brandão

De acordo com o filósofo alemão Arthur Schopenhauer, “o homem toma os limites do seu próprio campo de visão como os limites do mundo”. Atualmente, essa conduta é potencializada pela seleção parcial dos dados expostos na internet decorrente da influência global das indústrias capitalistas. Tal realidade, uma vez desconhecida pela população, pode influenciar e manipular o comportamento do usuário de maneira despercebida e prejudicar o seu senso crítico, inibindo, assim, a plena liberdade de escolha. Diante disso, faz-se necessária a adoção de medidas capazes de assegurar esse direito civil aos brasileiros.

A princípio, é importante ressaltar a intrínseca relação entre a alienação e a interferência na conduta do indivíduo. De fato, o processo de filtração dos dados expostos virtualmente é desconhecido em parte, senão todo, pela população. Nesse contexto, segundo o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein, só existe opção quando há informação. Sob essa ótica, observa-se que o indivíduo, ao ser privado — mesmo que parcialmente — do conhecimento, não possui as ferramentas fundamentais para tomar uma decisão consciente. Por conseguinte, os usuários da internet, com sentimento de liberdade ilusório, assumem comportamentos não naturais, mas sim induzidos pela seleção das informações disseminadas.

Vale analisar, ainda, a influência das empresas multinacionais e internacionais como fator preponderante para a manipulação do indivíduo a partir dos conteúdos expostos. Nesse viés, o fenômeno da “Aldeia Global”, proposto pelo filósofo canadense Marshall McLuhan, expressa a ideia de que, com a dinamização dos meios de comunicação, evidencia-se o constante acesso a novos conhecimentos. Contudo, em vista do poder do capital sobre tais meios, esse processo tende a priorizar a disseminação de dados os quais convém serem expostos em consonância com os interesses empresariais. Com efeito, percebe-se um entrave para a democracia virtual, pois diretrizes privadas não precisam, necessariamente, atender ao papel social do acesso pleno à informação. Dessa forma, os internautas são vistos apenas como potenciais consumidores e, com o uso de propagandas e notícias filtradas, tornam-se peões no jogo chamado “capitalismo”, no qual os jogadores são as empresas e o prêmio é o lucro.

Fica claro, portanto, que medidas são necessárias a fim de atenuar a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Logo, é imperativo que o Ministério da Educação, junto aos veículos midiáticos, mobilize-se por meio de palestras e campanhas sociais as quais atentem para a filtração virtual das informações. Isso ocorrerá com o propósito de aprimorar o senso crítico da população e, então, reduzir a influência das empresas globais sobre suas ações. Ademais, cabe ao Legislativo brasileiro propor leis de regulamentação com o intuito de promover a democracia nos meios de comunicação. A partir dessas intervenções, será possível que os brasileiros enxerguem o mundo sem os limites impostos por sua visão ou pela seleção de conteúdos na internet.

Texto 18: Mariana Oliveira

Consoante o filósofo Jean Jacques Rousseau, “o homem nasce livre e por toda parte encontra-se acorrentado”. A partir dessa ideia, infere-se que, apesar de o ser humano possuir a liberdade de escolher produtos e gostos, é, na atualidade, manipulado pelo controle de dados na internet, que tem exercido coerção sobre o comportamento do indivíduo. Tal problemática ocorre devido, entre outros fatores, à ausência de informação e à falta de fiscalização desses mecanismos.

Nesse sentido, o desconhecimento sobre o assunto corrobora a existência do problema. Diante desse fato, a obra “1984”, do escritor George Orwell, apresenta uma sociedade na qual há uma manipulação exercida pelo “grande irmão”. De maneira análoga, nos dias atuais, o controle dos gostos e o estímulo ao consumo exacerbado, por meio de propagandas e de notícias nas redes sociais, além da divulgação de produtos e de serviços na internet, moldam o comportamento da população de acordo com o que é desejado. Nesse cenário, a ausência não só de campanhas informativas nas mídias sociais, como também de debates e de palestras nas escolas e nas comunidades, dificulta o esclarecimento e o desenvolvimento crítico dos indivíduos, logo, torna-se árduo reverter a situação.

Ademais, a ineficácia de mecanismos de fiscalização do controle de dados também agrava essa problemática. Segundo o conceito de indústria cultural, dos sociólogos Theodor Adorno e Max Horkheimer, há uma massificação da cultura como forma de padronização do ser humano, com a escolha de produtos criados próprios para o mercado. Nessa perspectiva, seguindo esse viés, nota-se que a internet faz uso dessa ideia, uma vez que, muitas vezes, busca introduzir no indivíduo, de forma coercitiva e generalizada, noções prontas que atendam às exigências dos meios de manipulação. Desse modo, a ineficácia de leis que fiscalizem e que regulamentem essas intenções, como o Marco Civil da Internet no Brasil, contribui para a perpetuação desse quadro deletério.

Portanto, a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet é um problema que aflige a sociedade atual e que necessita ser combatido. Para tanto, é dever do Estado, por meio do Ministério da Educação e de suas secretarias e em parceria com as famílias, inserir nas escolas públicas e nas privadas, desde as séries iniciais, a educação digital, com a inserção não só de aulas na grade curricular, mas também de debates e de palestras com especialistas no assunto, com o intuito de desenvolver senso crítico dos indivíduos, para que esses possam adquirir discernimento e serem capazes de tomar decisões. Outrossim, é fundamental que o governo federal, por intermédio de parcerias público-privadas, amplie a fiscalização dos mecanismos de manipulação, ao tornar efetivas leis como as do Marco Civil da Internet, a fim de dissolver esse mal e de gerar homens livres de suas próprias escolhas.

Texto 19: Matheus Cardoso

O advento da internet possibilitou o avanço das formas de comunicação e permitiu maior acesso à informação. No entanto, a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema. Apesar dos esforços para coibir essa prática, o combate a manipulação de usuários por meio de controle de dados representa um enorme desafio. Pode-se dizer, então, que a negligência por parte do governo e a forte mentalidade individualista dos empresários são os principais responsáveis pelo quadro.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a venda de dados pessoais e a manipulação do comportamento nas redes. Segundo o pensador Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários que desejam direcionar suas propagandas. Dessa forma, a opinião dos consumidores é influenciada, e o direito à liberdade de escolha ameaçado.

Outrossim, a busca pelo ganho pessoal acima de tudo também pode ser apontado como responsável pelo problema. De acordo com o pensamento marxista, priorizar o bem pessoal em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade. Ao vender dados particulares e manipular o comportamento de usuários, empresas invadem a privacidade dos indivíduos e ferem importantes direitos da população em nome de interesse individuais. Desse modo, a união da sociedade é essencial para garantir o bem-estar coletivo e combater o controle de dados e a manipulação do comportamento no meio digital.

Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil. Sendo assim, o governo federal, como instância máxima de administração executiva, deve atuar em favor da população, através da criação de leis que

proibam a venda de dados dos usuários, a fim de que empresas que utilizam essa prática sejam punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada. Além disso, a sociedade, como conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e sociais, deve atuar em conjunto e combater a manipulação e o controle de informações, por meio de boicotes e campanhas de mobilização, para que os empresários então se pressionados pela população e sejam obrigados a abandonar a prática. Afinal, conforme afirmou Rousseau: “a vontade geral deve emanar de todos para ser aplicada a todos”.

Texto 20: Vanessa Tude

O mundo conheceu novos equipamentos ao longo do processo de industrialização, com destaque para os descobrimentos da Terceira Revolução Industrial, que possibilitou a expansão dos meios de comunicação e controle de dados em inúmeros países. Entretanto, as ferramentas recém descobertas foram utilizadas de forma inadequada, como por exemplo, durante a Era Vargas. Com efeito, a má utilização dessas tecnologias contribui com a manipulação comportamental dos usuários que se desenvolve devido não só à falta de informação popular como também à negligência governamental.

Primeiramente, vale ressaltar o efeito que a falta de informação possui na manipulação das pessoas. Consoante à Teoria do Habitus elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, a sociedade possui padrões que são impostos, naturalizados e, posteriormente, reproduzidos pelos indivíduos. Nessa perspectiva, a possibilidade da coleta de dados virtuais, como sites visitados e produtos pesquisados, por grandes empresas ocasiona a divulgação de propagandas específicas com o fito de induzir a efetivação da compra da mercadoria anunciada ou estimular um estilo de vida. Assim, o desconhecimento dessa realidade permite a construção de uma ilusão de liberdade de escolha que favorece unicamente às empresas. Dessa forma, medidas são necessárias para alterar a reprodução, prevista por Bourdieu, dessas estratégias comerciais que afetam negativamente inúmeros indivíduos.

Ademais, a influência de milhares de usuários se dá pela negligência e abuso de poder governamental. Durante a Era Vargas, a manipulação comportamental dos brasileiros foi uma realidade a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda que possuía a função de fiscalizar os conteúdos que seriam divulgados nos meios de comunicação usando o controle da população. Nos dias atuais, com o auxílio da internet, as pessoas estão mais expostas, uma vez que o governo possui acesso aos dados e históricos de navegação que possibilitam a ocorrência de uma obediência influenciada como ocorreu na Era Vargas. Desse modo, urge a extrema necessidade de alterações estruturais para a ocorrência de uma liberdade comportamental de todos.

Impende, portanto, que a manipulação do comportamento através do controle de dados na internet deixe de ser realidade. Nesse sentido, cabe ao Governo, por meio do aumento da parcela de investimentos com prioridade, fiscalizar e punir instituições que utilizem essa estratégia de direcionamento através de multas e aumento na cobrança de impostos. Essa iniciativa tem a finalidade de propor o uso adequado das tecnologias descobertas durante, e posteriormente, a Terceira Revolução Industrial e, conseqüentemente, erradicar a manipulação comportamental dos indivíduos através dos dados coletados na internet.

ANEXO E – Redações nota mil do Enem 2019

Texto 01: Alana Miranda Delfino

Ao longo do processo de formação da sociedade, o pensamento cinematográfico consolidou-se em diversas comunidades. No início do século XX, com os regimes totalitários, por exemplo, o cinema era utilizado como meio de dominação à adesão das massas ao governo. Embora o cinema tenha se popularizado, posteriormente, como entretenimento, nota-se, na contemporaneidade, a sua limitação social, em virtude do discurso elitizado que o compõe e da falta de acesso por parte da população. Essa visão negativa pode ser significativamente minimizada, desde que acompanhada da desconstrução coletiva, junto à redução do custo do ingresso para a maior acessibilidade.

Em primeira análise, é evidente que a herança ideológica da produção cinematográfica, como um recurso destinado às elites, conservou-se na coletividade e perpetuou a exclusão de classes inferiores. Nessa perspectiva, segundo Michel Foucault, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem que cria mecanismos de controle e coerção, os quais aumentam a subordinação. Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido, na modernidade, moldou o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, o que enfraquece o princípio de que todos indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento. Desse modo, com a concepção instituída da produção cinematográfica como diversão das camadas altas, o cinema adquire o caráter elitista, o qual contribui com a exclusão do restante da população.

Além disso, uma comunidade que restringe o acesso ao cinema, por meio do custo de ingressos, representa um retrocesso para a coletividade que preza por igualdade. Nesse sentido, na teoria da percepção do estado da sociedade, de Émile Durkheim, sociólogo francês, abrangem-se duas divisões: "normal e patológico". Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que um ambiente patológico, em crise, rompe com o seu desenvolvimento, visto que um sistema desigual não favorece o progresso coletivo. Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço — que não leva em consideração a renda regional —, a democratização torna-se inviável.

Depreende-se, portanto, a relevância da igualdade do acesso ao cinema no Brasil. Para que isso ocorra, é necessário que o Estado proporcione a redução coerente do custo de ingressos por região, junto à difusão da importância da produção cinematográfica no cotidiano, nos meios de comunicação, por meio de anúncios, a fim de colaborar com o acesso igualitário. Ademais, a instituição educacional deve proporcionar aos indivíduos uma educação voltada à democratização coletiva do cinema, como entretenimento destinado às elites, por intermédio de debates e palestras, na área das Ciências Humanas, como forma de esclarecimento populacional. Assim, haverá um ambiente estável que colabore com a acessibilidade geral ao cinema no país."

Texto 02: Aldillany Maria Rodrigues

"A Constituição brasileira de 1988 assegura a todos os indivíduos do amplo acesso aos bens culturais do país. No entanto, na prática, tal garantia é deturpada, visto que o contato com a cultura — por meio dos cinemas — não se encontra efetivado na sociedade nacional. Esse cenário nefasto ocorre não só em razão do deficitário incentivo à valorização cultural nas escolas, mas também devido à excessiva mercantilização da cultura. Logo, faz-se imperiosa a

análise dessa conjuntura, com o intuito de mitigar os entraves para a consolidação dos direitos constitucionais.

Em primeira análise, vale destacar que durante o Renascimento Cultural — movimento artístico e intelectual ocorrido na transição da Idade Média para a Idade Moderna — a cultura era valorizada e usada como uma maneira de transmitir conhecimentos. Hodiernamente, entretanto, a situação é pouco observada na sociedade brasileira, uma vez que o acesso ao cinema, como forma de expandir a construção dos saberes, encontra-se pouco ampliado. Esse panorama lamentável acontece porque a maioria das escolas, instituições essenciais para a formação de indivíduos engajados culturalmente, interessa-se, geralmente, apenas pela transmissão de conteúdos técnicos, negligenciando estimular as habilidades socioculturais. Evidencia-se, portanto, que a restrita ida aos cinemas relaciona-se com o deficitário incentivo contido com essa modalidade de entretenimento por parte dos colégios.

Ademais, vale ressaltar que, de acordo com os sociólogos da Escola de Frankfurt, a cultura tornou-se um instrumento voltado para a obtenção de lucros. Nesse viés, a excessiva mercantilização dos bens culturais, como os cinemas, segrega áreas periféricas, nas quais grande parte da população é desprovida de amplos recursos financeiros para acessar tais meios de lazer. Desse modo, constata-se que a concentração dos cinemas em áreas privilegiadas economicamente, atestada pela óptica frankfurtiana, fere os princípios constitucionais e impede a democratização do acesso a esse meio de entretenimento.

Verifica-se, então, a necessidade de ampliar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, faz-se imprescindível que o Ministério da Educação e da Cultura, por intermédio de minicursos, instrua os educadores — especialmente os docentes em sociologia, haja vista o conhecimento cultural inerente a tal curso — a elucidar em suas aulas a importância da valorização dos bens culturais para a ampliação do conhecimento, a fim de estimular os alunos a irem aos cinemas. Paralelamente, precisa-se que a sociedade civil organizada, mediante a criação de projetos de lei, os quais tornam obrigatória a descentralização dos cinemas, pressione o Poder Judiciário a aprová-los, com o objetivo de democratizar o acesso a esse meio de entretenimento. Assim, tornar-se-á possível a construção de uma sociedade permeada pela efetivação dos elementos elencados na Magna Carta."

Texto 03: Ana Teresa Rodrigues

"No filme "A Invenção de Hugo Cabret", o protagonista de 12 anos enfrenta grandes dificuldades ao tentar frequentar o cinema de sua cidade, pois esse era considerado um passatempo exclusivo das classes mais abastadas. Assim como retratado no longa, não há, ainda, a plena democratização do acesso ao cinema no Brasil, tendo em vista que a maior parte dos locais exibidores de filmes encontra-se nas áreas urbanas do país e o acesso a esse meio de entretenimento demanda condições econômicas pouco compatíveis com a realidade de muitos indivíduos brasileiros.

Constata-se, a princípio, que, segundo o Artigo 6º da Constituição Federal, todo cidadão tem direito ao lazer. Contudo, nota-se que não há o pleno exercício da Lei ao observar que apenas 20% dos brasileiros frequentam os cinemas de suas cidades, como afirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Esse infeliz cenário está fortemente atrelado ao fato de que as empresas exibidoras, em sua maioria, estão concentradas nos centros urbanos do país, pois existe, ainda no século 21, o pensamento de que os cidadãos de pequenas e médias cidades

não possuem interesse pela chamada "sétima arte", perpetuando, assim, uma realidade de exclusão social e elitização da cultura.

Ressalta-se, ademais, que o acesso ao cinema é dificultado pela questão econômica, dado que, para frequentar tais locais, é necessária uma quantia monetária, a qual pode ser significativa para a população de baixa renda. Dessa forma, sem possuir condições econômicas favoráveis, muitos indivíduos não enxergam o cinema como um meio de entretenimento compatível com suas realidades, programática já denunciada pelo cineasta Alejandro G. Iniarritu, o qual, em seu discurso após vencer o Oscar de Melhor Diretor em 2017, criticou a visão lucrativa e pouco inclusiva das empresas de cinema.

Tendo em vista que foi discutido, é necessário, portanto, que os governos estaduais promovam uma maior inclusão dos cidadãos no acesso aos cinemas, por meio de investimentos financeiros os quais visem à criação de locais exibidores as pequenas e médias cidades. Ademais, as empresas exibidoras, por meio de incentivos governamentais, deverão diminuir a demanda monetária necessária para assistir os filmes, para que, dessa maneira, indivíduos de quaisquer classes sociais possam ter acesso aos cinemas de sociedades e, assim, cenas como a retratada em "A Invenção de Hugo Cabret" não aconteçam, também, na realidade."

Texto 04: André Cecílio

Um dos principais elementos de uma sociedade humana é a produção cultural. Por meio dela, o povo registra sua história, seu pensamento e sua visão de mundo, o que contribui para a construção de uma memória coletiva mais forte e permite a ampliação do conhecimento crítico promovida pelo contato com essas produções. Atualmente, um importante constituinte do espectro cultural é o cinema, que, embora possua um relevante papel social, encontra-se, no Brasil, muito restrito a parcelas mais privilegiadas da sociedade, o que é grave.

A referida importância do cinema na sociedade se explica pelo fato de, como forma de arte, filmes funcionarem por meio da "mimesis" — conceito de Aristóteles que se refere à capacidade de obras artísticas representarem a realidade de forma simulada circula o que possibilita a vivência indireta de situações variadas e leva, potencialmente, à compreensão da vida em sociedade e das relações humanas, o que pode promover efeitos educativos ou conscientizadores. Nesse sentido, ao retratar, mesmo que de forma ficcional, traços (positivos ou negativos) presentes nas relações sociais, o cinema pode gerar reflexões e críticas profundas, que podem, por sua vez, culminar em melhorias na sociedade e fortalecimento de ideais ou grupos. Por exemplo, a obra "Jogo da Imitação", ao retratar a atuação de Alan Turing na criação de computadores, bem como seu drama por ser homossexual em uma sociedade intolerante, ressalta o quão grave é a manutenção de um pensamento homofóbico. Da mesma forma, filmes como "Batismo de Sangue", que traz denúncias sobre a Ditadura Militar no Brasil, evidenciam as mazelas desse regime e valorizam ideais democráticos, essenciais para a vida em sociedade. Assim, um acesso ao cinema potencializa valores cruciais para a harmonia social.

Todavia, ocorre, no Brasil, uma nítida elitização do acesso a esse tipo de arte. O baixo número de salas e a concentração destas em shopping centers de grandes cidades tornam produções cinematográficas inacessíveis a grande parte da população, visto que muitas cidades nem sequer tem estrutura para exibi-las. Além disso, os altos preços fazem com que, para mais de um terço da população, que, segundo o IBGE, tem renda familiar de até 2 salários mínimos,

ir ao cinema seja uma atividade inviável. Assim, nega-se o direito ao acesso à cultura, provido na Constituição, e aos benefícios do cinema.

Portanto, o Ministério da Cultura deve ampliar o número de salas de cinema e diminuir os preços dos ingressos, por meio de subsídios (como isenções (*sic*) fiscais a empresas que praticarem preços populares) dados a instituições para que abram novas salas em regiões em que, hoje, o acesso a filmes é difícil. Com isso, será alcançado o objetivo de tornar o cinema mais presente na vida de aqueles com menos renda, potencializando os efeitos dessa arte em todos os âmbitos sociais.

Texto 05: Augusto Fernandes Scapini

"Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.

De início, tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer. Porém, visto que os cinemas, materialização pública desses conceitos, concentram-se predominantemente nos espaços reservados à elite socioeconômica, como os "shopping centers", é inquestionável a existência de uma segregação das camadas mais pobres em relação ao acesso a esse recurso. Essa segregação é identificada na elaboração da tese da "subcidadania", escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela falta de ação do Estado quanto pela indiferença da sociedade em geral. Fica claro, então, que o acesso ao cinema não é um recurso democraticamente pleno no Brasil.

Como consequência dessa elitização dos espaços públicos, que promove a exclusão das camadas mais periféricas, é observado um bloqueio intelectual imposto a essa parte da população. Nesse sentido, assuntos pertinentes ao saber coletivo, que, por vezes, não são ensinados nas instituições formais de ensino, mas são destacados pelos filmes exibidos nos cinemas, não alcançam as mentes das minorias sociais, fato que impede a obtenção de conhecimento e, por conseguinte, a plenitude da essência aristotélica. Essa situação relaciona-se com o conceito de "alienação", descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual.

Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade da democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas – que deverão possuir preços acessíveis à população local –, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir

a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura."

Texto 06: Bruna Guarçoni

"A terceira fase do Modernismo vigorou, no Brasil, durante o Período Liberal-Democrático, apresentando como uma de suas propostas artísticas a retratação das "Sociedades Liminares" – tradicionalmente excluídas do projeto cultural brasileiro – nas obras cinematográficas. Tal movimento, conhecido como "Cinema Novo", embora objetivasse a integração de povos historicamente invisibilizados, não obteve êxito na democratização do cinema no país, haja vista o não comparecimento daqueles aos cinemas da época. Esse panorama, ainda vigente na contemporaneidade, é atestado não só pelo crescente índice de pirataria nas artes visuais, como pela constante mobilização de ongs na exibição de filmes em ambientes desprovidos do acesso ao cinema.

Em primeira análise, constatam-se as amplas taxas de comercialização de filmes pirateados, sobretudo, nos centros urbanos. Essa problemática atenta, pois, para o descumprimento de um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual trata dos direitos autorais de produções artísticas, gravemente feridos pela comercialização de filmes reproduzidos ilegalmente. Entretanto, tal cenário nada mais é do que um reflexo do acesso restrito a tais conteúdos, em razão dos altos preços cobrados pelas sessões de cinema, induzindo, assim, os indivíduos menos favorecidos a optarem pela pirataria – menos onerosa e, portanto, mais adequada ao seu diminuto poder de compra.

Vale ressaltar, ainda, a realização, por instituições não governamentais, de projetos inclusivos que contam com sessões de filmes em ambientes comunitários não contemplados pelo acesso à tv ou à internet. Exemplo disso foi a transmissão do filme "Cidade de Deus" na comunidade onde ocorreram as filmagens, a fim de oferecer aos próprios atores a possibilidade de assistirem ao longa. Destarte, evidencia-se a negligência estatal na democratização do cinema, visto que os referidos projetos são iniciativa de instituições privadas – aspecto abordado por Axel Honneth, o qual afirma ser dever do Estado a garantia do acesso às manifestações culturais, fato não verificado no país.

Urge, pois, que medidas sejam tomadas com o intuito de se coibir o problema discorrido. Ao Governo Federal, caberia a ampliação de ambientes comunitários de exibição de filmes no país, a fim de se democratizar o acesso ao cinema. Para isso, deveria haver não só a redução do valor dos ingressos nos cinemas já existentes, mas também a expansão de instalações que transmitiriam filmes gratuitamente em locais afastados dos centros urbanos. Desse modo, em consonância a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU para 2030, o Brasil mobilizar-se-ia quanto à redução das desigualdades, tarefa imprescindível na edificação de um Estado Democrático, de modo a romper com a marginalização das sociedades liminares, verificada desde os Anos Dourados."

Texto 07: Carlos Eduardo Immig

Ao longo de toda a história brasileira, diversos entraves foram encontrados na tentativa de desenvolvimento da nação. Infelizmente, dentre eles, destaca-se, devido à sua recorrência na conjuntura hodierna, a difícil democratização do acesso ao cinema no Brasil. A partir de uma análise desse impasse, percebe-se que ele está vinculado não só à desigualdade regional — que é enorme no país —, mas também à ineficácia do Estado na solução desse infortúnio.

Em primeiro plano, é incontrovertível a grande concentração de investimentos em apenas algumas partes do Brasil, ao passo que em outras eles inexistem. Em 1808, ao chegar ao Rio de Janeiro, a família real, com o intuito de modernizar a cidade para seu próprio proveito, construiu muitos ambientes de difusão de cultura — como a Biblioteca Nacional —, além de fomentar a criação de infraestrutura para futuros projetos, como salas de cinema. No entanto, desde o século XIX, tais investimentos ocorreram apenas nos grandes centros populacionais do país, o que negligenciou locais menos favorecidos — como o Norte e o Nordeste —, e fez com que, segundo dados do site "Meio e Mensagem", apenas cerca de 17% da população possa ir frequentemente ao cinema. Dessa forma, evidencia-se que a desigualdade regional, que existe desde o período colonial, é um dos fatores primordiais na elitização do acesso ao cinema, o que faz com que ele não seja democrático.

Ademais, é irrefutável a ineficiência das autoridades na resolução desse problema, visto que ele persiste no contexto atual. De acordo com o filósofo e sociólogo iluminista, John Locke, esse fato configura uma quebra do contrato social, uma vez que, ao revogar o "Estado de Natureza" — momento em que o homem não é obrigado a seguir leis e tem total liberdade —, com objetivo de ser governado pelo Estado, os cidadãos esperam que esse amenize as mazelas sociais e promova a igualdade de direitos a todos, o que não ocorre atualmente no Brasil. Desse modo, o contrato é diariamente quebrado no país, posto que os habitantes de regiões mais carentes nem sequer têm acesso à cultura presente em salas de cinemas, o que, lamentavelmente, aumenta a desigualdade social e impede que todos tenham as mesmas oportunidades. Logo, é inegável que essa situação, que ocorre devido às disparidades regionais, apenas intensifica, porquanto o governo não age em prol da resolução dela.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que a democratização do acesso ao cinema no Brasil é árdua, é mister que medidas sejam implementadas para solucionar essa problemática. Sendo assim, o governo, por ser o responsável por esse impasse, deve, por meio da construção de cinemas em locais menos favorecidos, garantir o acesso de todos os cidadãos a esses ambientes culturais, com o fito de que todos os brasileiros possam ter, finalmente, iguais condições de usufruir dos filmes exibidos nas salas de cinemas. Isso, conseqüentemente, acarretará uma diminuição da desigualdade socioregional vigente no território nacional e uma melhor qualidade de vida à população. Somente dessa maneira o Brasil poderá se desprender das amarras da colonização e progredir em direção ao futuro mais justo e mais humano.

Texto 08: Daniel Gomes

O filme "Cine Hollywood" narra a chegada da primeira sala de cinema na cidade de Crato, interior do Ceará. Na obra, os moradores do até então vilarejo nordestino têm suas vidas modificadas pela modernidade que, naquele contexto, se traduzia na exibição de obras cinematográficas. De maneira análoga à história fictícia, a questão da democratização do acesso ao cinema, no Brasil, ainda enfrenta problemas no que diz respeito à exclusão da parcela socialmente vulnerável da sociedade. Assim, é lícito afirmar que a postura do Estado em relação à cultura e a negligência de parte das empresas que trabalham com a "sétima arte" contribuem para a perpetuação desse cenário negativo.

Em primeiro plano, evidencia-se, por parte do Estado, a ausência de políticas públicas suficientemente efetivas para democratizar o acesso ao cinema no país. Essa lógica é comprovada pelo papel passivo que o Ministério da Cultura exerce na administração do país. Instituído para ser um órgão que promova a aproximação de brasileiros a bens culturais, tal

ministério ignora ações que poderiam, potencialmente, fomentar o contato de classes pouco privilegiadas ao mundo dos filmes, como a distribuição de ingressos em instituições públicas de ensino básico e passeios escolares a salas de cinema. Desse modo, o Governo atua como agente perpetuador do processo de exclusão da população mais pobre a esse tipo de entretenimento. Logo, é substancial a mudança desse quadro.

Outrossim, é imperativo pontuar que a negligência de empresas do setor – como produtoras, distribuidoras de filmes e cinemas – também colabora para a dificuldade em democratizar o acesso ao cinema no Brasil. Isso decorre, principalmente, da postura capitalista de grande parte do empresariado desse segmento, que prioriza os ganhos financeiros em detrimento do impacto cultural que o cinema pode exercer sobre uma comunidade. Nesse sentido, há, de fato, uma visão elitista advinda dos donos de salas de exibição, que muitas vezes precificam ingressos com valores acima do que classes populares podem pagar. Conseqüentemente, a população de baixa renda fica impedida de frequentar esses espaços.

É necessário, portanto, que medidas sejam tomadas para facilitar o acesso democrático ao cinema no país. Posto isso, o Ministério da Cultura deve, por meio de um amplo debate entre Estado, sociedade civil, Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e profissionais da área, lançar um Plano Nacional de Democratização ao Cinema no Brasil, a fim de fazer com que o maior número possível de brasileiros possa desfrutar do universo dos filmes. Tal plano deverá focar, principalmente, em destinar certo percentual de ingressos para pessoas de baixa renda e estudantes de escolas públicas. Ademais, o Governo Federal deve também, mediante oferecimento de incentivos fiscais, incentivar os cinemas a reduzirem o custo de seus ingressos. Dessa maneira, a situação vivenciada em “Cine Hollywood” poderá ser visualizada na realidade de mais brasileiros.

Texto 09: Eduarda Amorim

Durante a primeira metade do século XX, as obras cinematográficas de Charlie Chaplin atuaram como fortes difusores de informações e de ideologias contra a exploração e o autoritarismo no continente americano. No contexto atual, o cinema permanece como um importante veículo de conhecimento, mas. No Brasil, não há o acesso democrático a essa mídia em decorrência das disparidades socioeconômicas nas cidades, as quais fomentam a elitização dos ambientes de entretenimento, e da falta de investimentos em exibições populares, as quais, muitas vezes, são realizadas em prédios precários e não são divulgadas. Portanto, é imperativo promover mecanismos eficientes de integração dos telespectadores para facilitar o contato com filmes, proeminentes na introdução dos cidadãos.

Tendo em vista a realidade supracitada, destaca-se a crescente discrepância entre as classes sociais nos grandes centros habitacionais, o que leva a modificações no espaço. Essa visão condiz com as ideias de Henri Lefebvre, uma vez que, para o sociólogo, o meio urbano é a manifestação de conflitos, o que pode ser relacionado à evidente segregação socioespacial dos cinemas. Nesse viés, a concentração de salas de exibição em áreas nobres está vinculada às desigualdades sociais e configura a elitização do acesso aos filmes em locais públicos em função do encarecimento dos serviços ao longo dos anos. Dessa forma, para uma grande parte dos brasileiros, o entretenimento e o aprendizado por meio das obras cinematográficas, como visto no início do século XX, se tornam inviáveis, restringindo o contato com novos ideais e inibindo a mobilização da sociedade em prol de seus valores.

Além disso, a insuficiência de recursos destinados a exposições em teatros populares é um fator que dificulta a democratização do cinema no Brasil. Isso porque, apesar de Steve Jobs, um dos fundadores da empresa “Apple”, ter corroborado com a ideia do mundo virtual como influenciador ao constatar que a “tecnologia move o mundo”, as redes sociais não são utilizadas pelos órgãos públicos para divulgar apresentações cinematográficas nos centros culturais, presentes em diversas regiões do país. Aliada à falta de visibilidade, a precariedade da infraestrutura dos prédios onde tais eventos ocorrem reduz a qualidade de experiência e desencoraja muitos de frequentarem os locais, apesar dos menores preços. Assim, torna-se clara a necessidade de investimentos para garantir o contato com os filmes, essenciais para a instrução e para a integração dos indivíduos.

Desse modo, é imprescindível democratizar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, cabe às prefeituras disponibilizar a experiência cinematográfica à população urbana menos privilegiada, por meio de eventos de exibição em áreas periféricas – os quais devem fornecer programações internacionais e nacionais a custos reduzidos -, com o intuito de evitar o processo de elitização cultural em virtude de disparidades socioeconômicas. Ademais, compete ao Ministério da Cidadania promover a visibilidade dos centros culturais nas redes sociais e investir em reformas periódicas, a fim de assegurar a manutenção dos locais. Com essas medidas, assim como na época de Charlie Chaplin, a sociedade terá o maior contato com as novas ideias e as informações do mundo contemporâneo.

Texto 10: Gabriel de Lima

"O longa-metragem nacional "Na Quebrada" revela histórias reais de jovens da periferia de São Paulo, os quais, inseridos em um cenário de violência e pobreza, encontram no cinema uma nova perspectiva de vida. Na narrativa, evidencia-se o papel transformador da cultura por intermédio do Instituto Criar, que promove o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos alunos por meio da sétima arte. Apresentando-se como um retrato social, tal obra, contudo, ainda representa a história de parte minoritária da população, haja vista o deficitário e excludente acesso ao cinema no Brasil, sobretudo às classes menos favorecidas. Todavia, para que haja uma reversão do quadro, faz-se necessário analisar as causas empresariais e educacionais que contribuem para a continuidade da problemática em território nacional.

Deve-se destacar, primeiramente, o distanciamento entre as periferias e as áreas de consumo de arte. Acerca disso, os filósofos Adorno e Horkheimer, em seus estudos sobre a "Indústria Cultural", afirmaram que a arte, na era moderna, tornou-se objeto industrial feito para ser comercializado, tendo finalidades prioritariamente lucrativas. Sob esse prisma, empresas fornecedoras de filmes concentram sua atuação nas grandes metrópoles urbanas, regiões onde prevalece a população de maior poder aquisitivo, que se mostra mais disposta a pagar maior valor pelas exposições. Essa prática, no entanto, fomenta uma tendência segregatória que afasta o cinema das camadas menos abastadas, contribuindo para a dificuldade na democratização do acesso a essa forma de expressão e de identidade cultural no Brasil.

Ademais, uma análise dos métodos da educação nacional é necessária. Nesse sentido, observa-se uma insuficiência de conteúdos relativos à aproximação do indivíduo com a cultura desde os primeiros anos escolares, fruto de uma educação tecnicista e pouco voltada para a formação cidadã do aluno. Dessa forma, com aulas voltadas para memorização teórica, o sistema educacional vigente pouco estimula o contato do estudante com as diversas formas de expressão cultural e artística, como o cinema, negligenciando, também, o seu potencial didático,

notável pela sua inerente natureza estimulante. Tal cenário reforça a ideia da teórica Vera Maria Candau, que afirma que o sistema educacional atual está preso nos moldes do século XIX e não oferece propostas significativas para as inquietudes hodiernas. Assim, com a carência de um ensino que desperte o interesse dos alunos pelo cinema, a escola contribui para um afastamento desses indivíduos em relação ao cinema, o que constitui um entrave para que eles, durante a vida, tornem-se espectadores ativos das produções cinematográficas brasileiras e internacionais.

É evidente, portanto, que a dificuldade na democratização do acesso ao cinema no Brasil é agravada por causas corporativas e educacionais. Logo, é necessário que a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania torne tais obras mais alcançáveis ao corpo social. Para isso, ela deve estabelecer parcerias público-privadas com empresas exibidoras de filmes, beneficiando com isenções fiscais aquelas que provarem, por meio de relatórios semestrais, a expansão de seus serviços a preços populares para regiões fora dos centros urbanos, de forma que, com maior oferta a um maior número de pessoas, os indivíduos possam efetivar o seu uso para o lazer e para o seu engrandecimento cultural. Paralelamente, o Ministério da Educação deve levar o tema às escolas públicas e privadas. Isso deve ocorrer por meio da substituição de parte da carga teórica da Base Nacional Comum Curricular por projetos interdisciplinares que envolvam exibição de filmes condizentes com a prática pedagógica e visitas aos cinemas da região da escola, para que se desperte o interesse do aluno pelo tema ao mesmo tempo em que se desenvolve sua consciência cultural e cidadã. Nesse contexto, poder-se-á expandir a ação transformadora da sétima arte retratada em "Na Quebrada", criando um legado duradouro de acesso à cultura e de desenvolvimento social em território nacional."

Texto 11: Gustavo Lopes

No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às populações novas alternativas de lazer, dentre as quais se pode citar o cinema. No Brasil, atualmente, tal forma de diversão tem se destacado, uma vez que promove a interação com o público de maneira singular, isto é, gera muitas emoções aos indivíduos. Apesar disso, verifica-se que, em nosso país, o acesso ao cinema não é disponibilizado a todos os cidadãos, seja pela falta de investimentos, seja pelo alto custo cobrado por empresas para assistir a um filme. Assim, tendo em vista a importância desse lazer, ele deve ter seu acesso democratizado, a partir da resolução de tais entraves.

Sob esse viés, pode-se apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. Acerca disso, sabe-se que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão. Prova dessa realidade é o filme "Cine Hollyúde", lançado no Brasil, o qual mostra a dificuldade das pessoas que habitam no interior em assistir à primeira obra cinematográfica transmitida na cidade, devido à precariedade estrutural do cinema local. Tal cenário também é observado fora da ficção, visto que, por causa dos poucos investimentos, indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer.

Ademais, nota-se, ainda, uma intensa elitização dos cinemas, porquanto o preço cobrado pelo ingresso de uma sessão é alto, o que limita a ida a esses lugares de exibição de filmes. Sobre isso, percebe-se que, como a busca por tal lazer aumentou, de acordo com dados do "site" "Meio e mensagem", as empresas exibidoras estão cada vez mais visões ao lucro em detrimento

de uma diversão e interação pública. Isso ocorre, segundo o pensador Karl Marx, graças à busca excessiva por capital (dinheiro), tornando o cinema apenas como um “lugar lucrativo”. Desse modo, a democratização do acesso a esses locais torna-se distante da realidade vivida.

Portanto, cabe ao Governo investir em projetos que facilitem o acesso ao cinema, principalmente nas regiões interioranas, por intermédio do auxílio financeiro a empresas exibidoras, a fim de descentralizar os locais em que há transmissões de filmes. Outrossim, compete às ONGs, como organizações que visam suprir as necessidades populacionais, realizar campanhas em prol de salas bem estruturadas e de reduções do preço cobrado pelos ingressos das sessões cinematográficas, por meio das redes sociais e dos outros veículos de comunicação, com o objetivo de democratizar a ida ao cinema e de, dessa maneira, afastar-se da realidade narrada no filme “Cine Hollyúde”.

Texto 12: Juliana Souza

Segundo o filósofo Friedrich Nietzsche, a arte existe para impedir que a realidade nos destrua. Sob essa ética, é inegável a crucialidade das expressões culturais para a promoção do bem-estar do homem moderno. No entanto, ao se observar o caráter excludente do acesso ao cinema no Brasil, é notório que essa imprescindibilidade não tem sido considerada no país. Nesse sentido, pode-se afirmar que a negligência governamental e a escassa abordagem do problema agravam essa situação.

Primeiramente, é válido destacar que a displicência estatal colabora com esse cenário. De acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, todo cidadão brasileiro tem direito ao lazer. Entretanto, ao se analisar a concentração de cinemas nas áreas de renda mais alta das grandes cidades, é indiscutível que essa premissa constitucional não é valorizada pelo governo nacional. Dessa maneira, é importante salientar que essa má atuação do Estado provoca o acesso desigual essa atividade de exibição por parte da população e, conseqüentemente, garante a condição de subcidadania de diversos indivíduos.

Além disso, é pertinente ressaltar que a insuficiente exposição dessa problemática contribui para a não democratização desse programa cultural. Nessa perspectiva, muitas vezes, a mídia negligência o debate acerca da ausência de lazer nas periferias urbanas e no interior do país, o que faz com que a carência de cinemas nessas regiões não seja denunciada. Dessa forma, é indubitável que a pouca abordagem midiática com relação ao caráter restritivo do universo cinematográfico proporciona a perpetuação da concentração regional dessa atividade de exibição.

Torna-se evidente, portanto, que o acesso não democrático ao cinema no Brasil é um entrave que precisa ser solucionado. Sendo assim, o Estado deve investir na ampliação do alcance desse programa cultural, por meio da capitalização das empresas exibidoras. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a concessão de subsídios fiscais a instituições privadas que, comprovadamente, promovam a construção de cinemas nas áreas carentes do país, a fim de que a acessibilidade a essa atividade de exibição seja garantida de forma igualitária. Ademais, a mídia deve elaborar reportagens de denúncia, as quais exibam a carência desse tipo de lazer nas periferias urbanas. Desse modo, certamente, a afirmação de Nietzsche será vivenciada por todos os cidadãos brasileiros."

Texto 13: Laura Brizola

A democratização do acesso ao cinema no Brasil é um processo que encontra desafios nos âmbitos culturais e institucionais do país. Isso pode ser explicado pelo distanciamento entre a cultura popular brasileira e os filmes disponíveis para o público, bem como pela ausência de investimentos estatais nas produções nacionais. Dessa forma, é preciso intervir de modo a tornar o cinema um produto da democracia brasileira.

A indústria cinematográfica prejudica a democratização do cinema ao sobrepor culturas estrangeiras — como super-heróis americanos — à cultura do país. Devido ao fato de que o cidadão brasileiro não reconhece elementos de sua vivência (como os regionalismos) naquilo que é veiculado, majoritariamente, pelas mídias desse setor, seu repertório de lazer passa a não incluir a opção do cinema. Evidencia-se esse fenômeno no dado divulgado pelo site Meio e Mensagem, que afirma que apenas 17% da população frequenta o cinema. Dessa maneira, a popularização da arte em questão se dará pelo retrato do cotidiano do povo, como efetuado pelo cineasta Glauber Rocha na década de 1970, com o "Cinema Novo", que aproximou as camadas populares ao abordar aspectos do Brasil com uma perspectiva nacionalista. Assim, o acesso ao cinema deve ser democratizado pela apropriação brasileira da produção cultural: teremos mais "Lampiões" e menos "Lanternas-verde".

Ademais, o desafio da ausência de investimento estatal deve ser enfrentado para que o acesso ao cinema seja difundido. Segundo a área de conhecimento "Epistemologia da Geografia", os processos sociais apresentam o princípio de interconexão: existem por fatores humanos e físicos, não podendo ser analisados separadamente. Nesse sentido, o fenômeno de democratização da arte cinematográfica é explicado por fatores humanos (supracitados) e por fatores físicos, que são institucionais. O Estado brasileiro não financia a cultura do cinema como deveria, a exemplo dos cortes de verbas anunciados pelo Governo, em 2019, para Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Como consequência disso, a confecção dessa arte é inviabilizada e sua democratização "física", que poderia ser feita com a ampliação das produções nacionais, também. Logo, urge a necessidade de investir na difusão do patrimônio cinematográfico do Brasil.

Portanto, a fim de democratizar o acesso ao cinema no Brasil e aproximá-lo da cultura popular, o Estado deve adotar medidas de priorização dos investimentos no cinema. Isso pode ser feito por meio de políticas de patrocínio aos cineastas que retratarem o país, com foco nas características de cada região. Além disso, tais produções podem ser reproduzidas em associações de moradores e escolas, levando ao povo sua identidade. Nesse caminho, o cinema será uma arte de acesso popular — uma arte que imita a vida.

Texto 14: Leticia Islávia

"De acordo com a Constituição de 1988, todos os cidadãos possuem o direito ao lazer na comunidade. Contudo, na atual sociedade brasileira, há uma ínfima democratização do acesso aos cinemas devido, majoritariamente, à negligência governamental e à má formação socioeducacional.

A priori, vale ressaltar o Pacto Social, do contratualista John Rawls, ao inferir que o Estado deve garantir os direitos imprescindíveis dos indivíduos, como o lazer e o bem-estar. No entanto, é evidente o rompimento desse contrato quanto aos cinemas brasileiros, visto que existe uma concentração desses espaços nas áreas de maiores rendas, o que torna um ambiente excludente para uma parcela da sociedade. Assim, é notória a ineficácia estatal na integração

desse tipo de lazer para toda a população, pois, com a grande distância dos locais periféricos aos centros urbanos e o elevado custo para ter esse acesso, os cidadãos se desestimulam a frequentarem os cinemas.

Além disso, alude-se ao pensamento do intelectual Paulo Freire, ao evidenciar que, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Sob essa perspectiva, percebe-se a importância do estímulo nas escolas ao acesso dos jovens ao cinema, haja vista que existem muitos jovens que não conhecem seus direitos ao lazer, como o pagamento do valor de meia entrada nos cinemas por estudantes. Dessa forma, as instituições de ensino possuem uma importante função na democratização desse acesso, colaborando para que os cidadãos possuam um acesso aos seus direitos e o hábito de frequentarem os cinemas.

Portanto, urge ao governo federal, aliado às esferas estadual e municipal, descentralizar os cinemas, por meio da ampliação das redes cinematográficas em todo o Brasil e nos locais periféricos das cidades, com a finalidade de permitir que toda a sociedade tenha esse acesso, sem haver uma locomoção de longa duração e com custo acessível aos indivíduos de baixa renda. Ademais, compete à Escola, em parceria com as empresas cinematográficas, orientar os adolescentes a frequentarem os cinemas, por intermédio de projetos pedagógicos (como atividades lúdicas, filmes e documentários) que elucidem sobre a importância da crítica dos cinemas e como adquirir os direitos ao acesso ao lazer, a fim de aumentar o número de telespectadores dessa arte. Com isso, efetivar (*sic*) o que garante a Constituição de 1988, melhorando a democratização desse acesso."

Texto 15: Livia Bonin

"Com o início da ditadura de Getúlio Vargas em 1937, a necessidade do governo de perpetuação no poder resultou no surgimento do cinema estadonovista enquanto mecanismo de exaltação da nação, a fim de gerar uma identidade nacional que promoveria apoio popular ao regime. Diante desse cenário, torna-se evidente que o meio cinematográfico configura um importante instrumento cultural e político que deve, portanto, ter um acesso democratizado no Brasil. Nesse sentido, convém analisar o processo de expansão do cinema brasileiro no contexto de uma urbanização concentradora e, ainda, a importância de sua democratização para a difusão de conhecimento no país.

Em primeiro plano, é fundamental compreender que a dificuldade de acesso ao cinema por parte das camadas populares marginalizadas é consequência direta da falta de planejamento atrelado à questão social durante o processo de urbanização brasileira. Isso porque, na década de 1950, o governo de JK promoveu, através do plano do "Tripé Econômico", a industrialização do Brasil e o consequente crescimento das cidades sem que houvesse, no entanto, uma política pública que ampliasse o acesso aos recursos advindos dessa modernização. Dessa maneira, entende-se que o cinema, enquanto mudança tecnológica intensificada no referido processo, tornou-se um entretenimento restrito aos indivíduos econômica e socioespacialmente favorecidos, o que representa um obstáculo à busca pela democratização do meio cinematográfico.

Além disso, o acesso ao cinema garante a efetivação do livre pensamento através da propagação de um conteúdo altamente reflexivo. De acordo com os iluministas Diderot e D'Alembert, autores da "Enciclopédia", a democratização da educação é fundamental no combate à alienação dos cidadãos, garantindo aos mesmos sua efetiva liberdade. Dessa forma,

entende-se que o cinema torna-se um instrumento educacional importante na medida em que apresenta o entretenimento como meio de reflexão social, o que contribui com a construção de cidadãos críticos dentro da democracia brasileira.

Diante do exposto, é necessário que as Câmaras Municipais, em parceria com as Secretarias da Cultura, combatam os efeitos negativos do "Tripé Econômico" através de investimentos na construção de cinemas municipais em regiões marginalizadas, a fim de evitar que a desigualdade socioespacial seja um obstáculo à difusão de cultura no Brasil. Paralelamente, o Ministério da Educação deve garantir a efetivação da Liberdade proposta pela "Enciclopédia" por meio da inserção, na grade curricular do Ensino Fundamental, de aulas que promovam análises de filmes com fins educativos, visando ao desenvolvimento da criticidade dos alunos. Assim, poder-se-á retornar a importância cultural e política do cinema estadonovista através da democratização do acesso ao meio cinematográfico no atual cenário brasileiro."

Texto 16: Livia Ribeiro

Segundo o filósofo grego Aristóteles, a arte desempenha o papel de imitar a realidade, permitindo àquele que a aprecia experimentar outras visões do real e aprender com elas. Nesse sentido, o cinema, uma vez que se constitui como forma de arte, tem a função não só de entretenimento, mas também de ferramenta de ensino. Contudo, a realidade brasileira demonstra um contexto de "elitização" das artes cinematográficas, excluindo diversos grupos sociais desse processo educativo, sobretudo aqueles que possuem menor renda.

De acordo com a Constituição Federal, todo cidadão tem direito à educação de qualidade e ao lazer. Sendo o cinema um instrumento de promoção de ambos esses direitos, torna-se evidente a importância da garantia do acesso amplo a ele. Assim, dialogando com as ideias de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, investir na democratização do cinema é incentivar um ensino libertador, o qual estimule os cidadãos a buscar verdadeiramente o conhecimento, ao contrário de uma "educação bancária" – conteudista. Ao sintetizar aprendizado e entretenimento, o cinema colabora, assim, para a educação freireana.

No entanto, a realidade do Brasil reflete uma evidente exclusão social no que se refere ao acesso às salas de cinema no país. Em um contexto de concentração de renda, dados apontam que apenas cerca de um quinto dos brasileiros que demonstram interesse por filmes frequentam as salas, revelando que o principal ambiente de propagação dessa forma de arte apresenta um público seletivo, sendo o motivo mais comum os altos valores cobrados pelos ingressos. Diante desse cenário de desigualdade, a divulgação do cinema de forma democrática torna-se um desafio, exigindo ações que revertam essa realidade.

Dessa forma, a fim de promover o acesso amplo a formas alternativas de educação libertadora, cabe ao Ministério da Educação e Cultura investir na criação de salas de cinema de acesso gratuito, por meio da criação de novos cursos de Cinema nas Universidades Federais e a instalação desses ambientes de reprodução de filmes sob administração das faculdades, garantindo a prioridade de pessoas de baixa renda, incentivando, assim, a democratização das artes cinematográficas e o aprendizado dos estudantes e espectadores.

Texto 17: Maria Antônia Barra

O filme "Bastardos Inglórios", ao contextualizar cenas em meados do século XX, retrata o caráter elitista das exibições de cinema, uma vez que eram espaços de socialização das classes

ricas da época. Na contemporaneidade, embora seja mais amplo, ainda há entraves a serem superados quanto à democratização do acesso às salas cinematográficas no Brasil. Nesse sentido, os resquícios de uma herança segregacionista no que diz respeito à frequência de locais de cinema, geram a dificuldade de manter esse hábito em grande parte da população, o que perpetua a problemática.

Nessa linha de raciocínio, é fundamental ressaltar que a urbanização tardia e a constante gentrificação de espaços citadinos brasileiros são responsáveis pela permanência de costumes elitistas. Com efeito, o geógrafo Milton Santos, ao estudar a organização das cidades do Brasil, postula que o processo rápido e desorganizado de construção urbana provocou a marginalização de grande parte dos cidadãos. Desse modo, o acesso a shopping centers e demais espaços de lazer, como os cinemas, ficou restrito àqueles que possuem meios para tal, ou seja, à parcela da população que mora perto desses locais centrais – a elite –, ou que possui recursos para se deslocar e consumir esses produtos culturais – também a elite. Assim, no que tange à exibição de filmes, há resquícios de um caráter segregacionista, visto que a marginalização e a gentrificação excluem a massa populacional dos espaços cinematográficos, mantendo a problemática.

Por conseguinte, a dificuldade de manter o hábito de frequentar tais locais impede a democratização do acesso ao cinema. Nesse aspecto, a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu acerca de “capital cultural” vai ao encontro da realidade brasileira. Em seus postulados, Bourdieu discute a influência das referências socioespaciais nos costumes do indivíduo, concluindo que o desenvolvimento de valores que incluam certa cultura é imprescindível à manutenção dos costumes referentes à ela. Sendo assim, a herança elitista de frequência às salas cinematográficas e demais plataformas de exibição impede a construção de um capital cultural em parte significativa da população do país, prejudicando sua democratização. Um exemplo disso é o relato da autora Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de despejo”, no qual ela conta que, por residir na periferia, o dinheiro que seus filhos gastariam para assistir aos longas no cinema não era suficiente nem para pagar seus deslocamentos até lá.

Portanto, visando mitigar os entraves à resolução da problemática, algumas medidas são necessárias. Primeiramente, cabe ao Governo Federal criar programas de apoio à cultura cinematográfica, por meio de sistemas de assistência às famílias carentes e especialmente distantes dos centros de lazer, como “vales cultura”, junto a “vales transporte”, para que os processos conceituados por Milton Santos (como gentrificação, que é a expulsão de indivíduos de uma área para a construção de espaços elitizados) não interfiram no acesso populacional ao cinema. Por fim, é dever das escolas promover formas de desenvolvimento de valores referentes à cultura cinematográfica, através de exposições extra-classe, como em gincanas e trabalhos lúdicos, a fim de que tanto os alunos, quanto os pais possam construir o “capital” postulado por Bourdieu, de modo que tenham interesse de frequentar os espaços de plataformas de filmes, ampliando, então, o acesso a elas. Enfim, o cenário retratado no longa “Bastardos Inglórios” não será reproduzido no Brasil, haja vista que o aporte ao cinema será democratizado.

Texto 18: Nathalia Vital

Com a consolidação do capitalismo ocorrida ao final da Guerra Fria o cinema sofreu transformações para adequar o seu conteúdo à demanda de consumo desse modelo. Desde então, o cinema tornou-se um dos principais meios de acesso e difusão da cultura, no entanto, o Brasil enfrenta desafios para democratizar o acesso ao cinema à população, seja pelo baixo

incentivo para frequentá-lo — fruto da negligência escolar em estimular o apreço pelos filmes —, seja pela escassez de cinemas.

Nesse contexto, para o filósofo Aristóteles, o desenvolvimento de virtudes e aptidões ocorre por meio de uma educação eficiente. Todavia, a prática deturpa essa teoria no tocante à falha das escolas em estimular o apreço pelos filmes, uma vez que não há projetos específicos nas aulas para cultivar tal sentimento. Por conseguinte, se o incentivo não é promovido, os indivíduos não desenvolvem a necessidade de ir ao cinema, bem como não entendem a importância dele para obter um maior conhecimento cultural e, desse modo, a democratização do acesso aos serviços cinematográficos torna-se cada dia mais difícil.

Além disso, o acesso ao cinema também é dificultado em razão da ausência ou escassez de cinemas em regiões periféricas, pois não há incentivos governamentais para a instalação deles nesses locais. Sob tal aspecto, essa falha decorre do pensamento de que o serviço cinematográfico não é lucrativo em cidades onde o cinema não é frequentado regularmente, entretanto, muitas vezes, as pessoas deixam de consumi-lo em razão de não haver um cinema perto de suas residências e do alto preço dos ingressos, os quais não são acessíveis para quem possui baixas condições financeiras. Destarte, segundo o filósofo Jürgen Habermas, a inclusão e o amparo à população devem ser prerrogativas para um convívio social justo e harmonioso e, por isso, a construção de mais cinemas irá proporcionar uma maior inclusão na sociedade e o acesso ao cinema será ampliado.

Logo, cabe o Ministério da Educação alterar a grade curricular de ensino — mediante a inserção de aulas de cinema nas disciplinas de História e Sociologia, as quais trabalhem um filme por semana — a fim de cultivar o apreço por filmes e, assim, estimular a ida ao cinema. Ademais, compete ao Governo Federal junto à Secretaria Nacional da Cultura investir na construção de cinemas nas cidades periféricas, com preços acessíveis à comunidade, com o intuito de ampliar o acesso ao cinema no Brasil de forma igualitária. Dessa maneira a democratização do acesso ao cinema ocorrerá plenamente."

Texto 19: Stela Lopes

"A questão do acesso ao cinema, apesar de não ser amplamente discutida, é um problema muito expressivo no Brasil atualmente. A gravidade do quadro é evidenciada pelos dados do site Meio e Mensagem: 83% da população brasileira não frequentam tal ambiente. Nesse contexto, percebe-se que o acesso ao cinema não é democratizado e convém analisar as causas e impactos negativos dessa situação na sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso compreender as causas dessa problemática. Em um mundo marcado pelo capitalismo, é comum que, cada vez mais, seja fortalecido o sistema de mercantilização do lazer, ou seja, este passa a ser vendido por empresas em forma de mercadoria. Nesse sentido, nota-se que, muitas vezes, parcelas da população com condições financeiras mais baixas acabam não conseguindo ter acesso às atividades de lazer, como o cinema, devido aos preços, geralmente, inacessíveis.

Além disso, outro fator que contribui para a falta do amplo acesso da população ao cinema é a localização no interior dos shoppings, os quais, normalmente, estão situados nos centros das grandes cidades, o que acaba dificultando o acesso de moradores de bairros mais afastados. Dessa forma, o cinema no Brasil torna-se um ambiente elitizado. Em segundo lugar, é importante salientar os impactos negativos desse quadro na sociedade. Tendo em vista que a

parcela mais pobre da população, geralmente, não consegue arcar com os custos de frequentar o cinema e sabendo que o acesso ao lazer é um direito garantido pela Constituição Federal, percebe-se a ocorrência da "cidadania de papel", termo cunhado pelo escritor paulista Gilberto Dimenstein, que diz respeito à existência de direitos na teoria (Constituição), os quais não ocorrem, de fato, na prática. Sob essa perspectiva, nota-se que a falta de democratização do acesso ao cinema gera exclusão social das camadas menos favorecidas e impede que elas possam usufruir de seus direitos.

Portanto, é mister que o Ministério da Infraestrutura, em parceria com o Ministério da Cultura, construa cinemas públicos, por meio da utilização de verbas governamentais, a fim de atender a população que não pode pagar por esse serviço, fazendo com que, assim, o acesso ao cinema seja democratizado e essa parcela da sociedade deixe de usufruir apenas de uma "cidadania de papel".

Texto 20: Thiago Nakazone

Os filmes, além de proverem entretenimento, têm uma função social muito importante: a de denúncia. O movimento do Cinema Marginal, por exemplo, ocorrido na segunda metade do século XX, tornou-se único por retratar as mais diversas desigualdades de nosso país. Por conta desse caráter tão plural, democratizar o acesso à Sétima Arte no Brasil se faz extremamente necessário. Contudo, quanto a isso, existem vários desafios, sendo os principais: a desuniforme distribuição do parque exibidor e o alto preço cobrado pelos ingressos.

De início, sabe-se que, quando surgiram em terras tupiniquins, os cinemas eram de rua, com um único ambiente com capacidade para mais de 500 pessoas. Entretanto, a crescente onda de violência nas cidades — muito bem retratada pelo longa-metragem brasileiro “Tropa de Elite” — fez com que tal cenário mudasse completamente. No panorama atual, a maior parte dos centros de exibição antigos foram demolidos, sendo substituídos por novos complexos multissala. Esses últimos, por sua vez, afastaram-se das periferias e abrigaram-se nos shoppings centers, capazes de fornecer um pouco mais de segurança. Tal realidade prova, tristemente, que a criminalidade nas metrópoles contribuiu para a centralização do parque exibidor em áreas ricas, dificultando o acesso pelos mais pobres — um verdadeiro empecilho.

Outrossim, esse mercado — monopolizado por grandes corporações — tornou-se bastante caro. Os altos preços cobrados por um ingresso não são uma realidade muito viável: para diversos brasileiros com dificuldades financeiras, o lazer dificilmente é tratado como prioridade. O país, inclusive, conta com mais de 10 milhões de desempregados — a maior taxa dos últimos anos —, segundo o IBGE. Engana-se, porém, que pensa que, no nosso circuito filmográfico, não há demanda: basta ver o notável número de espectadores nas segundas e quartas-feiras, dias de promoção. Essa delicada situação mostra que, infelizmente, os valores abusivos espantam os consumidores e constituem outro importante desafio.

Sabendo disso, portanto, as Secretarias de Segurança Pública necessitam, através de ações com a Polícia Civil, criar um eficiente programa de combate à violência urbana contendo canais de denúncia e agentes especializados, a fim de, novamente, tornar as ruas amigáveis à instalação de complexos de exibição. O Ministério da Economia deve, por fim, estimular pequenos empreendedores desse mercado, por meio de empréstimos e de incentivos fiscais, visando ampliar o parque exibidor, promover a concorrência e, assim, abaixar os preços dos

ingressos. Dessa forma, busca-se democratizar o acesso ao cinema e superar as desigualdades retratadas no movimento marginal.

ANEXO F – Redações nota mil do Enem 2020

Texto 01: Adrielly Dias

No filme estadunidense “Joker”, estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado (*sic*) a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade, acarretando, inclusive, piora no seu quadro clínico. Assim como na obra cinematográfica abordada, observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há um estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados. Ademais, é preciso salientar, ainda, que a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão.

Em primeiro lugar, faz-se necessário mencionar o período da Idade Média, na Europa, em que os doentes mentais eram vistos como seres demoníacos, já que, naquela época, não havia estudos acerca dessa temática e, conseqüentemente, ideias absurdas eram disseminadas como verdades. É perceptível, então, que existe uma raiz histórica para o estigma atual vivenciado por pessoas que têm transtornos mentais, ocasionando um intenso preconceito e exclusão. Outrossim, não se pode esquecer de que, graças aos fatos supracitados, tais indivíduos recebem rótulos mentirosos, como, por exemplo, o estereótipo de que todos que possuem problemas psicológicos são incapazes de manter relacionamentos saudáveis, ou seja, não conseguem interagir com outros seres humanos de forma plena. Fica claro, pois, que as doenças mentais são tratadas de forma equivocada, ferindo a dignidade de toda a população.

Em segundo lugar, ressalta-se que há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre transtornos mentais, fomentando grande preconceito e estranhamento com essas doenças. Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que, em sua obra “A República”, narrou o intitulado “Mito da Caverna”, no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. Dessa forma, é notório que, em situação análoga à metáfora abordada, os brasileiros, sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais, vivem na escuridão, isto é, ignorância, disseminando atitudes preconceituosas.

Logo, é evidente a grande importância das informações, haja vista que a falta delas aumenta o estigma relacionado às doenças mentais, prejudicando a qualidade de vida das pessoas que sofrem com tais transtornos. Destarte, medidas são necessárias para resolver os problemas discutidos. Isto posto, cabe à escola, forte ferramenta de formação de opinião, realizar rodas de conversa com os alunos sobre a problemática do preconceito com os transtornos mentais, além de trazer informações científicas sobre tal questão. Essa ação pode se concretizar por meio da atuação de psiquiatras e professores de sociologia, estes irão desconstruir a visão discriminatória dos estudantes, enquanto que aqueles irão mostrar dados/informações relevantes sobre as doenças psiquiátricas. Espera-se, com essa medida, que o estigma associado às doenças mentais seja paulatinamente erradicado."

Texto 02: Aécio Filho

Manoel de Barros, grande poeta pós-modernista, desenvolveu em suas obras uma “teologia do traste”, cuja principal característica reside em dar valor às situações frequentemente esquecidas ou ignoradas. Seguindo a lógica barrosiana, faz-se preciso, portanto, valorizar também a problemática das doenças mentais no Brasil, ainda que elas sejam

estigmatizadas por parte da sociedade. Nesse sentido, a fim de mitigar os males relativos a essa temática, é importante analisar a negligência estatal e a educação brasileira.

Primordialmente, é necessário destacar a forma como parte do Estado costuma lidar com a saúde mental no Brasil. Isso porque, como afirmou Gilberto Dimenstein, em sua obra “Cidadão de Papel”, a legislação brasileira é ineficaz, visto que, embora aparente ser completa na teoria, muitas vezes, não se concretiza na prática. Prova disso é a escassez de políticas públicas satisfatórias voltadas para a aplicação do artigo 6º da “Constituição Cidadã”, que garante, entre tantos direitos, a saúde. Isso é perceptível seja pela pequena campanha de conscientização acerca da necessidade da saúde mental, seja pelo pouco espaço destinado ao tratamento de doenças mentais nos hospitais. Assim, infere-se que nem mesmo o princípio jurídico foi capaz de garantir o combate ao estigma relativo a doenças psíquicas.

Outrossim, é igualmente preciso apontar a educação, nos moldes predominantes no Brasil, como outro fator que contribui para a manutenção do preconceito contra as doenças psiquiátricas. Para entender tal apontamento, é justo lembrar a obra "Pedagogia da Autonomia", do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, na medida em que ela destaca a importância das escolas em fomentar não só o conhecimento técnico-científico, mas também habilidades socioemocionais, como respeito e empatia. Sob essa ótica, pode-se afirmar que a maioria das instituições de ensino brasileiras, uma vez que são conteudistas, não contribuem no combate ao estigma relativo às doenças mentais e, portanto, não formam indivíduos da forma como Freire idealizou.

Frente a tal problemática, faz-se urgente, pois, que o Ministério Público, cujo dever, de acordo com o artigo 127 da "Constituição Cidadã", é garantir a ordem jurídica e a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cobre do Estado ações concretas a fim de combater o preconceito às doenças mentais. Entre essas ações, deve-se incluir parcerias com as plataformas midiáticas, nas quais propagandas de apelo emocional, mediante depoimentos de pessoas que sofrem esse estigma, deverão conscientizar a população acerca da importância do respeito e da saúde mental. Ademais, é preciso haver mudanças escolares, baseadas no fomento à empatia, por meio de debates abertos sobre temas socioemocionais.

Texto 03: Alan Albuquerque

Na obra “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, o protagonista Policarpo é caracterizado como um doente mental por familiares e colegas de profissão devido ao seu ufanismo, sendo segregado da sociedade em um hospício. Atualmente, na realidade brasileira, os verdadeiros doentes mentais são tão estigmatizados quanto o fantasioso Policarpo, sendo tratados e observados com preconceito por considerável parcela da população. Assim, faz-se necessário analisar os alicerces que sustentam esse estigma, a citar, a ausência de ensino sobre a temática e a falta de empatia característica da contemporaneidade, no sentido de buscar desbancar tais bases prejudiciais.

Inicialmente, a falta de um conteúdo voltado aos transtornos mentais na formação educacional brasileira possibilita o desenvolvimento de concepções preconceituosas. No conto “O Alienista”, de Machado de Assis, um médico acaba encarcerando a população de uma cidade inteira, já que não existiam métodos precisos para reconhecer as doenças mentais, ou seja, todas as decisões dele estavam permeadas de desconhecimento. Analogamente à obra, o cidadão que

não conhece, minimamente, os transtornos da mente tenderá a criar suposições erradas, tomando ações equivocadas. Logo, a ignorância e o preconceito prevalecem.

Ademais, a manutenção dessa ignorância é fortalecida pelos ideais narcisistas valorizados hodiernamente, os quais, muitas vezes, desvalorizam o diferente. Segundo o filósofo Byung Chul-Han, o século XXI é dominado por uma sociedade do desempenho, na qual a individualidade é extremada em detrimento do altruísmo. Nesse panorama, o indivíduo, imerso em si mesmo, não consegue enxergar e aceitar a pluralidade de seres humanos que o circundam. Dessa forma, o cidadão brasileiro, inserido nessa lógica, nega o doente mental e classifica-o como anormal, reforçando estigmas danosos.

Infere-se, portanto, que o preconceito associado às doenças mentais no Brasil precisa ter suas fundações desfeitas. Para tanto, o Ministério da Educação deve, com o suporte do Ministério da Saúde, inserir a discussão acerca das doenças mentais nas escolas, por meio de alterações na Base Nacional Curricular Comum, as quais afetarão as disciplinas de filosofia, sociologia, biologia e literatura, a fim de formar cidadãos mais tolerantes e conhecedores dos transtornos mentais. Além disso, o Ministério da Família deve fomentar a empatia social, utilizando-se de publicidades que valorizem atitudes altruístas, visando à redução do individualismo. Quiçá, nessa via, os policarpos modernos não serão segregados."

Texto 04: Aline Soares

O filme *O Coringa* retrata a história de um homem que possui uma doença mental e, por não possuir atendimento psiquiátrico adequado, ocorre o agravamento do seu quadro clínico. Com essa abordagem, a obra revela a importância da saúde psicológica para um bom convívio social. Hodiernamente, fora da ficção, muitos brasileiros enfrentam situação semelhante, o que colabora para a piora da saúde populacional e para a persistência do estigma relacionado à doença mental. Dessa forma, por causa da negligência estatal, além da desinformação populacional, essas consequências se agravam na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a negligência do Estado, no que tange à saúde mental, é um dos fatores que impedem esse processo. Nessa perspectiva, a escassez de projetos estatais que visem à assistência psiquiátrica na sociedade contribui para a precariedade desse setor e para a continuidade do estigma envolvendo essa temática. Dessa maneira, parte da população deixa de possuir tratamento adequado, o que resulta na piora da saúde mental e na sua exclusão social. No entanto, apesar da Constituição Federal de 1988 determinar como direito fundamental do cidadão brasileiro o acesso à saúde de qualidade, essa lei não é concretizada, pois não há investimentos estatais suficientes nessa área. Diante dos fatos apresentados, é imprescindível uma ação do Estado para mudar essa realidade.

Nota-se, outrossim, que a desinformação na sociedade é outra problemática em relação ao estigma acerca dos distúrbios mentais. Nesse aspecto, devido à escassez da divulgação de informações nas redes midiáticas sobre a importância da identificação e do tratamento das doenças psicológicas, há a relativização desses quadros clínicos na sociedade. Desse modo, assim como é retratado no filme *O Lado Bom da Vida*, o qual mostra a dificuldade da inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade, parte da população brasileira enfrenta esse desafio. Com efeito, essa parcela da sociedade fica à margem do convívio social, tendo em vista a prevalência do desrespeito e do preconceito na população. Nesse cenário, faz-se necessária uma mudança na postura das redes midiáticas.

Portanto, vistos os desafios que contribuem para o estigma associado aos transtornos mentais, é mister uma atuação governamental para combatê-los. Diante disso, o Ministério da Saúde deve intensificar a criação de atendimentos psiquiátricos públicos, com o objetivo de melhorar a saúde mental da população e garantir o seu direito. Para tal, é necessário um direcionamento de verbas para a contratação dos profissionais responsáveis pelo projeto, a fim de proporcionar uma assistência de qualidade para a sociedade. Além disso, o Ministério de Comunicações deve divulgar informações nas redes midiáticas sobre a importância do respeito às pessoas com doenças psicológicas e da identificação precoce desses quadros. Mediante a essas ações concretas, a realidade do filme *O Coringa* tão somente figurará nas telas dos cinemas."

Texto 05: Anna Beatriz Torres

Edvard Munch, pintor expressionista, na obra "O grito", retratou a angústia, o medo e a desesperança no semblante de uma personagem rodeada por uma atmosfera de profunda desolação. Para além do quadro, no Brasil, o sentimento de milhares de indivíduos assolados por incapacitantes doenças mentais é, em muitos casos, semelhante ao ilustrado pelo artista. Nesse panorama, a compactuação da sociedade e os altos custos dos tratamentos favorecem a perpetuação do estigma na sociedade brasileira. Cabe-se, então, alcançar medidas efetivas de combate a essa triste realidade de desespero ilustrada pelo artista.

Em uma primeira análise, sob a ótica social, faz-se necessário refletir acerca da banalização do sofrimento psíquico na contemporaneidade. Isso porque, ao se desvalorizar a dor emocional, o indivíduo doente não recebe o apoio necessário do corpo social e de seus familiares, haja vista o grande estigma e a desconstrução, em suas mínimas expressões, da importância da busca pelo correto tratamento em decorrência da humilhação sofrida pelo paciente. Michel Foucault, nesse sentido, a partir do conceito de Normalização, definiu que há, na sociedade, a repetição de comportamentos sem a devida reflexão crítica dessa conduta, sendo assim, a reprodução de atitudes preconceituosas contra a população atingida por doenças mentais é subproduto do desconhecimento social da relevância do suporte coletivo para a melhoria do estado mental. Com isso, o estigma associado aos transtornos mentais favorece a replicação de atitudes egoístas.

Ademais, em segundo plano, o elevado custo no tratamento das doenças mentais fomentam a caótica conjuntura atual do país. Essa correlação pode ser estabelecida em decorrência dos altos valores dos medicamentos e das consultas psicológicas, o que afasta a população menos favorecida do acompanhamento extremamente necessário à sua sobrevivência. Segundo o Conselho Federal de Psicologia, o valor médio da sessão de terapia é de cento e cinquenta reais por visita, isso revela o caráter excludente do acesso ao tratamento para a população mais pobre. Nesse contexto, aqueles que necessitam do auxílio psiquiátrico ficam reféns da falta de apoio governamental para arcar com os altos valores do tratamento. Dessa forma, a desigualdade estrutural do Brasil afeta os doentes. Torna-se evidente, portanto, que o preconceito social e o grande abismo econômico do país favorecem a perpetuação do estigma à doença mental.

Para reverter esse quadro, é preciso que o Poder Executivo – por intermédio do Ministério da Saúde - faça, em conjunto com os familiares do doente, a promoção e o incentivo ao tratamento psicológico. Isso deve ocorrer por meio da contratação de psicólogos e da criação de projetos – como o "Cada vida conta", que valorizem a sobrevivência-, a fim de oferecer

consultas com preços populares e alertar a população da importância de cuidar da saúde mental. Espera-se, assim, que os sofrimentos emocionais retratados pelo pintor Munch pertençam apenas ao plano artístico."

Texto 06: Ingrid Ascef

Na obra "Quincas Borba", de Machado de Assis, é mencionada a trajetória de Rubião que, após receber grande herança e atrair vários amigos, é acometido por uma enfermidade mental, fazendo com que seus conhecidos se afastassem e que fosse abandonado em um hospital psiquiátrico. Fora da ficção, o estigma associado às doenças mentais também é presente na sociedade brasileira, haja vista que muitos indivíduos com transtornos dessa ordem são excluídos da sociedade e que muitas pessoas com sintomas de desequilíbrio mental não buscam ajuda.

Em primeiro lugar, é relevante destacar que o estigma associado às doenças mentais faz com que as pessoas acometidas por essas enfermidades sejam excluídas do meio social. Nesse sentido, Nise da Silveira, médica psiquiatra, revelou que muitas famílias se envergonham por terem um ente com transtornos mentais e optam por o deixar, de forma vitalícia e quase sem visitas, em hospitais especializados. Desse modo, o preconceito com doenças mentais na sociedade brasileira gera a ocultação, em clínicas médicas, das pessoas que não se enquadram dentro de um perfil esperado de normalidade, engendrando a exclusão social.

Ademais, o estigma e a falta de informação sobre doenças mentais fazem com que muitos indivíduos, com sintomas dessas patologias, não busquem ajuda especializada. Nesse contexto, pesquisas aventadas pela Organização Mundial de Saúde revelaram que menos da metade das pessoas com os primeiros sinais de transtornos, como pânico e depressão, procura ajuda médica por temer julgamentos e invalidações. Assim, o preconceito da sociedade brasileira com as doenças mentais faz com que a busca por tratamento, por parte dos doentes, seja evitada, aumentando, ainda mais, o índice de brasileiros debilitados por essas mazelas.

Portanto, é necessário que o Estado, em conjunto com o Ministério da Saúde, informe a população sobre o que são, de fato, as doenças mentais e a importância do tratamento para que o estigma associado a elas finde. Tal tarefa será realizada por meio de expansivas campanhas publicitárias nos veículos de comunicação em massa, como a internet e a televisão, com profissionais de saúde especializados no assunto, o que fará com que o povo brasileiro seja elucidado sobre essas patologias rapidamente. Sendo assim, episódios de abandono e preconceito associados a transtornos mentais, como o de Rubião, estarão apenas nos livros.

Texto 07: Isabela Saraiva

A Organização Mundial da Saúde trouxe, para a atualidade, um conceito ampliado de saúde, o qual abrange a promoção de uma vida saudável não só por meio do corpo físico, como também por meio da integridade psicológica. Contudo, apesar da importância dessa atualização, ainda existe um forte estigma associado às doenças mentais, o qual também se reverbera no contexto brasileiro. Sob esse enfoque, destacam-se aspectos sociais e profissionais. Assim, medidas são imprescindíveis para sanar tal impasse.

Primordialmente, deve-se pontuar que aqueles que possuem algum tipo de transtorno psicológico são, normalmente, os primeiros a reafirmarem um juízo de valor negativo com relação à sua própria saúde. Nesse aspecto, evidencia-se que, na sociedade brasileira, existe um

notório construto de naturalização dos sintomas indicadores de problemas psíquicos, o que desencoraja a busca por auxílio médico. Nesse viés, pode-se analisar o óbice sob a perspectiva da filósofa Simone de Beauvoir. De acordo com sua análise, mais escandalosa que a existência de uma problemática é o fato de a sociedade se habituar a ela. Ao traçar um paralelo com a temática das doenças psiquiátricas, aponta-se que os indícios da existência de um problema de ordem mental são comumente vistos como frescura e, assim, são normalizados. Dessa maneira, torna-se uma realidade a resistência à busca por ajuda psicológica e, conseqüentemente, a associação de estigmas às doenças mentais.

Em segunda análise, é importante frisar que, no Brasil, é evidente a estigmatização de pessoas com doenças psíquicas no âmbito trabalhista. Nesse sentido, esse público é, não raro, excluído do mercado de trabalho, devido ao discurso de que são incapazes de exercer as atividades profissionais. Nessa senda, é possível mencionar o sociólogo Herbert Spencer, autor da teoria do Darwinismo Social. Consoante sua abordagem, as pessoas mais adaptadas socialmente – no caso, as que possuem a saúde psicológica íntegra – tendem a conquistar e a permanecer nas posições privilegiadas do corpo social. Em posse desse discurso excludente, muitos empregadores justificam a lamentável prática do capacitismo no cenário empregatício. Dessa forma, reforçam-se, cada vez mais, estigmas negativos atrelados à imagem dessa parcela social.

Em suma, ainda persiste, no Brasil, a estigmatização das doenças mentais. Logo, é necessário que o Ministério da Saúde – responsável por efetivar processos relacionados à saúde pública no país – deve atuar diretamente na desconstrução do imaginário de que problemas psicológicos são normais ou frescura, ao veicular, nos meios de comunicação de massa, campanhas educativas que abordem a importância de procurar ajuda psicológica. Além disso, é necessário que o Poder Legislativo – a quem cabe a função de criar normas – elabore uma lei de cotas para pessoas com transtornos mentais, por meio de Emenda Constitucional. Com essas medidas, objetiva-se liquidar efetivamente o problema do estigma associado a doenças mentais. Desse modo, a atualização do conceito de saúde realizada pela OMS será consolidada no contexto brasileiro.

Texto 08: Isabella Bernardes

"O filme "Coração da Loucura" — que narra a história da psiquiatra Nise da Silveira — retrata a desumanização sofrida pelos indivíduos que possuem psicopatologias, o que dificulta a realização de tratamento adequado e a inserção social destes. Nesse sentido, a temática da obra está intimamente ligada à sociedade brasileira atual, visto que o estigma associado às doenças mentais é um problema que restringe a cidadania no país. Com efeito, hão de ser analisadas as causas que corroboram esse grave cenário: a desinformação e a mentalidade social.

Nesse viés, é necessário pontuar que a falta de informação acerca das doenças mentais precisa ser superada. A esse respeito, o jornalista André Trigueiro, em seu livro "Viver é a Melhor Opção", afirma que parte expressiva dos cidadãos portadores de alguma disfunção mental possui dificuldade em viver de forma mais saudável devido à falta de conhecimento sobre sua condição. Sob essa perspectiva, constata-se que grande parte dos brasileiros desconhece a diferença entre tristeza e depressão ou ansiedade e estresse, por exemplo — tal como denunciado por André Trigueiro. Dessa forma, embora a psiquiatria e a psicologia tenham avançado no que diz respeito ao controle dos sintomas das psicopatologias, o fato de esse tema

ser silenciado impede que muitos tenham acesso à saúde mental e faz com que o sofrimento psíquico seja reduzido a uma "frescura" ou sentimento passageiro. Assim, enquanto a desinformação se mantiver, o Brasil permanecerá distante da inclusão dessa parcela da sociedade.

Ademais, a mentalidade social preconceituosa existente no território nacional dificulta a superação dos estigmas no que tange as disfunções mentais. Nesse cenário, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra "O Homem Cordial", expõe o egoísmo presente na sociedade brasileira — que tende a priorizar ideais particulares em detrimento do bem estar coletivo. Desse modo, observa-se que as doenças mentais são frequentemente associadas à incapacidade ou fraqueza por destoarem do ideal inalcançável de perfeição cultivado no ideário nacional, o que faz com que muitos cidadãos sejam alvo de preconceito e exclusão, fatos que demonstram o egoísmo ainda presente na mentalidade brasileira. Por conseguinte, evidencia-se a necessidade da construção de valores empáticos e solidários no Brasil: fator imprescindível na construção de uma sociedade igualitária e democrática.

Portanto, o Ministério da Educação deve promover a informação segura a respeito das doenças mentais desde os primeiros anos da vida escolar por meio da adição de uma disciplina de saúde mental à Base Nacional Curricular, além de realizar campanhas informativas na mídia, visando à plena educação psicossocial da população. Somado a isso, o Ministério da Saúde pode dirimir o preconceito por intermédio da divulgação de vídeos em suas redes sociais que contem a história de portadores de doenças mentais — ressaltando a necessidade de desenvolver a empatia e o respeito — a fim de que a sociedade seja mais democrática e inclusiva. Com essas medidas, "Coração da Loucura" será apenas um retrato passado do Brasil, que será socialmente justo e promoverá de forma efetiva a saúde mental de seus cidadãos."

Texto 09: Isabella Gadelha

Nise da Silveira foi uma renomada psiquiatra brasileira que, indo contra a comunidade médica tradicional da sua época, lutou a favor de um tratamento humanizado para pessoas com transtornos psicológicos. No contexto nacional atual, indivíduos com patologias mentais ainda sofrem com diversos estigmas criados. Isso ocorre, pois faltam informações corretas sobre o assunto e, também, existe uma carência de representatividade desse grupo nas mídias.

Primariamente, vale ressaltar que a ignorância é uma das principais causas da criação de preconceitos contra portadores de doenças psiquiátricas. Sob essa ótica, o pintor holandês Vincent Van Gogh foi alvo de agressões físicas e psicológicas por sofrer de transtornos neurológicos e não possuir o tratamento adequado. O ocorrido com o artista pode ser presenciado no corpo social brasileiro, visto que, apesar de uma parcela significativa da população lidar com alguma patologia mental, ainda são propagadas informações incorretas sobre o tema. Esse processo fortalece a ideia de que integrantes não são capazes de conviver em sociedade, reforçando estigmas antigos e criando novos. Dessa forma, a ignorância contribui para a estigmatização desses indivíduos e prejudica o coletivo.

Ademais, a carência de representatividade nos veículos midiáticos fomenta o preconceito contra pessoas com distúrbios psicológicos. Nesse sentido, a série de televisão da emissora HBO, "Euphoria", mostra as dificuldades de conviver com Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), ilustrado pela protagonista Rue, que possui a doença. A série é um exemplo de representação desse grupo, nas artes, falando sobre a doença de maneira responsável. Contudo,

ainda é pouca a representatividade desses indivíduos em livros, filmes e séries, que quando possuem um papel, muitas vezes, são personagens secundários e não há um aprofundamento de sua história. Desse modo, esse processo agrava os estereótipos contra essas pessoas e afeta sua autoestima, pois eles não se sentem representados.

Portanto, faz-se imprescindível que a mídia - instrumento de ampla abrangência - informe a sociedade a respeito dessas doenças e sobre como conviver com pessoas portadoras, por meio de comerciais periódicos nas redes sociais e debates televisivos, a fim de formar cidadãos informados. Paralelamente, o Estado - principal promotor da harmonia social - deve promover a representatividade de pessoas com transtornos mentais nas artes, por intermédio de incentivos monetários para produzir obras sobre o tema, com o fato de amenizar o problema. Assim, o corpo civil será mais educado e os estigmas contra indivíduos com patologias mentais não serão uma realidade do Brasil.

Texto 10: Juan Sampaio

Durante a Idade Média, as doenças mentais eram associadas à falta de fé, resultando no julgamento de muitas pessoas como hereges. Apesar de datar de séculos passados, o estigma dos transtornos mentais ainda é perceptível no contexto atual, com destaque ao caso do Brasil. Nesse sentido, a persistência dessa discriminação é causada devido tanto à falta de empatia, como à insuficiência estatal no acolhimento das vítimas. Assim, é evidente a necessidade de intervir sobre essa triste realidade de caráter medieval.

A princípio, o exercício escasso da empatia na sociedade brasileira contribui com a manutenção do estigma das doenças mentais. Segundo o filósofo prussiano Immanuel Kant, os indivíduos devem agir conforme o dever moralmente correto, levando em consideração a existência do outro e criando uma lei universal. Entretanto, esse princípio, chamado de imperativo categórico, não é plenamente executado no Brasil, visto que as práticas preconceituosas contra pessoas com problemas psicológicos contradizem a moral de respeito às diferenças individuais. Nessa perspectiva, serve de exemplo o pensamento errôneo no qual o indivíduo que sofre de certas condições psíquicas, como a bipolaridade, seria incapaz de agir na sociedade, desvalorizando seu caráter. Dessa forma, nota-se que esse desrespeito precisa ser desmotivado.

Ademais, a atitude insuficiente do Estado em acolher as vítimas precariamente potencializa a estigmatização. De acordo com os preceitos da Constituição Federal, o governo tem a obrigação de garantir a igualdade de tratamento entre os cidadãos, independente de quaisquer condições pré-existentes. Porém, essa justiça não é cumprida (*sic*) como deveria, já que milhares de indivíduos sofrem com preconceito associado a condições mentais. Tal fato está relacionado à falta de centros dedicados a receber denúncias e a punir os agressores, carência essa mais evidente nas zonas rurais. Com isso, milhares de brasileiros mentalmente doentes permanecem desamparados, indo contra as ideias de igualdade da Constituição.

Portanto, percebe-se a prioridade de desestimular o estigma relativo a doenças mentais. Para tanto, é necessário que o Ministério da Educação realize projetos escolares que ensinem o comportamento empático para com aqueles com condições psíquicas clínicas, por meio de aulas e de palestras que ensinem o respeito ao próximo, para que a capacidade dessas pessoas não seja duvidada, permitindo a consolidação do imperativo categórico. Além disso, o Ministério da Segurança deve instalar centros de apoio, em especial no campo, que recebam denúncias e

investiguem casos de estigmatização. Dessa maneira, o pensamento medieval de desqualificação dos mentalmente doentes será melhor combatido."

Texto 11: Julia Motta

O século XXI é marcado por um estilo de vida corrido e estressante, em que os habitantes das cidades brasileiras são diariamente cobrados por eficiência e produtividade, seja nas escolas ou nas empresas. Por isso, ocorreu uma explosão no número de casos das doenças mentais no Brasil, tornando-o o país mais depressivo da América Latina, segundo a Organização Mundial da Saúde. Apesar do aumento da incidência dessas enfermidades, existe, na sociedade brasileira, um enorme estigma associado às doenças mentais que precisa ser urgentemente combatido. Esse estigma é causado pela falta de discussão sobre o tema no cotidiano e tem como consequência o agravamento do desafio de combater os transtornos psicológicos.

De início, é notório que existe uma grande dificuldade em debater as questões mentais no mundo atual. Essa situação é exemplificada em um episódio de 2019 do seriado americano "One day at a time", em que Penelope teme ser julgada por sua família se compartilhar seu diagnóstico de ansiedade, mesmo quando sua filha Elena demonstra sinais de que também apresenta a doença. Ainda que a cena se passe nos Estados Unidos, o contexto retratado é muito comum na sociedade brasileira, em que o medo de ter sua condição desmerecida e considerada irrelevante impede a discussão sobre essa temática pelos cidadãos na sua vida diária. Isso alimenta a formação de um estigma, já que as pessoas acometidas por esses transtornos se isolam da comunidade por esse receio e passam a ser consideradas estranhas pela sociedade ao seu redor.

Por conseguinte, a identificação e o combate das enfermidades mentais são dificultados. Isso ocorre porque, de acordo com o psiquiatra Neury Botega, os sintomas mais comuns das principais fragilidades psicológicas são parecidos com os de outras condições menos graves, como a TPM. Desse modo, como as doenças mentais são estigmatizadas e não debatidas entre os habitantes do Brasil, quando um cidadão começa a apresentar os sintomas, ele é mais propenso a pensar que se trata de algo corriqueiro, que não merece muita atenção, e falha em procurar ajuda especializada. Porém, sem o tratamento específico e precoce, os desequilíbrios da mente se tornam extremamente incapacitantes, prejudicando a saúde física, a disposição, a qualidade de vida e até a longevidade dos afetados.

Logo, tendo em vista o estigma associado às doenças mentais presente na sociedade brasileira, é mister que o Ministério da Saúde promova campanhas midiáticas para conscientizar a população sobre a gravidade dessas enfermidades. Essas campanhas deverão ser feitas com vídeos e publicações nas redes sociais, utilizando profissionais de saúde que expliquem o que são esses transtornos, quais os seus sintomas e como procurar tratamento, em linguagem clara e acessível. Ademais, é necessário que essas ações visem combater as desinformações acerca da problemáticas presentes no senso comum, incentivando a conversa sobre o tema em todos os setores do país. Assim, será possível amenizar o estigma existente e ajudar aqueles acometidos pelas doenças."

Texto 12: Julia Vieira

No filme estadunidense "Coringa", o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público, motivo

pelo qual é frequentemente atacado nas ruas. Em consonância com a realidade de Arthur, está a de muitos cidadãos, já que o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira ainda configura um desafio a ser sanado. Isso ocorre, seja pela negligência governamental nesse âmbito, seja pela discriminação dessa classe por parcela da população verde-amarela. Dessa maneira, é imperioso que essa chaga social seja resolvida, a fim de que o longa norte-americano se torne apenas uma ficção.

Nessa perspectiva, acerca da lógica referente aos transtornos da mente no espectro brasileiro, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à omissão estatal nesse caso. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país com maior número de casos de depressão da América Latina e, mesmo diante desse cenário alarmante, os tratamentos às doenças mentais, quando oferecidos, não são, na maioria das vezes, eficazes. Isso acontece pela falta de investimentos em centros especializados no cuidado para com essas condições. Consequentemente, muitos portadores, sobretudo aqueles de menor renda, não são devidamente tratados, contribuindo para sua progressiva marginalização perante o corpo social. Esse contexto de inoperância das esferas de poder exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, que as descreve como presentes na sociedade, mas que não cumprem seu papel com eficácia. Desse modo, é imprescindível que, para a completa refutação da teoria do estudioso polonês, essa problemática seja revertida.

Paralelamente ao descaso das esferas governamentais nessa questão, é fundamental o debate acerca da aversão ao grupo em pauta, uma vez que ambos representam impasses para a completa socialização dos portadores de transtornos mentais. Esse preconceito se dá pelos errôneos ideais de felicidade disseminados na sociedade como metas universais. Entretanto, essas concepções segregam os indivíduos entre os “fortes” e os “fracos”, em que os fracos, geralmente, integram a classe em discussão, dado que não atingem os objetivos estabelecidos, tal como a estabilidade emocional. Tal conjuntura segregacionista contraria o princípio do “Espaço Público”, da filósofa Hannah Arendt, que defende a total inclusão dos oprimidos — aqueles que possuem algum tipo de transtorno, nesse caso — na teia social. Dessa maneira, essa celeuma urge ser solucionada, para que o princípio da alemã se torne verdadeiro no país tupiniquim.

Portanto, são essenciais medidas operantes para a reversão do estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira. Para isso, compete ao Ministério da Saúde investir na melhora da qualidade dos tratamentos a essas doenças nos centros públicos especializados de cuidado, destinando mais medicamentos e contratando, por concursos, mais profissionais da área, como psiquiatras e enfermeiros. Isso deve ser feito por meio de recursos liberados pelo Tribunal de Contas da União — órgão que aprova e fiscaliza feitos públicos—, com o fito de potencializar o atendimento a esses pacientes e oferecê-los um tratamento eficaz. Ademais, palestras devem ser realizadas em espaços públicos sobre os malefícios das falsas concepções de prazer e da importância do acolhimento das pessoas doentes e vulneráveis. Assim, os ideais inalcançáveis não mais serão instrumentos segregadores e, finalmente, a situação de Fleck não mais representará a dos brasileiros."

Texto 13: Larissa Cunha

"Na obra “O Alienista”, o autor Machado de Assis aborda a questão das doenças mentais, já no período do Realismo literário - século XIX, - por meio do personagem Doutor Bacamarte. No enredo, nota-se o empenho do protagonista de aprisionar os

diagnosticados na “Casa Verde”, local que se assemelha aos manicômios, na tentativa de isolá-los da sociedade. Apesar do ínterim entre a publicação do livro e o contexto hodierno, percebe-se que as doenças de cunho psíquico ainda são estigmatizadas no Brasil.

Nesse viés, torna-se crucial analisar as causas desse revés, dentre as quais se destacam a omissão do Estado e o preconceito da sociedade. De início, é imperioso notar que a indiligência do governo potencializa os estigmas associados às doenças mentais. Depreende-se que, na obra “Os Bruzundangas”, o pré-modernista Lima Barreto já expunha que a ausência das garantias constitucionais estava no âmago das problemáticas daquela nação. Sob essa ótica, sua tentativa de criar um país fictício com os mesmos entraves do Brasil é ratificada, sobretudo no que tange ao precário engajamento estatal para com as doenças mentais, uma vez que a saúde é um direito previsto pela Constituição Cidadã e tal cláusula não é garantida de forma efetiva. Isso ocorre devido ao caráter esporádico de campanhas de conscientização a respeito da necessidade do diagnóstico e do tratamento das enfermidades psíquicas, que se apresentam restritas aos meses de destaque ao combate da depressão e do suicídio, por exemplo. Por conseguinte, parte substancial dos brasileiros ainda percebe as doenças mentais como estigma, o que contribui para a ínfima busca por tratamento. Destarte, fica nítido que a negligência do Estado dificulta a atenuação dos problemas relativos às enfermidades psíquicas.

Ademais, é justo perceber que o preconceito da sociedade contribui para o estigma associado às doenças mentais. De acordo com a autora Daniela Arbex, em sua obra “Holocausto Brasileiro”, o tratamento das pessoas com doença mental no hospital “Colônia” era semelhante ao massacre dos campos de concentração do regime nazista, principalmente pela perda da dignidade humana. Nesse sentido, é possível inferir que, mesmo após o fechamento desse centro de saúde, o caráter documental do livro ainda ilustra o modo como a sociedade brasileira lida com a população vítima das enfermidades psíquicas, visto que a marginalização dos doentes mentais ainda é uma tônica no país. A gênese desse quadro encontra-se no modo errôneo com que boa parte dos cidadãos lidam com tais patologias, vide sua descaracterização como verdadeiras e sérias doenças. Em decorrência disso, muitas pessoas marginalizam os diagnosticados com doenças como o transtorno bipolar e a ansiedade, tratando-os de forma desrespeitosa. Dessa forma, a mudança do comportamento social é vital para atenuar o legado de massacre dos doentes mentais que ocorrera no hospital “Colônia”.

Torna-se evidente, portanto, que o estigma associado às enfermidades mentais ocorre devido à omissão do governo e ao preconceito da sociedade. Para contornar esse problema, caberá à União o estímulo ao tratamento, por meio do maior repasse de verbas aos posto (sic) de saúde, as quais serão destinadas para a realização de campanhas, em todo o decorrer dos anos, que abordem como tema principal a necessidade do combate às doenças mentais. Essa medida tem o afã de tornar efetivo o tratamento das doenças psíquicas. Outrossim, é dever do Ministério da Educação coibir o preconceito, por intermédio do aprimoramento da Lei de Diretrizes e Bases, que incluirá a disciplina “Cidadania” na grade escolar, com o fito de formar jovens engajados com a causa e, com isso, banir a marginalização. Assim, finalmente, criar-se-á um Brasil livre das heranças do Realismo no tratamento para com a sua população doente.”

Texto 14: Ludmila Coelho

Na obra “O alienista”, de Machado de Assis, a narrativa introduz a temática de saúde mental e dos transtornos psíquicos, abordando as dificuldades e os preconceitos sofridos por pessoas com doenças psiquiátricas. Embora seja uma obra ficcional, a produção literária possui,

infelizmente, verossimilhança notável, uma vez que apresenta um tema de elevada relevância e de apregoada presença na sociedade brasileira: o estigma associado às doenças mentais. Diante desse cenário, é imperioso ressaltar fatores que contribuem para a problemática, dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais.

Primeiramente, cabe destacar que a saúde é um direito assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros. Nesse viés, é pertinente trazer o discurso do escritor Gilberto Dimenstein, de seu livro “Cidadão de papel”, no qual ele conceitua os cidadãos de papel indivíduos cujos direitos constitucionais não são garantidos na prática. Dessa forma, depreende-se que os tratamentos precários oferecidos pelo Estado ferem os direitos da parcela da população que necessita de atendimento psiquiátrico adequado, deixando-a na condição inaceitável descrita por Dimenstein.

Outrossim, é válido explicitar o papel das redes sociais na intensificação do estigma relativo a distúrbios mentais. Nesse sentido, o documentário “O dilema das redes” revela a maldade da utilização dessas redes sociais, visto que ele retrata a dicotomia entre a exposição exagerada da vida de usuários e a restrição do conteúdo compartilhado, que mostra apenas os melhores aspectos da vida deles. Consecutivamente, tal cenário fomenta os indivíduos a omitirem seus problemas, silenciando problemas como as doenças mentais. Desse modo, a falta de exposição e discussão da temática resulta no agravamento do preconceito contra doentes psíquicos.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar a problemática. Para tanto, urge que, a fim de garantir um serviço de saúde de qualidade a todos os cidadãos, o Ministério da Saúde, por meio do direcionamento de verbas governamentais, crie centros especializados no tratamento de doentes mentais, de modo a incentivar as pessoas a buscarem ajuda médica e democratizar o acesso à saúde. Ademais, o Ministério da Educação deve proporcionar rodas de conversa nas escolas por intermédio de um programa nacional de combate à discriminação da saúde mental, evitando seu silenciamento e motivando maior conhecimento acerca do assunto. Assim, a realidade brasileira poderá ser diferente do contexto apresentado em “O alienista”.

Texto 15: Maria Julia Passos

A obra “O Holocausto brasileiro”, da escritora e jornalista Daniela Arbex, retrata as péssimas condições do maior hospital psiquiátrico do país, na cidade de Barbacena. Nesse livro, os pacientes são tratados por meio de métodos arcaicos e invasivos, desde agressões até choques elétricos, demonstrando a violência sofrida por indivíduos portadores de transtornos psíquicos. Assim, além de expor os abusos do sistema de saúde da época, o texto também é muito atual, uma vez que o preconceito e a omissão estatal perpetuam o estigma associado às doenças mentais.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a desinformação da sociedade brasileira é o principal catalisador da discriminação. De fato, o avanço da tecnologia é responsável pela rápida disseminação de notícias, principalmente no mundo digital, mas isso não significa que os cidadãos se encontram mais conscientes. Dessa forma, mesmo que diversos estudos atuais comprovem a relevância dos cuidados para com a saúde mental e a legitimidade dos distúrbios psicológicos, os flagelos da intolerância ainda se mostram presentes. Consequentemente, os indivíduos com depressão, ansiedade ou outras condições especiais convivem em um ambiente degradante, o qual é marcado por preconceitos e tabus estruturais, enfrentando constantemente

a invisibilidade social. De acordo com a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, a rotulação das pessoas através de certa característica física marcante é responsável pela criação de histórias únicas que não representam a realidade. Nesse viés, ao criar estigmas baseados no estereótipo de que pessoas com doenças mentais seriam inferiores ou incapazes, a sociedade míope alimenta uma visão eugenista e tóxica, limitando as diversas possibilidades de manifestação do ser humano e a importância da pluralidade.

Ademais, a ausência de compromisso do Estado para com a saúde mental dos cidadãos é outro ponto que fomenta a problemática. De certo, a falta de incentivos na área da psiquiatria e na acessibilidade é a realidade da política do país, resultando nos diagnósticos tardios e na própria exclusão de uma parcela significativa da sociedade. Segundo o filósofo John Rawls, em sua obra “Uma teoria da justiça”, um governo ético é aquele que disponibiliza recursos financeiros para todos os setores públicos, promovendo uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Sob essa óptica, torna-se evidente que o Brasil não é um exemplo do pensamento desse teórico, visto que negligencia as dificuldades enfrentadas pelos portadores de doenças mentais, submetendo-os à periferia da cidadania.

Fica exposta, portanto, a necessidade de medidas para mitigar o estigma associado aos transtornos psíquicos. Destarte, as Secretarias de Educação devem desenvolver projetos nas escolas, por meio de palestras e de dinâmicas educativas, levando médicos e pacientes para debaterem sobre o preconceito enfrentado no cotidiano, uma vez que o depoimento individual sensibiliza os estudantes, com a finalidade de ultrapassar estereótipos negativos. Outrossim, o Ministério da Saúde deve redistribuir as verbas, priorizando as áreas da psiquiatria e psicologia, direcionando maiores investimentos nesse setor negligenciado pelo Estado. Por fim, será possível criar um país mais democrático, afastando a realidade dos absurdos retratados na obra da escritora Daniela Arbex."

Texto 16: Matheus Vitorino

A série "13 Reasons Why", pertencente ao catálogo da Netflix, narra a história de Hanna Backer: vítima de "bullying" no colégio, a jovem, que não teve amparo nem da escola e nem do Estado, comete suicídio. Fora da ficção, especialmente no Brasil, país mais depressivo da América Latina, cenas como essa são comuns, cada vez mais, devido ao estigma atribuído às doenças mentais. Dessa forma, urge analisar as causas, as consequências e desenvolver estratégias concretas para reverter esse quadro.

Diante desse cenário, sabe-se que, no ambiente escolar, existe uma carência na abordagem básica - quais são, como se manifestam e o que fazer - das doenças psicossomáticas. Isso porque a Base Nacional Comum Curricular não apresenta uma disciplina que aborde tal temática. Segundo Rubem Alves, importante educador brasileiro, as escolas podem ser comparadas a asas ou a gaiolas, ou seja, podem proporcionar voos ou condições de alienação. Nesse sentido, os colégios funcionam como gaiolas, pois permitem que os estudantes permaneçam desprovidos de informações pertinentes sobre as patologias mentais. Consequentemente, muitas pessoas passam a estereotipar e a discriminar quem precisa de ajuda e, assim, ao banalizar o sentimento e o sofrimento do outro, de modo a reduzir a “frescura”, essa estigmatização perversa dificulta - ainda mais - a procura de ajuda profissional (psicólogos e psiquiatras), como aconteceu com a protagonista da série.

Além disso, nota-se que o Estado também contribui para a persistência do estigma em relação às doenças mentais, haja vista que não estimula o autoconhecimento e pouco investe na contratação de profissionais especializados. De acordo com o filósofo Friedrich Hegel, o Estado deve proteger os seus filhos. Entretanto, a prática deturpa a teoria, pois, apesar da existência do “Setembro Amarelo”, campanha que incentiva a valorização da vida, nos demais meses, pouco (ou nada) é feito para ensinar às pessoas que ninguém é perfeito, que todos temos limitações e a importância de saber procurar ajuda. O fator preocupante é que as Unidades Básicas de Saúde, muitas vezes, não possuem psicólogos e psiquiatras para ajudar a quem, porventura, precisar.

Portanto, o Ministério da Educação deve, com urgência, iniciar a abordagem das doenças mentais nas escolas, por meio de uma alteração na BNCC, a qual insira uma disciplina específica ou inclua, nos demais meses do ano, palestras e simpósios, ministrados por especialistas, a fim de reduzir os estigmas e, assim, estimular a promoção de autoconhecimento. Ademais, compete ao Ministério da Saúde ampliar os investimentos em saúde mental, a partir do aumento do salário dos psicólogos e dos psiquiatras das Unidades de Saúde. Dessa maneira, o Estado poderá proteger, de fato, os seus filhos e evitar finais trágicos, como o de Hanna Backer

Texto 17: Nathaly Nobre

"A obra cinematográfica brasileira “Nise: O Coração da Loucura” retrata a luta de Nise da Silveira pela redução dos estigmas nas alas psiquiátricas e nas formas de tratamento enfrentadas por pacientes com enfermidades mentais, na medida em que desumanizavam estes. Nesse contexto, é evidente a perpetuação do preconceito em relação às doenças psíquicas, pois são, em sua maioria, menosprezadas e omitidas no cenário hodierno do Brasil. Assim, faz-se necessário investir em educação voltada à questão da saúde mental, bem como romper com paradigmas da forma de vida contemporânea.

A princípio, sob a óptica do filósofo grego Aristóteles, a educação é um caminho fundamental para a formação da vida pública, à proporção que coopera para o bem-estar da cidade. Diante dessa perspectiva, a manutenção da estrutura deficitária da propagação de conteúdo de saúde mental, na sociedade brasileira, agrava o desenvolvimento de doenças psíquicas, visto que retira do cidadão o acesso ao conhecimento. Portanto, a não ministração de aulas e de eventos os quais abordem sobre essa temática promove, lamentavelmente, a disseminação de tabus falaciosos e a redução da busca por tratamento adequado — ao passo que o crescimento das enfermidades é avassalador.

Além disso, o modo de vida extremamente exaustivo atual é catalisador da problemática, uma vez que nega o cultivo das práticas do autocuidado em prol do máximo rendimento. De maneira análoga, de acordo com Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, em seu ensaio “Sociedade do Cansaço”, vive-se a insana procura do ser humano pela alta produtividade em quaisquer meios, mesmo que retire dele os prazeres e a sanidade física e mental. Destarte, há a banalização do aspecto psíquico, porquanto é visto como desnecessário na vivência hodierna e, por conseguinte, a ansiedade e a depressão são absurdamente neutralizadas em razão das poucas políticas públicas incentivadoras e conscientizadoras.

Logo, cabe ao Ministério da Educação o investimento em aulas específicas sobre a saúde mental, por meio de Planos Nacionais da Educação e de eventos tanto escolares quanto ao grande público, haja vista a importância do máximo alcance possível, com a ministração de

psicólogos e psiquiatras, a fim de garantir a visão aristotélica e de romper com os tabus preconceituosos. Ademais, o Estado deve promover políticas públicas de incentivo ao autocuidado, a exemplo de espaços destinados ao convívio humano e ao bem-estar, com o fito de quebrar com os paradigmas vivenciados por Nise da Silveira.

Texto 18: Raíssa Fontoura

De acordo com o filósofo Platão, a associação entre saúde física e mental seria imprescindível para a manutenção da integridade humana. Nesse contexto, elucida-se a necessidade de maior atenção ao aspecto psicológico, o qual, além de estar suscetível a doenças, também é alvo de estigmatização na sociedade brasileira. Tal discriminação é configurada a partir da carência informacional concatenada à idealização da vida nas redes sociais, o que gera a falta de suporte aos necessitados. Isso mostra que esse revés deve ser solucionado urgentemente.

Sob essa análise, é necessário salientar que fatores relevantes são combinados na estruturação dessa problemática. Dentre eles, destaca-se a ausência de informações precisas e contundentes a respeito das doenças mentais, as quais, muitas vezes, são tratadas com descaso e desrespeito. Essa falta de subsídio informacional é grave, visto que impede que uma grande parcela da população brasileira conheça a seriedade das patologias psicológicas, sendo capaz de comprometer a realização de tratamentos adequados, a redução do sofrimento do paciente e a sua capacidade de recuperação. Somada a isso, a veiculação virtual de uma vida idealizada também contribui para a construção dessa caótica conjuntura, pois é responsável pela crença equivocada de que a existência humana pode ser perfeita, isto é, livre de obstáculos e transtornos. Esse entendimento falho da realidade faz com que os indivíduos que não se encaixem nos padrões difundidos, em especial no que concerne à saúde mental, sejam vítimas de preconceito e exclusão. Evidencia-se, então, que a carência de conhecimento associada à irrealdade digitalmente disseminada arquiteta esse lastimável panorama.

Consequentemente, tais motivadores geram incontestáveis e sérios efeitos na vida dos indivíduos que sofrem de algum gênero de doença mental. Tendo isso em vista, o acolhimento insuficiente e a falta de tratamento são preocupantes, uma vez que os acometidos necessitam de compreensão, respeito e apoio para disporem de mais energia e motivação no enfrentamento dessa situação, além de acompanhamento médico e psicológico também ser essencial para que a pessoa entenda seus sentimentos e organize suas estruturas psicológicas de uma forma mais salutar e emancipadora. O filme “Toc toc” retrata precisamente o processo de cura de um grupo de amigos que são diagnosticados com transtornos de ordem psicológica, revelando que o carinho fraternal e o entendimento mútuo são ferramentas fundamentais no desenvolvimento integral da saúde. Mostra-se, assim, que a estigmatização de doentes mentais produz a escassez de elementos primordiais para que eles possam ser tratados e curados.

Urge, portanto, que o Ministério da Saúde crie uma plataforma, por meio de recursos digitais, que contenha informações a respeito das doenças mentais e que proponha comportamentos e atitudes adequadas a serem adotados durante uma interação com uma pessoa que esteja com alguma patologia do gênero, além de divulgar os sinais mais frequentes relacionados à ausência de saúde psicológica. Essa medida promoverá uma maior rede informacional e propiciará um maior apoio aos necessitados. Ademais, também cabe à sociedade e à mídia elaborar campanhas que preguem a contrariedade ao preconceito no que tange aos doentes dessa natureza, o que pode ser efetivado através de mobilizações em redes

sociais e por intermédio de programas televisivos com viés informativo. Tal iniciativa é capaz de engajar a população brasileira no combate a esse tipo de discriminação. Com isso, a ideia platônica será convertida em realidade no Brasil.

Texto 19: Ramon Ribeiro

Promulgada pela ONU em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a todos os cidadãos o direito ao respeito e ao bem-estar social. No entanto, percebe-se que esse pressuposto não é empregado adequadamente no país, em razão do estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira, o que configura um problema a ser resolvido. Com efeito, há de se examinar não somente a inoperância governamental no que tange ao tratamento dos transtornos mentais, mas também a falta de comprometimento das instituições de ensino como fatores ligados à problemática em questão.

Em primeira análise, vale salientar que a negligência estatal influencia consideravelmente no combate às doenças mentais. Sob esse viés, o filósofo iluminista John Locke desenvolveu o conceito de Contrato Social, em que o Estado seria responsável pelo bem-estar coletivo. Entretanto, a máquina administrativa rompe a tese de Locke, uma vez que não proporciona o investimento em programas que tencionem os tratamentos necessários às pessoas que possuem doenças mentais. Nessa lógica, ainda que o artigo 196 da Constituição Federal assegure a saúde e o acesso aos serviços e ações que a promovam, o Poder Público inoperante não proporciona o pleno desenvolvimento dos cidadãos acometidos por essas enfermidades pela escassez de aplicações financeiras nos projetos, acentuando o impasse, que precisa ser mitigado.

Em segunda análise, cabe ressaltar que a ausência de participação escolar em desconstruir os paradigmas relacionados às doenças mentais constitui um agravamento desses entraves. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assevere um ensino pautado na tolerância e valorize as relações além das salas de aula, nota-se que essa prerrogativa não é devidamente praticada nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, a carência de uma aprendizagem direcionada à diminuição de estigmas associados às doenças psiquiátricas intensifica o problema no corpo social. Prova disso, cita-se a exiguidade de planos pedagógicos, feiras instrutivas e mesas-redondas nas escolas que visem a amenização do preconceito às doenças mentais. Logo, uma intervenção torna-se substancial para conter os desafios do quadro hodierno.

Portanto, é fundamental a atenuação do estigma associado aos transtornos psíquicos. Nesse sentido, o Ministério da Saúde deve realizar aplicações financeiras nos programas de tratamento das doenças mentais, por meio da elaboração, votação e sanção de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que destine o montante básico aos projetos, periodicamente, para se certificar do investimento neles. Ademais, compete ao MEC –no exercício de seu papel constitucional- viabilizar o comprometimento das escolas com o intuito de desconstruir os paradigmas sociais acerca das doenças psiquiátricas, mediante debates ao longo do ano letivo, sequências didáticas e discussões temáticas entre alunos e o corpo docente. Dessa forma, a sociedade brasileira pode desfrutar do respeito e do bem-estar social, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Texto 20: Sofia Vale

No livro “O papel de parede amarelo”, é narrada a história de uma mulher que passa a apresentar uma constante tristeza e, por isso, isola-se do convívio social. Contudo, esses sinais

de má saúde mental são ignorados pelo marido da personagem, resultando no desenvolvimento de uma condição psicológica incapacitante na protagonista. Fora da ficção literária, o drama descrito é comparável com a realidade de muitos brasileiros, os quais, ao apresentarem sintomas de doenças mentais, são discriminados pela sociedade, em razão do estigma que associa seu sofrimento à fraqueza ou à anormalidade. Nesse sentido, é pertinente destacar o desconhecimento do tema como causa e o agravamento de problemas de saúde como consequência dessa problemática.

Inicialmente, deve-se entender que a associação entre má saúde mental e fraqueza, estigma muito comum no Brasil, é resultado do desconhecimento acerca do funcionamento da mente humana. Em razão desse desconhecimento, muitos propagam a ideia de que desentendimento familiar, frustração em relacionamentos amorosos e dificuldade de adaptação aos padrões sociais não são justificativas para o abatimento emocional, julgando como escolha da pessoa afetada a permanência em suas dificuldades. Todavia, tal ideia desconsidera que não são preocupantes apenas as patologias medicáveis, mas também a dificuldade em lidar com desafios cotidianos, os quais, mesmo parecendo simples para alguns indivíduos, podem ser sérios para outros. Dessa forma, o contexto brasileiro pode ser sintetizado pela seguinte frase do poeta alemão Goethe: “Não há nada mais assustador que a ignorância em ação”, porquanto ignorância em relação aos sentimentos do outro tem efeitos assustadores na saúde dos cidadãos.

Consequentemente, todo esse estigma associado à saúde mental resulta no encobrimento das emoções de muitos brasileiros, o que retarda ou impede o tratamento de suas patologias e agrava seus problemas. Isso se explica pela vergonha de sua condição psicológica, pudor motivado pelo rótulo de fraqueza -em casos de depressão ou de estresse- ou de anormalidade - em casos de bipolaridade e de esquizofrenia, por exemplo. A partir dessa pressão social, muitas pessoas, ao se privarem de ajuda médica, podem atingir situações extremas como a necessidade de internação ou o suicídio, problemática crescente no país. Assim, fica evidente que o suicídio pode ser evitado por meio do combate ao estigma associado a doenças psicológicas, pois, segundo a OMS, ele é causado, em 90% dos casos, por transtornos mentais, sendo urgente a mudança do quadro nacional supracitado.

Portanto, cabe ao Ministério da Saúde, por meio de parceria com as escolas, desenvolver um programa de assistência e informação relacionado a doenças mentais, disponibilizando cartilhas que ajudem os estudantes a entender os sinais de má saúde psicológica, a fim de combater a ideia de que ela é sinônimo de fraqueza ou anormalidade. Esse mesmo ministério deve, também, desenvolver campanhas, em universidades e repartições públicas, que incentivem a procura de profissionais da saúde mental em casos de transtorno, a fim de evitar o suicídio. Somente assim, a história dos brasileiros com doenças mentais será diferente da narrada em “O papel de parede amarelo”.